U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Recomposição do espaço público:

Abordagens coletivas ao bairro da Marinha, Espinho

Miriam Isabel Andrade Rendeiro

M

2020

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Dissertação de Mestrado
2019/2020

Recomposição do espaço público – Abordagens coletivas ao bairro da Marinha, Espinho

Miriam Isabel Andrade Rendeiro, estudante nº201505393

Orientadora: [Inês Moreira] Maria Inês da Silva Antunes Moreira
Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Co-orientador: José Virgílio Borges Pereira
Professor Associado com Agregação à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Agradecimentos

À minha mãe e ao meu pai, por aturarem as infinitas conversas sobre arquitetura e desabafos sobre o curso, por estarem sempre presentes fisicamente e por chamada, pelas muitas vezes que não dormiram para me acompanhar nas entregas, pelos cafés matinais, pelo choro e pelo riso que partilhei convosco. Sem vocês nada disto teria sido possível.

À minha irmã com quem não partilho laços de sangue, Ana Marta, por estar sempre lá, mesmo eu não podendo, e por me apoiar incondicionalmente.

Ao Ivo, por me arrancar do meu quarto, pelo empurrão que me deu para acabar o curso e pelas vezes que desesperei a escrever esta dissertação e tu estavas lá.

À arquitecta Inês Moreira e ao sociólogo Virgílio Borges, por terem acreditado em mim, no meu tema, no potencial desta dissertação. Obrigada Inês pelos puxões de orelha que me deu e que eu precisava de ouvir e pela paixão que tem e que tão bem transmite. Obrigada Virgílio pelo contacto que manteve comigo e pelas referências incríveis que me deu. A ambos por me orientarem e por me ajudarem a ultrapassar os mil bloqueios e dúvidas que tive.

Aos meus amigos que, de uma maneira ou de outra, me ajudaram a passar esta fase, principalmente à Joana Reis, obrigada por estares sempre presente quando preciso de ti. À Diana, pelo trabalho que fez comigo, por acreditar em mim e por me dar força.

Ao arquitecto João Rodrigues e ao arquitecto Costa Pereira, pelos ensinamentos que me transmitem diariamente, por me apoiarem nesta caminhada e por me darem o espaço e liberdade para a terminar. À Carina, Catarina, Cláudia, Filipa, Mariana e Marta pela imensa paciência que têm comigo.

E, finalmente, aos moradores do bairro que colaboraram neste projeto, esta dissertação também é para eles.

A todos os que me ajudaram direta ou indiretamente nesta dissertação, um sincero obrigada.

Resumo

As cidades portuguesas são caracterizadas por uma multiplicidade de núcleos urbanos de habitação social. Cada vez mais este tipo de núcleos tem despertado a atenção de arquitetos, urbanistas e das ciências sociais e humanas, devido às condicionantes que ali se verificam.

A presente dissertação para obtenção de título de Mestre em Arquitetura estuda que tipo de intervenções espaciais podem resolver as falhas nos espaços públicos dos bairros sociais. Tendo por base um caso prático, o bairro da Marinha de Silvalde, em Espinho, procura-se associar ao núcleo urbano um processo participativo informado pelos moradores.

Para tal, oferece-se uma análise de casos atuais noutras estruturas, a nível internacional, considerando novas ferramentas de diversos autores tais como: o ABC da rua, os Iconoclasistas, as MUF architects e os Critical Concrete, que se destacam pelas abordagens não normativas ao desenho do espaço urbano. Considera-se, ainda, a análise de casos locais de abordagem participada tais como: o bairro da Bouça do arquiteto Álvaro Siza, o bairro do Leal do arquiteto Sérgio Fernandez e o projeto para a ilha do Monte da Lapa, do arquiteto Álvaro Siza, que se destacam pela sua condição irresolvida.

Como exercício, propõe-se desenvolver a criação de um Programa Participado através de uma aproximação ao planeamento urbano não canónico, mas sim feminista, tático e situado. Coloca-se os moradores no centro das decisões, reconhecendo as suas necessidades e desejos (e diferenças) e as implicações que isso pode ter no desenho urbano. Desenvolve-se ainda esta posição dúplice de quem quer ouvir os moradores enquanto parte integrante de quem quer realizar um exercício arquitetónico enquanto estudante de arquitetura. Não se propõe um modelo de habitação social, mas sim uma recomposição do espaço público. Elabora-se um conjunto de ações pontuais, com grande impacto, porém realistas pela consciência do contexto.

Palavras chave

Arquitetura| Espaço Público | Bairro Social | Participação | Recomposição

Abstract

Nowadays, portuguese cities are characterized by a multiplicity of urban centers of public housing. Increasingly, this type of nucleus has attracted the attention of architects, urban planners and the social human sciences due to the constraints that occur there.

The present dissertation to obtain the title of Master in Architecture studies what types of spatial solutions can solve the unresolved public spaces in public housing. Based on a practical case, the Marinha de Silvalde neighborhood, in Espinho, seeks to associate the urban core to a participatory process informed by the residents.

To this end, it is proposed an analysis of current cases in other structures, at an international level, considering new tools by several authors such as: ABC da rua, Iconoclasistas, MUF architects and Critical Concrete, which stand out for their non-normative approaches to urban space design. It is also considered the analysis of local cases with a participatory approach such as: the Bouça neighborhood by architect Álvaro Siza, the Leal neighborhood by architect Sérgio Fernandez and the project for the ilha do Monte da Lapa, by architect Álvaro Siza, that stand out for their unresolved condition.

As an exercise, it is proposed to develop the creation of a Participated Program through an approach to the non-canonical urban planning, but rather feminist, tactical and situated. Residents are placed at the center of decisions, recognizing their needs and desires (and differences) and the result that this can have in urban design. It is also developed this double position of those who want to listen to residents as an integral part and of those who want to carry out an architectural exercise as an architecture student. A model of social housing is not proposed, but rather a recomposition of the public space. A set of punctual actions is elaborated, with great impact, but realistic due to the context awareness.

Key words

Architecture | Public Space | Social Neighborhood | Participation | Recomposition

Índice

	Pag.
Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Prefácio	9
Introdução	13
I Ferramentas e metodologias de projeto – Observação crítica do presente em processo	18
O resgate do espaço público – ABC da Rua	29
Mapeamento coletivo – Iconoclasistas	33
Urbanismo Feminista – MUF Architects	37
Projeto participado – Critical Concrete	41
II Habitação social e consagrada do Porto – Leitura crítica do passado (in)resolvido	48
Contradições de um sucesso – Bairro da Bouça, Álvaro Siza	55
Motivos de insucesso – Bairro do Leal, Sérgio Fernandez	59
Capitalização dos contrastes – Ilha Monte da Lapa, Álvaro Siza	63
III Aproximação ao caso de estudo – Bairro da Marinha de Silvalde	70
Retrato histórico, físico e social	77
Mapeamento e registo fotográfico – Diagnóstico do bairro	101
Criação de um programa participado	137
Considerações Finais	153
Bibliografia	157
Índice de Imagens	163
Material em diálogo	168
Entrevistas aos moradores	
Mapeamento do bairro	

Prefácio

Qual é a motivação? O que é o caso de estudo? Mudanças no contexto atual e condicionantes.

Durante o último século, o território português tem sido preenchido por habitação social, numa dimensão muito maior do que lhe é reconhecida. Cada vez mais este tipo de núcleos urbanos tem despertado a atenção de arquitetos, urbanistas ou artistas, devido às tensões e circunstâncias particulares que ali se verificam.

"A urbe portuguesa, nas suas diversas escalas, é constituída por habitação apoiada, numa medida muito mais significativa do que o cidadão português, mais ou menos informado, está preparado para reconhecer: em grandes ou pequenos centros urbanos, desconhecemos com frequência a extensão, diversidade e importância para a qualidade do entorno contruído, dos conjuntos edificados para habitação com apoio público."[1]

Esta temática da habitação social tem sido muito discutida, no entanto, está longe de ter uma resolução fácil devido a um conjunto de fatores, entre eles a falta de financiamento por parte das entidades públicas que providenciam os apoios, os assentamentos ilegais muito comuns em bairros sociais, a densidade do construído que por vezes já não permite expansão e a estandardização da habitação. De facto, é de notar uma falta de representatividade do morador na produção do seu espaço de habitar e a falta de contacto entre o mesmo e o "produtor" desse espaço, o arquiteto, o que resulta em casas que não são adequadas para as famílias que lá vivem.

Quer pela dimensão limitada das casas, quer pelo descontentamento em relação às mesmas, existe uma relação muito forte entre as pessoas e o espaço público, na apropriação do mesmo, os passeios são como a sala de estar das pessoas, é o que todas têm em comum, partilham e vivem diariamente, portanto é o que, possivelmente, faz mais sentido trazer à discussão.

1 Ricardo Costa Agarez in Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (2018) p.13.

Tendo em conta estas problemáticas e a multiplicidade de núcleos urbanos deste tipo ao longo do território, pensa-se que estes merecem a devida atenção e que devem ser estudados a fim de preservar o seu carácter comunitário, providenciando os meios através dos quais o espaço público pode ser pensado, desenhado e apropriado de uma forma participada pelos moradores.

Enquanto moradora no bairro social da Marinha de Silvalde e estudante de arquitetura, o interesse por esta realidade foi um pouco evidente tanto pela vivência diária no mesmo, como pelo reconhecimento das problemáticas que suscita. Surgiu ainda uma vontade de desmistificar equívocos e combater as discriminações patentes neste bairro. Do mesmo modo, seria importante a melhor integração dos seus habitantes na estrutura da cidade, pois trata-se de um lugar negligenciado e desvinculado da cidade, até pelos seus limites físicos – mar a poente, campo de golfe a sul e linha férrea a nascente. Para além disso, tem uma conotação negativa que faz crescer sentimentos de perigo, medo e exclusão. Procura-se também abordar questões como a da posição do arquiteto junto destas comunidades enquanto operador nas mesmas.

"É necessária uma verdadeira metamorfose para desenvolver novas características na prática da arquitetura e novos padrões de comportamento nos seus autores: portanto, todas as barreiras entre construtores e utilizadores devem ser abolidas, para que construir e usar sejam duas partes diferentes de um mesmo processo de planeamento."[2]

O desejo era de trabalhar em conjunto com a comunidade a fim de oferecer soluções concretas para o espaço público na forma de um exercício arquitetónico. Porém, e apesar do primeiro semestre deste ano letivo ter decorrido com normalidade, no segundo semestre deu-se a pandemia do COVID-19, alterando o plano de trabalho. Os constrangimentos impostos pela pandemia resultaram no paradoxo de estar confinada no meu próprio caso de estudo, sem, no entanto, poder sair à rua ou poder falar com as pessoas.

O contacto com a comunidade ficou, como tal, suspenso e só foi possível retomar muito mais tarde e de uma forma mais restrita, atrasando todo o processo de

2 "A real metamorphosis is necessary to develop new characteristics in the practice of architecture and new behavior patterns in its authors: therefore all barriers between builders and users must be abolished, so that building and using become two different parts of the same planning process." De Carlo (2005) p.13.

trabalho desta dissertação. Do mesmo modo, os constrangimentos procedentes do isolamento social inviabilizaram durante bastante tempo a recolha e consulta de documentos nas bibliotecas locais, câmara e junta de freguesia.

Estes fatores revelaram-se um desafio e foram contornados optando pela concretização do exercício arquitetónico na criação de um programa participado. Neste novo desenvolvimento (em contexto de pandemia) dialoga-se e ouvem-se os moradores de uma forma mais circunscrita. Com as ideias colhidas numa forma de participação por inquérito, parte-se para a elaboração de uma proposta de diálogo entre os habitantes e o espaço coletivo. Ademais, foca-se na procura por ferramentas e metodologias paralelas à arquitetura que contribuem para resolver problemas arquitetónicos e para a leitura de como esses mesmos problemas foram (in)resolvidos no passado.



Parque infantil em tempos pandémicos
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

Introdução

Quais são os objetivos desta dissertação? Qual é a metodologia usada? Qual é a estrutura do trabalho?

Pretende-se com esta dissertação analisar a questão do espaço público não resolvido no Bairro da Marinha de Silvalde em Espinho, cuja génese ilegal é complementada pelo Bairro Social, ambos carentes de espaços públicos qualificados. O objetivo é propor um programa participado que elenque possibilidades de intervenção e programas concretos para a comunidade do bairro.

Na tentativa de compreender algum debate internacional e os novos conceitos de intervenção - como o urbanismo tático e o urbanismo feminista – analisam-se autores e projetos que desenvolveram ferramentas e metodologias de projeto para solucionar problemáticas arquitetónicas explorando diálogos com outras disciplinas não diretamente no âmbito da disciplina da arquitetura. Procuramos compreender modos de resolução de espaços públicos e a participação do envolvimento da comunidade nessa mesma resolução.

Em seguida, com o intuito de perceber as falhas na resolução dos espaços públicos através das vozes da comunidade, analisa-se ainda exemplos de habitação popular, social e de arquitetura consagrada na cidade do Porto cuja apropriação e uso levanta inúmeros problemas. A voz popular, mediada pela comunicação popular, vai sendo introduzida em diálogo com a arquitetura analisada.

Após auscultar por inquérito os moradores do Bairro da Marinha de Silvalde, o nosso caso de estudo, estabelece-se um paralelismo entre os conceitos teóricos defendidos por autores e a sua prática projetual, com a finalidade de definir uma abordagem coletiva ao espaço público do bairro da Marinha de Silvalde.

Dado o desejo de participação ativa e o carácter comunitário deste tipo de núcleos urbanos, ao longo do texto vão surgindo diversas vozes e perspetivas que fazem parte do material em diálogo com esta dissertação. Assim, no decorrer dos capítulos são apresentadas diversas vozes do passado e do presente por

forma a validar vários temas e problemáticas que vão surgindo quer sobre os autores e projetos apresentados, quer sobre o caso de estudo do bairro da Marinha de Silvalde.

Usando essas mesmas vozes, esta dissertação tem como mote criar um programa participado através de uma proposta de diálogo entre os habitantes e o espaço público. O fim último será demonstrar que novos tipos de intervenções espaciais podem resolver as falhas do espaço público dos bairros sociais, dando como exemplo o bairro da Marinha de Silvalde.

Procura-se, assim, um entendimento entre a pesquisa de carácter teórico e prático nesta dissertação, como se verifica pela realização do exercício do programa participado, bem como pelas conexões entre as considerações teóricas, os casos práticos e, por fim, o caso de estudo.

Estrutura

A dissertação está organizada em três partes, as primeiras duas do âmbito teórico e última predominantemente prática.

Ainda antes da parte teórica, no prefácio, está incluída uma aproximação ao tema onde se expõe a motivação que originou esta dissertação, uma breve apresentação do caso de estudo e um pequeno apontamento sobre o contexto atual. Segue-se a introdução na qual são expostos os objetivos, a metodologia, estrutura adotada no processo de criação da dissertação e um enquadramento nos diversos campos de estudo que a dissertação engloba.

Procede-se com o capítulo I denominado "Ferramentas e metodologias de projeto – Observação crítica do presente em processo" onde se faz a referenciação de diferentes artes e autores cujas abordagens paralelas à arquitetura vêm resolver problemas arquitetónicos. Estuda-se quais destas ferramentas e metodologias de projeto as novas abordagens usam e quais os contributos que dão para resolver as problemáticas dos espaços públicos em bairros sociais.

Após esta análise crítica de metodologias presentes em desenvolvimento num campo mais internacional, passa-se para o capítulo II "Habitação social e

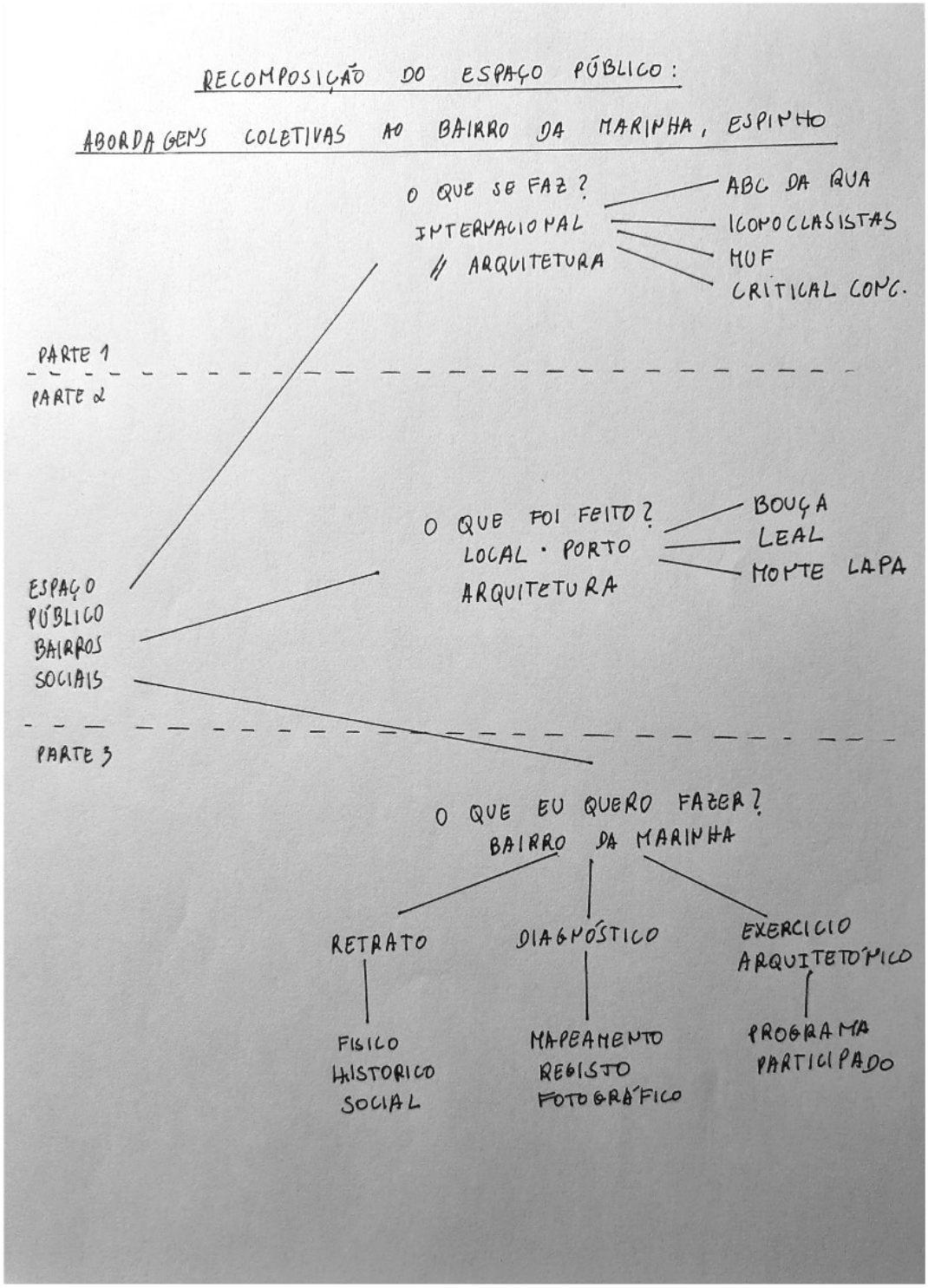
consagrada do Porto – Leitura crítica do passado (in)resolvido" onde se faz esta mesma leitura do passado que ficou por resolver, da cidade do Porto. Procura-se perceber como é que a arquitetura resolveu os espaços públicos dos bairros sociais até agora e o que ficou por resolver. Inclui-se ainda as vozes dos moradores, avaliando não só o projeto no seu contexto à data, mas também a crítica ao projeto pela perceção da comunidade.

Terminada esta exposição são sintetizadas as intervenções procurando sublinhar os seus contributos a transportar para o exercício a realizar no bairro social da Marinha de Silvalde, encerrando a parte teórica desta dissertação.

Para iniciar a parte prática da dissertação, procede-se com o capítulo III, onde se faz uma exposição do caso de estudo, "Aproximação ao caso de estudo – Bairro da Marinha de Silvalde". Aqui faz-se um retrato histórico, físico e social, procurando saber onde é o bairro, como é o bairro e quem o habita, incluindo, do mesmo modo, as vozes dos moradores recolhidas através de um conjunto de entrevistas realizadas. Segue-se o mapeamento e registo fotográfico do bairro.

Apresentado o caso de estudo, passa-se para a criação de um Programa Participado onde se aborda um processo de arquitetura participada, através de entrevistas aos moradores e posterior análise de discurso dos moradores e que se enquadra neste lugar.

Esta dissertação encerra com o capítulo das Considerações Finais, onde se elabora uma síntese de todos os conteúdos abordados, onde se expõem dificuldades sentidas e considerações finais compreendidas através da realização deste exercício académico durante um ano de pandemia global e desejos que o mesmo venha a dinamizar outros casos semelhantes na posterioridade.



Mapa mental da estrutura da dissertação
(Miriam Rendeiro, 2020)

"[O espaço verde a beira da ribeira] devia ser mais aproveitado, um lugar assim podia ter um parque infantil, isso devia estar ali que tem espaço... Agora onde está? No cruzamento de duas ruas, é para o meu neto fugir a correr e ser levado por um carro! Agora ali na ribeira podia ter lá o parque e tinha espaço e as crianças estavam salvaguardadas do transito e do perigo. A praça [do museu] também está mal aproveitada, podia ter um verde, umas árvores para embelezar, mas também cortam tudo!"

Moradora do bairro da Marinha em entrevista

I Ferramentas e metodologias de projeto – Observação crítica do presente em processo

> *De que forma é que novas abordagens paralelas à arquitetura estão a resolver problemas arquitetónicos dos espaços coletivos nos bairros sociais? Que metodologias e ferramentas usam essas novas abordagens? Quais são os contributos para resolver os espaços de cada uma destas iniciativas? Referenciação de diferentes artes e autores.*

Inicia-se este estudo com uma observação crítica do que foram as ferramentas e metodologias de projeto de abordagens paralelas à arquitetura, a nível internacional. Pretende-se saber não só o tipo de ferramentas que usam, mas também como essas ferramentas ajudam a diagnosticar e solucionar problemas arquitetónicos ou do espaço público.

Para introduzir esta análise, faz-se uma contextualização no que tem sido os movimentos do urbanismo feminista e do urbanismo tático a nível internacional. Após esta contextualização, e querendo explorar estas abordagens paralelas à arquitetura, traz-se à discussão casos de estudo que desenvolvem ferramentas e metodologias diferentes da norma de produção de arquitetura. Pretende-se estudar não só que ferramentas e metodologias são estas, como também como é que essas ferramentas ajudam a resolver os espaços públicos e quais são os contributos destas iniciativas para a arquitetura. Faz-se, assim, uma descrição da iniciativa ou projeto, evidenciando a metodologia que usa e que tem vindo a contribuir para a resolução de problemas arquitetónicos ou no espaço público.

Urbanismo feminista internacional

O urbanismo feminista surge pondo em causa a premissa de que o planeamento urbano é neutro. Na verdade, as cidades e os bairros foram desenhados sobre os valores da sociedade patriarcal e, como tal, a forma física dos espaços

contribui para perpetuar esses valores.[3] Face a isto, o urbanismo feminista visa colocar as pessoas no centro das decisões do planeamento das cidades.

Não só as pessoas em si e a sua diversidade – de género, idade, origem, tipo de família, classe social, habilitações – mas também a maneira como estas variáveis se cruzam e materializam em forma de privilégios ou opressões na cidade e nos espaços que utilizam. Cada pessoa vive o espaço de forma diferente porque tem necessidades e experiências diferentes, fatores estes que devem ser incluídos em qualquer processo ou projeto urbanístico. A forma de incluir esta informação no planeamento urbano é através da participação comunitária.

O urbanismo feminista afeta os espaços que vivemos – casa, bairro, centros urbanos, subúrbios – nas suas diversas características, tamanho, escala e forma como estão inter-relacionados. A vida quotidiana não beneficia de limites administrativos ou desarticulações entre espaços, pelo contrário, considerando a complexidade da rede que é o dia-a-dia das pessoas, são necessários espaços que possam apoiar a transição entre atividades pessoais e comunitárias ou produtivas e reprodutivas. Por isso interessa desenhar espaços que respondam à dimensão doméstica, coletiva e pública.

Não há uma predefinição do que é um espaço ideal porque depende do local e do contexto, mas pode-se enunciar algumas características importantes, tais como a proximidade a tudo, podendo só caminhar ou apanhar um transporte público para suprir as necessidades; a vitalidade, permitindo a presença continua e simultânea de pessoas nas ruas; a diversidade, fomentando a mistura social, física e funcional através de equipamentos e transporte públicos, independentemente da idade, dependências, origem da pessoa; a autonomia, relacionada com a acessibilidade em geral e com a perceção de segurança e disponibilidade para usar os espaços de forma segura e gratuita a qualquer hora do dia e a representatividade nas ruas, ao reconhecer e visualizar toda a comunidade para valorizar a memória do bairro com equidade e de forma a todos participarem nas tomadas de decisões urbanas.[4]

3 Retirado do site Global Platform for the Right to the City

4 "Un buen espacio público y de relación fomenta la diversidade de usos y actividades por parte de diferentes sujetos. Desde nuestro punto de vista, debe cumplir con cinco características que deben abordarse tanto desde el diseño y la localización del espacio como desde la gestión: proximidad,

Segundo o Coletivo Punt6, um dos pioneiros neste tema, o Urbanismo Feminista não é apenas da perspetiva de género. O género é a ferramenta que torna visível as diferenças na forma como os homens e as mulheres usam os espaços – as suas tarefas, estereótipos, papéis atribuídos. No entanto, para além de reconhecerem essas diferenças, analisam a forma como os papéis de género têm implicações diretas no desenho urbano. O urbanismo feminista pretende transformar a sociedade, repensando os espaços, porque os espaços também contribuem para reconfigurar a realidade. "Em suma, os espaços públicos concebidos a partir de uma perspetiva de género permitem responder às necessidades de diferentes pessoas com diferentes usos, horários, corpos e estes podem ser utilizados simultaneamente, de forma autónoma e sem discriminação de qualquer tipo."[5]

Urbanismo tático internacional

O urbanismo tático é uma metodologia de pensar os espaços públicos numa lógica não-hierárquica, na qual a comunidade propõe alternativas ao processo tradicional de produção de espaços[6], através de ações de microescala, pontuais, de baixo custo e com grande impacto.

Esta forma de intervenção de "acupuntura urbana"[7] surge como resposta à crise no modelo convencional de planeamento urbano que, por razões burocráticas e por falta de recursos económico-financeiros, não consegue dar respostas rápidas e eficazes aos problemas do espaço público. O seu crescimento é consequência, não só do descontentamento pela falta de participação e envolvimento real dos moradores no processo de tomada de decisão relativamente a investimentos públicos, sendo que, normalmente, só são consultados no fim do processo, mas

vitalidad, diversidad, autonomia e representatividad." Traduzido livremente de Coletivo Punt6 (2019) p.168.

5 "En definitiva, los espacios públicos pensados desde la perspectiva de género permiten responder a las necesidades de las diferentes personas con distintos usos, horarios, cuerpos y que estos puedan utilizarse de manera simultánea, con autonomia y sin discriminación de ningún tipo." Traduzido livremente de Coletivo Punt6 (2019) p.172.

6 Moreira (2019).

7 Gerald (2017).

também de uma necessidade cada vez maior de formar novos conceitos e metodologias de experimentação dessa mesma participação.

Esta experimentação tem lugar em "lotes vagos, frentes de loja vazias, ruas demasiado largas, passagens debaixo de autoestradas, parques de estacionamento à superfície e outros espaços públicos com pouco uso [que], continuam, atualmente, muito proeminentes nas nossas cidades"[8] e tem partido de "empresários, artistas, políticos com visão de futuro e hactivistas cívicos. Estes grupos cada vez mais vêm a cidade como um laboratório para testagem de ideias em tempo real, e as suas ações têm levado a uma variedade de iniciativas criativas e empreendedoras".[9]

Aliás, já desde os anos 50 que os debates em torno da participação começaram a ganhar força e conceitos como "urbanismo participado" ou "comunitário" ganharam lugar na produção das cidades. Mais recentemente, em 2014, o urbanismo tático foi tema de uma exposição[10] no MoMA (Museu de Arte Moderna de Nova Iorque), sob curadoria do arquiteto português Pedro Gadanho. "A exposição foi o resultado de seis propostas para metrópoles globais, realizadas por grupos interdisciplinares, com o objetivo de desafiar conceitos atuais sobre as relações entre planeamento urbano formal / informal ou bottom-up / top-down e direcionar mudanças nos papéis de arquitetos e urbanistas na desigualdade crescente do desenvolvimento urbano"[11].

No contexto atual, quer devido à pandemia Covid-19, quer devido aos grandes protestos antirracismo nos EUA, onde este movimento foi pioneiro, geram-se novas conversas em torno da equidade na aplicação da metodologia do urbanismo tático. "Todos os dias, os urbanistas são confrontados com tomadas de decisão que significam a diferença entre espaços seguros ou espaços que perpetuam a desigualdade e opressão. Durante anos, decisões sobre o direito à

8 "Today's vacant lots, empty storefronts, overly wide streets, highway underpasses, surface parking lots, and other underused public spaces remain prominent in our towns and cities and have become the targets of entrepreneurs, artists, forward-thinking government officials, and civic-minded "hacktivists." Such groups increasingly view the city as a laboratory for testing ideas in real time, and their actions have led to a variety of creative and entrepreneurial initiatives." Crowdsourced Placemaking Group, traduzido livremente e recuperado de CSPM Group.
9 Ibidem.
10 Exposição "Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities", no MoMA, de 22 de novembro de 2014 a 25 de maio de 2015.
11 Moreira (2019).

propriedade, transporte e o ambiente que os edifícios proporcionam, facilitaram um sistema que é inerentemente desigual; onde as minorias são as mais propensas a sofrer desvantagens e tornarem-se excessivamente controlados."[12]

As intervenções do urbanismo tático podem-se caracterizar por alguns pontos em comum tais como a participação comunitária e voluntária dos moradores e a autogestão dos espaços; ações pontuais, à escala local, sem substituir os planos macro; compromisso de curto prazo e realista, pressupondo investimento económico baixo e o dinamismo nas propostas, passiveis de ser alteradas ou apropriadas pela população. Os modos de ação podem ir desde a integração das artes plásticas nos espaços públicos, à promoção de oficinas, ou a criação de mobiliário urbano.[13]

Segundo o arquiteto Pedro Gadanho, existem duas visões dentro do urbanismo tático, uma no sentido de sustentar o modelo atual, onde o estado continua a não agir para "solucionar problemas" porque alguma coisa já foi feita; e outra em que o facto de dar visibilidade aos locais onde existe a falta de algum tipo de infraestrutura, pode chamar a atenção das entidades responsáveis e assim, provocar uma resposta mais efetiva por parte delas.[14]

Assim, conclui-se que intervir na escala local é um processo que providencia soluções rápidas para problemas complexos, que obriga a repensar e reavaliar as políticas públicas urbanas e que, envolvendo os cidadãos, torna a conceção de espaços públicos, num processo participativo e equitativo.

12 "Every day, planners are faced with decisions that mean the difference between safe spaces, or continued inequality and oppression. For years, decisions about land use, transportation, and the built environment have facilitated a system that is inherently unequal; where minority groups are more likely to suffer disadvantages and become over-policed." Recuperado de Street Plans Collaborative (2020) traduzido livremente.

13 Pontos retirados de Lydon (2012), p.1 e 2.

14 Explicado pelo arquiteto Pedro Gadanho em entrevista à arquiteta Carol Farias, publicada em Baratto (2017).

URBANISMO NORMATIVO *VERSUS* URBANISMO FEMINISTA	
Urbanismo normativo	Urbanismo feminista
Basado en lo material y en la piedra	Incorpora los aspectos de gestión, de uso y temporales
Estandarizado y homogeneizador	Adaptado y flexible
Disciplinador	Integra diversidad y desigualdades
Ajeno y estático	Acorde con la realidad del contexto
Prioriza lo productivo	Basado en la sostenibilidad de la vida
Basado en la autosuficiencia y el individualismo	Tiene en cuenta la dependencia y la vida comunitaria

Urbanismo Feminista, 2019
(Captura de Ecrã: Colectivo Punt6, 2020)



Urbanismo Feminista, 2019
(Captura de Ecrã: Colectivo Punt6, 2020)

A escolha dos casos de estudo

O primeiro caso de estudo é um projeto chamado ABC da rua - ações de baixo custo para a transformação da cidade e a qualificação do espaço público - promovido por José Carlos Mota e Frederico Moura e Sá, docentes do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Através deste projeto, problematiza-se a questão do resgate do espaço público. Cada vez mais, a participação dos moradores em processos de recomposição dos espaços públicos tem sido recorrente, optando por pequenas ações, de baixo custo, mas eficazes no seu impacto e como ferramentas informadoras de programas futuros.

O segundo caso de estudo é os Iconoclasistas, um grupo formado por Pablo Ares, artista, animador de filme, cartoonista e designer gráfico e Julia Risler professora e investigadora da Universidade de Buenos Aires. Eles partem da premissa que as cartografias sempre foram um dos principais instrumentos do poder político e militar e, como tal, representam o território pelas suas características científicas, não informando sobre o que de facto o compõe, as subjetividades e vivências das pessoas. Assim, face a esta premissa, a proposta que fazem é de registar os territórios através de processos de interpretação, sensação e experiências próprias de um coletivo.

O terceiro caso de estudo é um escritório de arquitetura, as MUF architects, em Londres. Neste aborda-se algumas questões que surgem com o urbanismo feminista, como por exemplo, como é que o espaço pode ser acessível, ter vitalidade e ser seguro para toda a gente. Aqui consegue-se perceber que tipo de ferramentas podem ser usadas para auscultar os moradores e como é que essa auscultação integra um projeto arquitetónico. É interessante, ainda, ver um escritório de arquitetura a defender uma prática colaborativa com grande dimensão social, na defesa da apropriação dos espaços e sentido de pertença, e a forma como isso afeta o seu funcionamento.

Por fim, o último caso de estudo é o Critical Concrete, uma iniciativa de arquitetura com preocupações sociais e sustentáveis. Para além da vertente projetual, desenvolve também uma vertente educativa e comunitária. O seu trabalho é interessante estudar na medida em que reabilita habitações e espaços

públicos partilhados por comunidades em contextos adversos, como o das ilhas do Porto. A reabilitação não deixa de ser participada pelos moradores e pelos estudantes.

Pretende-se, assim, mostrar 4 exemplos de ferramentas e metodologias de projeto que estão em desenvolvimento atualmente e que podem ser usados como abordagens base para a construção ou recomposição de espaços públicos envolvendo a comunidade.



Resgate do Espaço Público, Porto, 2020
(Fotografia: Câmara Municipal do Porto, 2020)



Apropria de rua para mercado, Londres, 2005
(Fotografia: MUF Architects, 2005)



Esquema de participação
(Fotografia: Iconoclasistas, 2020)

O resgate do espaço público - ABC da Rua

> *Como é que micro ações urbanas podem ter impacto na vivencia diária dos moradores? Realização de ações informais de baixo custo à margem das administrações. Envolvimento e participação dos moradores diretamente na tomada de decisões concretas sobre o seu espaço público.*

A participação ativa dos moradores torna-se cada vez mais recorrente nos processos de qualificação das cidades, principalmente em projetos de transformação de espaços públicos. O seu envolvimento em ações informais de baixo custo, mas de impacto imediato tem vindo a contribuir para a valorização da dimensão coletiva dos espaços públicos.

Este tipo de práticas emergentes, denominadas de forma comum como "Urbanismo Tático", têm tido êxito, tanto enquanto experiências capazes de informar estratégias, programas e projetos urbanos, assim como ferramentas de diagnóstico colaborativo.

O ABC da rua - ações de baixo custo para a transformação da cidade e a qualificação do espaço público – surge precisamente nesta circunstância, por forma a estimular o desenvolvimento de micro ações urbanísticas. É um projeto promovido por José Carlos Mota e Frederico Moura e Sá, docentes do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Criado com inspiração na investigação produzida no GOVCOPP (Unidade de Investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro) e no âmbito de várias Unidades Curriculares do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano e da Licenciatura em Administração Pública.

Este projeto realiza sessões participativas onde se proporciona um encontro com os moradores do bairro a fim de discutirem questões relacionadas com o espaço coletivo do mesmo e concretizarem linhas de ação que passam por estimular a introdução de mais e melhor mobiliário urbano, sobretudo bancos, potenciando a apropriação do espaço público e a promoção da intergeracionalidade; promover intervenções de arte pública e comunitária, em espaços emblemáticos

ou que carecem de qualificação, como forma de valorizar a identidade local e de promover o sentido de pertença; organizar eventos de bairro para estimular relações de vizinhança e de encontro entre grupos sociais distintos, tais como residentes, estudantes e turistas; promover a utilização temporária e contratualizada de terrenos devolutos ou edifícios sem ocupação como forma de promoção de atividades de lazer, desporto, cultura e afins e desenvolver ações de incentivo à utilização da bicicleta e modos suaves, como forma de sensibilizar para a adoção de meios de transporte mais sustentáveis.[15]

Uma das últimas sessões do ABC da rua realizou-se a 13 de dezembro de 2019, centrada nas freguesias do Bonfim e Paranhos. "Nesta, pretendeu-se identificar um conjunto de espaços públicos, seus problemas e desafios, e organizar coletivamente programas e propostas que se constituíssem como base para o desenvolvimento de uma ação tática a realizar num desses espaços em 2020"[16], que ainda não teve lugar devido à mudança do panorama mundial no âmbito da saúde.

Já num contexto pós-Covid, surgiu uma iniciativa da Câmara Municipal do Porto com linhas semelhantes ao ABC da rua, que é de valor mencionar. Desde o dia 18 de junho, algumas ruas da baixa e centro histórico do Porto foram transformadas em zonas pedonais temporárias ao fim de semana.

"A medida insere-se num plano de resgate do espaço público que visa potenciar uma nova experiência de lazer e compras na cidade, decorrente da retoma da atividade económica e incentivar os cidadãos para uma mobilidade mais consciente, menos dependente do automóvel."[17]

15 Baseado nas informações no Facebook do ABC da rua (2018).
16 Recuperado do site Viral Agenda (2019), relativo a um evento no dia 13 de dezembro de 2019, localizado no Porto.
17 Disponível no site da Câmara Municipal do Porto (2020) sob o título "Centro do Porto passa a ter zonas pedonais temporárias aos fins de semana a partir deste sábado, dia 20".
De mencionar ainda um conjunto de atividades proporcionadas pelo município em colaboração com pequenas empresas locais, como por exemplo a disponível no site da Câmara Municipal do Porto (2020) sob o título "Domingo traz propostas variadas para as zonas pedonais temporárias".
E ainda o relato do que foi o resultado desta apropriação do espaço público da cidade do Porto, disponível no site da Câmara Municipal do Porto (2020), sob o título "As ruas tornaram a ser das pessoas e estiveram cheias de sorrisos e brincadeiras".

Assim, pode-se perceber que, apesar do resgate do espaço público ser um processo lento, com enormes obstáculos, cada vez se vê mais medidas como estas do ABC da rua e da Câmara Municipal do Porto, onde as ruas são para os moradores se apropriarem delas.



Reunião ABC da Rua, Porto, 2019
(Fotografia: José Carlos Mota, 2019)



Resgate do espaço público, Porto, 2020
(Fotografia: Câmara do Porto, 2020)



Resgate do espaço público, Poblenou, Barcelona 2018
(Fotografia: Coletivo Superilla Poblenou, 2018)

Mapeamento Coletivo – Iconoclasistas

> *Como é que se pode representar o território de uma forma subjetiva sob o olhar dos moradores? Está a cartografia como a conhecemos atualmente ultrapassada? Repensar o território através de representações simbólicas.*

As cartografias sempre foram um dos principais instrumentos do poder político e militar para a apropriação dos territórios, demarcação de fronteiras, definição de estratégias de guerra. Como tal, os mapas que existem são a visão desse poder dominante sobre o território, reproduzindo as suas características mais científicas – recursos naturais, dados demográficos, bens comuns ou tipo de produção. Informação esta que é usada para "organizar, dominar e disciplinar os que habitam um território".[18]

Estas cartografias não registam a subjetividade dos processos territoriais, representações simbólicas, imaginários e mudanças permanentes a que estão expostos. De facto, são as pessoas que criam e transformam o território e de uma forma coletiva, condicionada pelas suas circunstâncias do habitar e do transitar. Face a esta impossibilidade de objetivar o que é significativo e afetivo no território através dos mapas comuns, a proposta passaria por registar o que lhe é subjetivo a partir de processos de interpretação, sensação e experiências próprias.

Um dos grandes contributos nesta matéria são os Iconoclasistas, um duo formado por Pablo Ares, artista, animador de filme, cartoonista e designer gráfico e Julia Risler professora e investigadora da Universidade de Buenos Aires. O seu trabalho é uma combinação de arte gráfica, oficinas criativas e pesquisa colaborativa. O "mapeamento coletivo", batizado assim pelos próprios, refere-se à apropriação técnica de mapeamento, feito em oficinas com a participação de organizações de moradores, grupos de estudantes e movimentos sociais ou artísticos. Nestas oficinas, as pessoas são convidadas a pensar coletivamente sobre o território que habitam. Existem outros conceitos associados ao

18 Iconoclasistas in Caló (2014), também disponível em no site Punkto (2015).

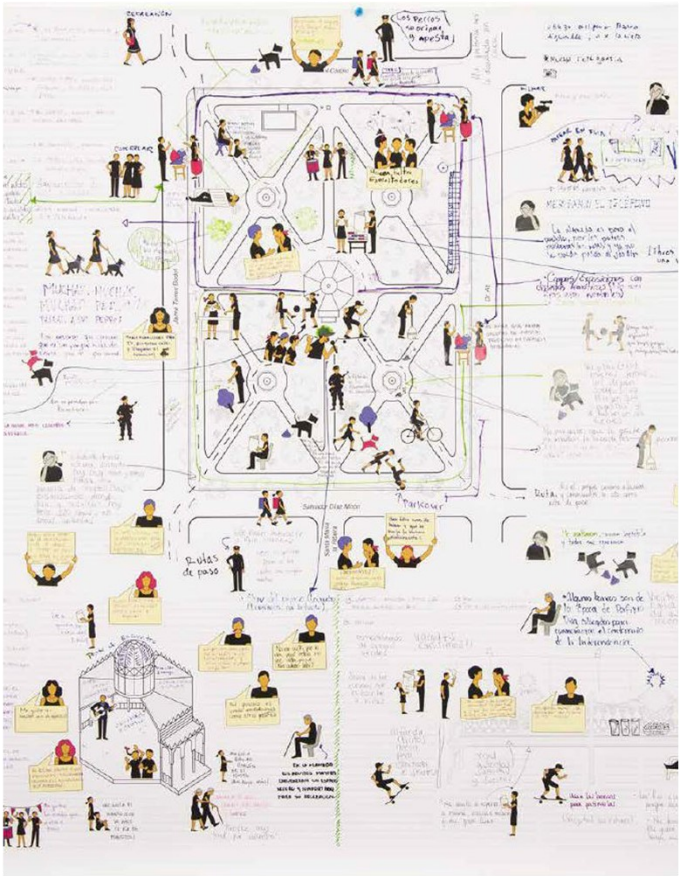
mapeamento coletivo tais como cartografia social ou crítica e ainda descartografia.

Os Iconoclasistas pretendem com o seu trabalho potenciar a comunicação, as redes de solidariedade e impulsionar práticas colaborativas de transformação do espaço. No livro que publicaram em 2013, Manual de Mapeamento Coletivo, usam recursos cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa, onde sistematizam metodologias, recursos e dinâmicas para potenciar a organização de workshops sobre o território. As oficinas que organizam procuram "recriar coletivamente panoramas complexos que aprofundem os olhares críticos e potenciem subjetividades alertadas e emancipatórias"[19], trabalhando a partir do passado para potenciar uma memória coletiva e estimular uma intervenção futura.

19 Ibidem.



Mapeamento coletivo, Iconoclasistas 2017
(Fotografia: Iconoclasistas, 2017)



Dossier de mapeo, Iconoclasistas 2020
(Fotografia: Iconoclasistas, 2020)

Urbanismo feminista – MUF architects

> *Através de que ferramentas se pode auscultar as vozes dos moradores? Como é que funciona um escritório de arquitetura que defende uma prática colaborativa com forte dimensão social? Apropriação e adaptação. Sentido de pertença no espaço.*

Durante a década de 70, a procura pelo restabelecimento do equilíbrio entre o arquiteto e a pessoa a utilizar o espaço tornou-se cada vez mais evidente. Várias metodologias foram usadas de forma a envolver o morador no processo de desenho da habitação através de workshops ou atividades nos bairros. Também se desenvolveram projetos de autoconstrução e habitações flexíveis para se adaptarem às necessidades de cada família. Apesar da variedade de metodologias usadas, o que todas têm em comum é o objetivo de capacitar o morador para assumir controle da sua habitação, dando opinião criativa, no entanto, não reduzindo o papel do arquiteto a um mero técnico.

Nesta procura para envolver mais as pessoas nos projetos, sobressai um escritório de Londres, as MUF architects. Cunham-se como "uma prática colaborativa de arte e arquitetura empenhada em projetos do domínio público"[20], numa atitude claramente alternativa ao que as fundadoras – Liza Fior, Katherine Clarke e Juliet Bidgood – viam como prática comum. Apesar do Feminismo não ser mencionado abertamente, a noção de prática colaborativa e o investimento na dimensão social, para além do edifício enquanto objeto, são alguns dos princípios feministas presentes no seu trabalho, tal como o facto de nunca ter tido menos de 80% de mulheres colaboradoras.

Os projetos das MUF, principalmente de planeamento urbano, são deixados em aberto de forma a incluir as vozes dos moradores, através de reuniões comunitárias. Frequentemente, em vez de propor uma solução, propõem metodologias de ação, numa base de não-imposição, de deliberação e contacto continuo entre o processo e o produto final. Houve ainda situações em que aconselharam o seu cliente a não construir, marcando uma posição ética que as

20 "A collaborative practice of art and architecture committed to public realm projects" MUF architects, traduzido livremente e recuperado do site MUF architects (2000).

prejudica a curto prazo, mas que também resulta em relações duradouras a longo prazo. Toda esta abordagem permite-lhes que ouçam reivindicações especificas e façam propostas pequenas para soluções mais abrangentes, onde o arquiteto deixa de reivindicar autoridade completa e passa a tomar iniciativas mais intuitivas e em conjunto com outros.

Pretendem criar espaços que têm uma equivalência de experiência para todos os que os navegam tanto física quanto conceitualmente, fazendo projetos estratégicos que inspiram um sentimento de pertença através da apropriação coletiva do espaço. Como tal, têm um vasto leque de projetos que vai desde o desenho urbano a intervenções temporárias de pequena escala ou ainda trabalhos com comunidades especificas. Segundo elas próprias, fazem parte de uma grande rede em constante mudança e auto gerada de pessoas, ideias, lugares e memórias que tentam refletir sempre no seu trabalho.

Num desses projetos, em 2005, o escritório de arquitetura e arte foi contratado para estudar uma comunidade pobre na cidade de Tilbury, Reino Unido, com o objetivo de informar o desenho de um projeto para jardim comunitário. Ao trabalhar com os moradores, as arquitetas perceberam que os cavalos eram importantes no imaginário das pessoas e para a identidade cultural do lugar e, consequentemente, organizaram um evento chamado "um conto de cavalos"[21]. Isto fez com que o projeto do jardim comunitário incluísse não só as áreas de lazer previstas, mas também uma zona de picadeiro para andar a cavalo.

As MUF architects pretendem não ser impositivas, permitindo que a proposta seja aberta e adaptável aos moradores. Pretendem ainda, preservar a identidade comum dos moradores através de eventos participativos como "um conto de cavalos". Isto resulta em espaços com os quais os moradores de identificam, promovendo um sentido de propriedade comum, que todos devem salvaguardar.

21 "A horse tale" MUF architects, recuperado do site MUF architects (2005).



Parque infantil, Londres, MUF architects, 2010
(Fotografia: MUF architects, 2010)



A horse tale, Londres, MUF architects, 2005
(Fotografia: MUF architects, 2005)



Interrupção de rua, Londres, MUF architects, 2010
(Fotografia: MUF architects, 2010)

Projeto participado - Critical Concrete

Através de que meios se pode incluir a escola na prática construtiva? Reabilitação de habitações e espaços partilhados por comunidades em contextos adversos. Abordagem ecológica e social à arquitetura.

Na última década podemos observar um aumento do fluxo de capital que tem vindo a causar uma polarização social ainda maior. Assistimos ainda a um crescimento do turismo na cidade do Porto, que tem tomado conta das habitações, principalmente no centro histórico. Devido a estes e outros fatores, o valor das rendas e do custo de vida nesta cidade está a aumentar cada vez mais.

É preciso tomar ações além das entidades competentes que não conseguem dar resposta e, mais do que num formato social, começam a surgir iniciativas em formatos educacionais, como é o caso do Critical Concrete.

Este projeto destaca-se dos dinamismos convencionais do mercado imobiliário, promovendo novas metodologias de reabilitação de habitações sociais e de melhoria do espaço público que é compartilhado por comunidades com menos recursos. Vem advogar o direito à cidade e à habitação adequada, que muitas vezes é deixado para segundo plano pelas entidades competentes devido à falta de financiamento e recursos públicos. Como tal, tem atuado principalmente em contextos adversos e problemáticos, como é o caso das ilhas no Porto.

A iniciativa foi criada em 2016 e, desde essa data até ao ano passado, realizaram Summer Schools, onde, em vez de se construir para alguém, se constrói com alguém. Reuniram estudantes, famílias com poucos recursos, profissionais de arquitetura e engenharia com o objetivo de demonstrar o poder de um coletivo de pessoas em mudar as condições de habitabilidade de moradores de bairros ou ilhas. Em 2020 tinham planeado alargar o formato de escola de verão para um curso anual de arquitetura sustentável, o que não se concretizou devido à situação adversa do contexto atual.

Esta iniciativa do curso de arquitetura sustentável surgiu em oposição e crítica à prática comum da indústria da construção, que é uma das mais poluentes no mundo. Este facto tornou-se também numa motivação para criar, reunir e

promover soluções alternativas às convencionais. No entanto, a sustentabilidade na arquitetura ainda é um tema algo controverso e com diversas traduções para o que é a prática da disciplina. Como tal, este projeto promove o seu próprio significado, estruturas duradouras e facilmente reparáveis, construídas com materiais locais e reciclados.[22]

Em suma, os seus objetivos passam por desenvolver e compartilhar métodos para uma abordagem ecológica e social à prática construtiva, contribuir para a luta pelo direito fundamental à habitação adequada, aprender e partilhar uma forma de vida mais ecológica e sustentável e apoiar iniciativas que lutem pela igualdade racial, sexual e social e direitos dos animais.[23] Através da execução de formatos educacionais focados na arquitetura social e sustentável, promoção de eventos culturais e ativistas, providenciar um ambiente seguro para as minorias, livre de racismo, xenofobia, machismo, homofobia ou aporofobia, abraçando um modo de vida não especista ou superior ao outro.[24]

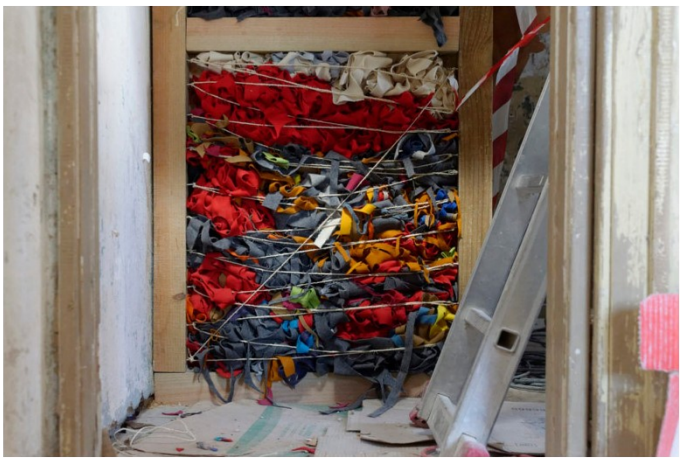
22 "Long lasting and easily repairable structures, made of locally sourced materials and upcycled trash." Critical Concrete, traduzido livremente e recuperado de https://criticalconcrete.com/about/
23 "Our mission strategic goals are develop and share an ecological and social approach to the building practice; contribute to the fight for the fundamental right to adequate housing; learn and share a more ecological and sustainable way of living and support initiatives that fight for racial, sexual and social equality, as well as animal rights. Our stratagies are running educational formats focused on social and sustainable architecture; promoting cultural and activist events in our production center: providing a safe environment for minorities, free of racism, xenophobia, machism, homophobia or aporophobia; embracing a non-speciesist way of living." Critical Concrete, traduzido livremente e recuperado do site Critical Concrete (2016).
24 Ibidem.



Projeto participado, Summer School, 2017
(Fotografia: Critical concrete, 2017)



Isolamento de um telhado em cartão, Critical concrete, 2018
(Fotografia: Critical concrete, 2018)



Reutilização de bocados de tecido, Critical concrete, 2019
(Fotografia: Critical concrete, 2019)

Pode-se concluir esta observação crítica do que foram as ferramentas e metodologias de projeto de abordagens paralelas à arquitetura, a nível internacional. Percebe-se o tipo de ferramentas que usam, mas também como essas ferramentas ajudam a diagnosticar e solucionar problemas arquitetónicos ou do espaço público.

Em primeiro, a ferramenta usada pelo ABC da rua que incentiva ao resgate do espaço público da parte dos moradores, através de atividades como conversas que trazem os moradores à discussão sobre o seu espaço. Este tipo de iniciativas tem sido cada vez mais usual, como é o caso na Câmara Municipal do Porto. O contributo desta iniciativa para futuros projetos é o tipo de apropriação do espaço público que os moradores podem fazer para seu benefício.

Em segundo lugar, os Iconoclasistas, que com o seu trabalho de mapear as subjetividades do território através do envolvimento das pessoas, potenciam a comunicação sobre o espaço público e as redes de solidariedade entre vizinhos e impulsionam práticas colaborativas de transformação do espaço. Daqui é interessante retirar a forma como se pode usar a ferramenta dos recursos cartográficos críticos para processos territoriais de criação colaborativa, onde se sistematiza metodologias, recursos e dinâmicas para potenciar a organização de workshops sobre o território.

Em terceiro, as MUF architects, que através do seu escritório de arquitetura defendem uma prática colaborativa de arte e arquitetura empenhada em projetos do domínio público. As suas propostas são abertas e adaptáveis aos moradores e preservam a identidade comum, promovendo um sentido de propriedade comum. O contributo neste caso passa por, mesmo sendo um escritório de arquitetura, a sua prática preocupada com os moradores e não consigo próprias ou com o cliente, que faz espaços acessíveis, com vitalidade e diversidade, baseados nos princípios do urbanismo feminista.

Por fim, os Critical Concrete, que não são só uma iniciativa com práticas construtivas e sociais, mas também com uma prática de ensino. Defendem uma arquitetura social e sustentável, compartilhando métodos para uma abordagem ecológica à construção, defendendo o direito à habitação e apoiando iniciativas que lutam pela igualdade de direitos. Nos seus projetos, principalmente na Summer School, para além de envolverem estudantes, os moradores participam

do desenho do seu espaço doméstico. Daqui podemos retirar a verdadeira dimensão de projeto participado.

Em suma, o resgate do espaço público, o mapeamento coletivo, o urbanismo feminista enquanto prática de um escritório de arquitetura e o projeto participado são ferramentas e metodologias para resolução do espaço público. A questão que se coloca agora é como é que esse espaço tem sido resolvido a nível local?

"[Vivo aqui no bairro] há 26 anos, não gosto [de viver aqui] porque o prédio era condomínio fechado e foi por isso que comprei e depois deitaram tudo abaixo e agora andam aqui os ciganos e os vareiros pelo meio, se soubesse que ia ser assim não tinha comprado."

Moradora do bairro da Marinha em entrevista

II Habitação social e consagrada do Porto – Leitura crítica do passado (in)resolvido

> *Como é que a arquitetura resolveu os espaços coletivos nos bairros sociais até agora? O que foi (in)resolvido? A perceção do arquiteto vs. comunidade. O projeto no seu contexto vs. crítica ao projeto.*

Após uma análise do que foram as ferramentas e metodologias de projeto de abordagens paralelas à arquitetura, a nível internacional, pretende-se analisar como foram as abordagens aos problemas arquitetónicos na cidade do Porto.

Introduz-se este estudo com a referenciação histórica de casos locais de abordagem participada, através de uma pequena contextualização sobre o Serviço Ambulatório de Apoio Local e sobre a tipologia de habitação popular muito comum na cidade à data, as ilhas. Assim, e querendo questionar a produção de espaços coletivos inseridos em bairros sociais, traz-se à discussão casos que se integram nestas categorias, desta mesma cidade, cujos propósitos iniciais foram desvirtuados, por vista a interesses imobiliários e capitalistas. Pretende-se estudar não só como foram resolvidos esses espaços públicos, mas também, ao fim de vários anos de utilização intergeracional, como é que o espaço responde às necessidades atuais dos moradores. Aborda-se, assim, o projeto arquitetónico no seu contexto espacial e temporal, o espaço coletivo e, por fim a crítica ao projeto, principalmente considerando os problemas sociais atuais.

Referenciação histórica de casos locais de abordagem participada - SAAL

Após a Revolução do 25 de abril de 1974, inicia-se um novo período histórico em Portugal, período esse que gera uma grande instabilidade por todo o país, inclusive manifestações contra a precariedade na habitação (dos bairros de lata e das ilhas)[25].

[25] "The tenants started to protest right from the beginning of April 1974, even before the setting up of SAAL." Álvaro Siza in Siza (1996).

Em agosto desse ano, com o fim da ditadura e como consequência das políticas adjacentes, surge o SAAL – Serviço Ambulatório de Apoio Local – uma experiência inovadora no contexto europeu de arquitetura participativa, que tinha como objetivo atender às necessidades habitacionais urgentes das populações com condições mais desfavorecidas. Um projeto sem precedentes dirigido por Nuno Portas (da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo do segundo governo provisório) que é dividido em três grandes grupos, o SAAL Norte, SAAL Centro-Sul e SAAL Algarve, alcançando por todo o país.[26]

Dura apenas dois anos, de agosto de 1974 a outubro de 1976, e, como tal, não é possível uma consolidação teórica e prática muito aprofundada relativamente ao projeto. Porém, provoca-se uma "reflexão profunda e nova sobre a cidade"[27].

É um "dos primeiros (e únicos!) efeitos urbanos e políticos dos movimentos dos moradores"[28]. Através da participação direta das comunidades na criação das suas futuras habitações, com a ajuda do Estado e com as brigadas técnicas chefiadas por arquitetos, desencadeiam-se mudanças profundas tanto a nível das formas convencionais de planeamento da habitação social como na própria prática da arquitetura e da sua natureza social. E, apesar da escassez de recursos e da utilização de materiais mais baratos, em termos de qualidade de desenho, o esforço por projetar bairros belos e com identidade própria é notável. Os arquitetos envolvidos neste processo têm, assim, um papel fundamental, não só, na consolidação da cidade, como também na sociedade e na política.

Corresponde, ainda, a um período em que as populações procuram melhores condições de vida, mobilizando-se, mas mantendo ligações comunitárias. "Parte-se do princípio de que as iniciativas devem ter origem nas populações interessadas e que o grau de organização interna dessas populações, o seu dinamismo e a sua posição reivindicativa são fatores preponderantes para a determinação das prioridades de apoio."[29]

Concluídos dois anos do processo SAAL, põe-se fim à sua metodologia e estrutura de intervenção, em parte por causa da falta de acompanhamento de algumas

[26] Becker et al. (1979) p.65.
[27] "Não se tratava de inovar, apenas de iniciar" Alexandre Alves Costa in Becker et al. (1979).
[28] Becker et al. (1979).
[29] Nuno Portas in Conselho Nacional do SAAL (1976).

populações ou associações de moradores. Assim, por razões de natureza política, social e histórica, extinguem-se todas as operações.

Apesar de tudo, o SAAL afirma-se como uma experiência singular de arquitetura participativa em Portugal, que criou transformações por todo o país, tanto políticas, como urbanísticas e metodológicas. Incentivou, ainda, ao debate sobre o papel social e político da arquitetura, propondo-se sempre a "reformar progressivamente a cidade atual, sem negligenciar a sua continuidade morfológica, a sua história e património da cidade"[30].

Do SAAL Norte resultaram várias operações, tais como o bairro da Bouça, de Álvaro Siza, ou o bairro do Leal, de Sérgio Fernandez, operações estas que se localizavam maioritariamente no centro histórico da cidade e em ilhas.[31] Portanto, de forma a consolidar um princípio ordenador da malha urbana, tentaram-se articular as experiências SAAL com o pré-existente e a respetiva malha urbana, resultando numa relação da cidade operária, invisível, com a cidade burguesa. Pensa-se, assim, a ilha como "possível elemento de desenvolvimento da cidade".[32]

Habitação popular - ilha

As ilhas, tal como o nome indica, trata-se de pequenas unidades isoladas, normalmente repudiadas por não moradores, devido à pobreza e problemas de insalubridade aliados. Estes aglomerados habitacionais são, geralmente, constituídos por casas térreas de reduzidas dimensões, cujo acesso é feito pelo andar de baixo de uma casa, normalmente, burguesa de meados do século XVIII, por um corredor estreito que a atravessa, que faz a distribuição para os fogos.

Apesar de todos os problemas adjacentes às ilhas, a comunicação que se faz entre elas, pelos pátios e passagens internas, a relação que os moradores estabelecem entre si e o próprio caráter comunitário constituem motivo de estudo.

[30] Silva (2010).
[31] "No Porto, o SAAL constituiu um momento de grande importância como reflexão sobre a cidade 'histórica' e o seu destino. (...) os pobres também têm direito ao centro histórico e à arquitetura" Alexandre Alves Costa in Becker et al. (1979) p.65.
[32] Siza (1996).



Manifestações dos moradores, 1975
(Fotografia: Alexandre Alves Costa, 1975)



Assembleias dos moradores, 1975
(Fotografia: Alexandre Alves Costa, 1975)



Construções SAAL, 1975
(Fotografia: Alexandre Alves Costa, 1975)

A escolha dos casos de estudo

O primeiro caso de estudo é o Bairro da Bouça, no Porto, projeto do arquiteto Álvaro Siza, através do qual se problematiza as contradições de um sucesso. A obra foi, à data, um megassucesso arquitetónico e, ainda hoje é reconhecida como um dos marcos da arquitetura portuguesa no âmbito de habitação social. No entanto, devido ao crescimento do turismo, ao reconhecimento do arquiteto e à escassez de habitação estudantil e residências na cidade do Porto, entre outros fatores, o propósito inicial de habitação social foi sendo corrompido. Atualmente há já vários fogos vendidos ou alugados a pessoas externas à associação de moradores do Bairro da Bouça.

O segundo caso de estudo é o Bairro do Leal, também no Porto, projeto do arquiteto Sérgio Fernandez e, neste, aborda-se os motivos de um insucesso. Apesar do propósito inicial de habitação de custos reduzidos não ter sido adulterado, como no caso acima descrito, devido à falta de manutenção necessária, algumas habitações encontram-se até insalubres. Trata-se de um caso que, atualmente, não consegue dar resposta às necessidades dos moradores, tanto a nível arquitetónico, como social.

Por fim, o último caso de estudo é o projeto para uma ilha no Monte da Lapa, no Porto, do arquiteto Álvaro Siza. A ilha pertence à empresa Pedra Líquida, que promoveu o projeto através de um mega branding do arquiteto estrela. Aqui introduz-se a capitalização dos contrastes, ou seja, a forma como uma empresa lucra com a promoção da vida em ilha, vendendo esse "produto" a turistas.

Pretende-se, assim, mostrar três exemplos da forma como os espaços coletivos de bairros sociais foram pensados e (in)resolvidos e o que se pode tirar para os espaços a produzir atualmente.



Bairro da Bouça em construção, Porto, 1975
(Fotografia: Alexandre Alves Costa, 1975)



Manifestações moradores do Bairro do Leal, Porto, 1975
(Fotografia: Alexandre Alves Costa, 1975)



Ilha Monte da Lapa, Porto, sem data
(Fotografia: Adriana Castro, 2018)

Contradições de sucesso - Bairro da Bouça, Álvaro Siza

> *De que forma é que a mudança do panorama socioeconómico do Porto afeta as redes de vizinhança? Como é que os moradores se apropriam do espaço coletivo atualmente?*

O projeto do Bairro da Bouça, no Porto, foi, em grande parte, influenciado pelo contexto sociopolítico durante o qual foi concebido, pouco antes da Revolução de Abril de 1974. A necessidade de resolver a questão da habitação, ainda inacessível às pessoas mais desfavorecidas, fez com que os arquitetos passassem da prática académica para o contacto direto com os moradores. Simultaneamente, cresciam vários movimentos populares de luta pelo direito à habitação e pelo direito à cidade e, com o aparecimento do Processo SAAL, a população, antes agente passivo na definição das suas habitações, passou a ter uma voz ativa nesta matéria.

O projeto é resultado, não só das intenções do arquiteto, como também das circunstâncias, impossíveis de contornar, principalmente o grande controlo de custos que influenciou os materiais e as áreas dos fogos.[33]

Em 1973 é elaborado o primeiro plano, para o Fundo Fomento Habitação, relativo à Unidade Residencial da Bouça e, só mais tarde, em 1974 é que a Associação de Moradores da Bouça pediu apoio à Brigada SAAL.[34] Tanto as restrições económicas como o facto de o local da obra ser uma zona nobre da cidade - centro histórico do Porto - foram as duas grandes condicionantes a que, numa primeira fase, só fossem construídos apenas dois, dos quatro blocos do conjunto. Só no ano 2000 é que o projeto foi retomado, traduzindo-se na recuperação das habitações existentes e na construção das restantes partes da proposta. A obra só viria a ser concluída em abril de 2006.

[33] Camps (2012) p.24.

[34] "O projecto de Siza para a Bouça é anterior ao 25 de Abril e a sua integração no SAAL deveu-se ao facto de, entretanto, os moradores pobres daquela zona se terem constituído em Associação de Moradores e reivindicarem, como tantos outros, uma solução no local, que resolvesse as péssimas condições em que viviam." Alexandre Alves Costa in Revista Arquitectura e Vida, nº 78 (2007) p. 26.

O projeto é constituído por 4 edifícios habitacionais paralelos entre si, rematados a norte por um muro que faz frente à linha férrea. Entre os blocos desenham-se pátios longitudinais, encerrados de um lado pelo muro, mas do outro lado abertos à cidade, para a Rua da Boavista. A ligação à envolvente é também reforçada pela criação de uma galeria e alguns equipamentos, como espaços para comércio e salas de reunião para os moradores, que surgem como remate dos blocos habitacionais.[35]

Cada edifício tem 4 pisos com casas maioritariamente de tipologia T3 duplex, num total de 126 habitações. O acesso é feito pelos pisos intermédios, as de baixo através de uma escada individual e as de cima através de uma galeria comum.

A configuração do espaço público tem um papel determinante na forma como os moradores o apropriam, refletindo-se nas interações sociais e redes de vizinhança existentes. Apesar do espaço físico não mudar, no caso do Bairro da Bouça, o espaço "social" foi-se adaptando às mudanças no panorama socioeconómico do Porto.

Inicialmente, sendo um projeto para o Fundo Fomento Habitação e, mais tarde para o SAAL, todos os moradores eram pessoas com poucas possibilidades económicas. À data, os pátios foram concebidos e eram utilizados coletivamente como prolongamento das habitações - "Para mim este pátio é como um estádio de futebol e as escadas são as bancadas".[36]

Mais tarde, com o aparecimento da linha de metro no início da viragem do século, o pátio passou a ser muito mais um local de atravessamento entre a estação e a rua da Boavista. É de relembrar que na mesma altura a obra do Bairro da Bouça ficou concluída, ambos os fatores que fizeram com que aumentasse significativamente o interesse no conjunto.

Atualmente, com o crescimento do turismo na cidade do Porto e pela facilidade do uso de plataformas de arrendamento fácil, muitas habitações estão a ser usadas para fins turísticos, como registou o jornal Público numa reportagem

[35] "Da intersecção da galeria com os diferentes blocos surgem espaços variados, num jogo interactivo de luz, sombra e de enfiamentos visuais para com os blocos e os pátios confrontantes, contradizendo a monotonia gerada quando o percurso elevado se fecha à proposta." Leidy Melo in Melo (2007) p.73.
[36] Camps (2012) p.31.

intitulada “O Airbnb já mora no Bairro do Siza”[37]. Nesta, percebe-se que a questão causa um incomodo compartilhado por vários residentes sobre os novos moradores destas habitações conquistadas através da luta dos trabalhadores. “Isto não é aquilo por que lutei, o bairro era para os moradores"[38], desabafa Orquídea Santos, que reside na Bouça desde que se entregaram as chaves aos moradores. “As pessoas mais velhas mostram alguma apreensão, vêm gente de cara diferente todos os dias, têm receio de deixar as portas abertas, sentem-se inseguras”[39], comenta António Regedor, um dos 3 administradores de condomínio da Bouça. “Os mais novos e cosmopolitas não têm tanto essa percepção negativa, até porque alguns também já estiveram nesse papel noutros países.”[40]Estes últimos a que se refere António são estudantes universitários, isto porque, para além do crescimento do turismo, houve também um crescimento do número de vagas universitárias na cidade do Porto, o que levou a que algumas casas sejam também alugadas a estudantes, em parte devido à escassez de habitação estudantil e residências. “Só pergunto: se isto foi construído para habitação própria com fundos do Estado por que razão está a ser usado para arrendamento?”[41], pergunta Fernando Cardoso, morador no Bairro.

Outras habitações, ainda, foram vendidas a arquitetos ou pessoas ligadas às áreas culturais, entusiastas pela obra do Pritzker, como se pode ler noutra reportagem do mesmo jornal com o título “Novos moradores da Bouça podem melhorar o ambiente do bairro”[42]. Nesta, um dos proprietários, Carlos Carvalho, aponta como denominador comum dos novos moradores "a ligação às artes e à Arquitectura"[43], com muitos deles a serem "apreciadores da obra" e "alunos ou ex-alunos de Siza".

Em suma, apesar do valor arquitetónico desta obra na sua resposta ao contexto urbano e social da época, a mudança no panorama socioeconómico da cidade do Porto fez com que se desvirtuasse o propósito de cariz para o qual o foi construída.

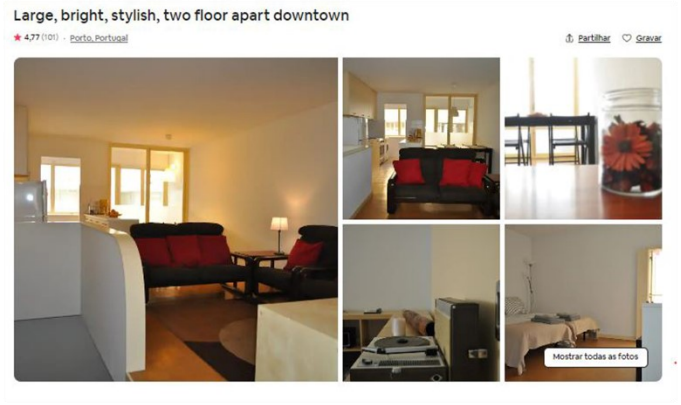
[37] Pinto e Garrido (2018).
[38] Orquidea Santos, moradora do Bairro da Bouça, in Pinto e Garrido (2018).
[39] António Regedor, administrador de condomínio do Bairro da Bouça, in Pinto e Garrido (2018).
[40] Ibidem.
[41] Fernando Cardoso, administrador de condomínio do Bairro da Bouça in Pinto e Garrido (2018).
[42] Barros e Roberto (2005).
[43] Carlos Carvalho, morador do Bairro da Bouça, in Barros e Roberto (2005).



Bairro da Bouça, Porto, Álvaro Siza, 1974
(Fotografia: India Block, 2018)



Bairro da Bouça, Porto, Álvaro Siza, 1974
(Fotografia: India Block, 2018)



Bairro da Bouça, Porto, Álvaro Siza, 1974
(Captura de ecrã: Airbnb, 2020)

Razões para o insucesso - Bairro do Leal, Sérgio Fernandez

> *De que forma é que a obra consegue responder às necessidades sociais e arquitetónicas dos moradores? Como é que a falta de manutenção por parte das entidades competentes afeta a relação dos moradores com o espaço coletivo?*

À semelhança do anterior, este caso de estudo teve origem no processo SAAL. Trata-se do Bairro do Leal, na Trindade, no Porto, projeto do arquiteto Sérgio Fernandez.

Muitas vezes, as operações SAAL, são variantes de casas em ilha, ou pelo menos tentam preservar algumas das suas qualidades formais, tais como a permanente relação de proximidade entre casas e com envolvente - relações de vizinhança - de modo a garantir a sua vitalidade. O termo "ilha atípica"[44] é mesmo usado por Sérgio Fernandez para descrever o Bairro Leal.

A associação de moradores do Bairro do Leal, criada no início da década de 70, era constituída na sua totalidade por 186 habitações, organizadas como uma ilha dentro de um quarteirão. Em 1974, com o início do processo SAAL, os moradores encetaram numa luta contra a construção de um parque de estacionamento, que já tinha visado a demolição de um conjunto significativo de habitações.

Após a integração do arquiteto Sérgio Fernandez no processo, foi realizado um levantamento intensivo, casa a casa, de forma a obter um conhecimento profundo sobre a população e as suas carências. Porém, a necessidade urgente de habitação fez com que se iniciasse rapidamente a construção destes fogos, que serviu não só para que a população experimentasse e contestasse as habitações, bem como sentisse o propósito e a utilidade dos esforços e da luta que travavam.

O Bairro do Leal era caracterizado por ruas muito estreitas, ladeadas por um conjunto de habitações não maiores do que 16m2 e com uma única frente. Estas construções, muitos delas em granito, constituíam pré-existências que, no entender do arquiteto, em alguns casos, poderiam ser adaptadas ou melhoradas,

[44] Fernandez (2018).

o que não se concretizou. Anos mais tarde, inclusive, o bairro foi praticamente todo demolido.

A proposta era constituída por 49 novos fogos e dividida em duas fases. A primeira fase, e a única a ser construída, contemplava 16 casas no lote de terreno conquistado pelos moradores, onde já estava adjudicada a obra para o parque de estacionamento.

O projeto, que subsiste, é composto por dois edifícios de habitação em banda, organizados linearmente, de forma a garantir as mesmas condições a todos os moradores, como por exemplo, exposição solar. A entrada nas habitações é feita através de pequenos pátios privados, que muitas vezes servem de lavandaria e dão acesso a dois espaços distintos, sala e cozinha. Os edifícios abrangem tipologias de T1 a T4, sendo que tanto T3 como T4 são duplex, com a sala e cozinha no piso térreo e os quartos no piso superior.

O projeto usa o potencial formal da ilha para o tecido urbano, como também aproveita a sua vertente mais social e comunitária, reinventando-a. Assim, o acesso às casas é feito através de um corredor central que funciona como espaço social, recriando o sentido de proximidade e vizinhança que existe nas ilhas comuns, uma das condicionantes reivindicadas pela população.

Tirando este corredor central, o espaço público no Bairro do Leal é muito limitado, devido ao contexto urbano de malha já consolidada onde se insere. Resume-se, deste modo, a um pátio que remata os dois edifícios e faz frente de rua para a Rua das Musas. Atualmente, o pátio só é usado como local de passagem, um pouco à semelhança do Bairro da Bouça.

Neste caso, e embora tenha sido preservado o propósito inicial de habitação social, ao contrário do caso de estudo anteriormente mencionado, o Bairro do Bouça, após vários anos sem a manutenção necessária por entidades competentes, nem possibilidades financeiras dos moradores a fazerem, algumas das casas encontram-se até insalubres.

Para além da insalubridade, o bairro encontra-se também em estado de degradação, pondo em risco, em alguns casos, a segurança dos moradores. À data da obra, o processo de construção era muito limitado, recorrendo por vezes a materiais rudimentares ou de má qualidade. Inicialmente, era recorrente o uso

de bloco de cimento que, devido às circunstâncias da época, deixou de existir, o que fez com que a população, em muitos casos, intercetasse camiões carregados com materiais de construção para terminarem as suas casas[45]. No entanto, a utilização de materiais de diferentes qualidades teve consequências negativas nas construções.

Numa visita ao bairro, o vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto em 2014, Pedro Carvalho, afirma que "duas pessoas vivem no meio dos escombros"[46] e que "estes moradores têm de ser realojados o mais rapidamente possível, até por razões de segurança"[47]. Mas mesmo após a denúncia ter sido feita numa reunião camarária, "a situação mantém-se. É um caso de insalubridade e condições infra-humanas, aparentemente ligadas a redes e máfias de tráfico de pessoas. Não se encontrava ninguém no local, mas dá para perceber que ali estão pessoas a viver tipo colmeia"[48], relatado no site do PCP Cidade Porto, no dia 14 de setembro de 2014.

Os problemas de higiene são também relatados numa reportagem do jornal online JPN (Jornalismo Porto Net) do dia 31 de março de 2016, intitulada "Bairro do Leal: Um problema no fim à vista"[49]. Nesta, António Castro, um dos moradores, refere que existem pessoas que ocupam habitações de forma ilegal e que, não tendo saneamento básico, "fazem as necessidades básicas na rua"[50]. "A sanita deles é aqui. Eles querem fazer a vida deles, vêm fazer. Outras vezes fazem ali. Já fizeram à minha porta"[51], afirma.

Em síntese, apesar do propósito desta obra continuar a ser de cariz social, a falta de manutenção, de salubridade e higiene faz com que esta não consiga dar resposta às necessidades dos moradores, tanto a nível social como arquitetónico.

[45] Ibidem.
[46] PCP cidade do Porto (2014).
[47] Ibidem.
[48] Ibidem.
[49] Figueiredo e Fernandes (2016).
[50] António Casto, morador no Bairro do Leal, in Figueiredo e Fernandes (2016).
[51] Ibidem.



Bairro do Leal, Porto, Sérgio Fernandez, 1974
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2018)



Bairro do Leal, Porto, Sérgio Fernandez, 1974
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2018)



Bairro do Leal, Porto, sem data
(Captura de ecrã: JPN, 2020)

Capitalização dos contrastes - Ilha do Monte da Lapa, Álvaro Siza

> *De que forma é que se processa a convivência entre moradores e turistas? Como é que os moradores apropriam o espaço coletivo quando partilhado por transeuntes?*

Este último caso de estudo não tem por base um projeto do SAAL, mas sim um conjunto de assentamentos ilegais ou populares em forma de ilha localizado no Monte da Lapa.

Recentemente, três dessas ilhas foram compradas pela empresa Pedra Líquida, para reabilitação e dinamização de um investimento. Pretendem implementar uma alternativa ao "turismo tradicional, que é normalmente feito através de cadeias de hotel de marca, digamos, global, fosse de alguma maneira substituído por uma intervenção que mantivesse as pessoas que vivem no coração do Porto, portanto, na habitação dita operária e que pudesse misturá-la com os visitantes da cidade"[52], afirma um dos fundadores da empresa, o arquiteto Nuno Grande, em entrevista à SIC.

Considera ainda que é um negócio arriscado porque "não é muito tradicional escolher lugares destes como lugares turísticos"[53], quando a realidade é que há um interesse crescente por zonas habitacionais, sendo até já comum no centro histórico do Porto a convivência entre visitantes e moradores.

A empresa, que convidou o arquiteto Álvaro Siza para fazer o projeto, procedeu à expropriação de 21 famílias, num total de 32, que ocupavam de forma ilegal as casas, sendo que as restantes vão continuar a arrendar as casas, agora com o dobro da área e melhores condições para os moradores. Já as casas demolidas darão lugar a um empreendimento turístico – pousada com 6 quartos – e uma residência estudantil dedicada a Erasmus e Doutoramento.

Relativamente ao espaço público, considerando que estão a operar numa zona do Porto cuja malha está consolidada, no centro histórico, e que pretendem

[52] Grande (2017).
[53] Ibidem.

manter os traços gerais de uma ilha, não há oportunidades para abrir grandes vazios, pelo que, o espaço público é contido.

Este projeto de "reabilitação" levanta algumas questões sobre a sua integridade. Desde já a duplicação da área das casas existentes leva a um aumento da renda e consequente despejo dos moradores mais pobres.

De facto, no projeto que propõem, as condições de habitabilidade das pessoas serão melhoradas, mas sob o custo da exploração da vida dos habitantes. Como afirma a arquiteta Joana Coutinho, num artigo para a revista online Punkto, "Já não se trata apenas um processo de museificação da cidade, mas de museificação dos seus próprios habitantes. É uma espécie de turismo dos modos de vida, em que a estadia do turista é passada no mesmo contexto dos habitantes da ilha, de modo a que estes supostamente se integrem e deixem que contaminar para, assim, compreenderem a cidade. Ou seja, é o uso dos habitantes como parte do negócio que legitima a experiência que se vende."[54] Negócio este, que fica encoberto por trás de declarações como "as pessoas aqui são tão importantes como o edificado, ou mais, porque são elas que depois dão o caráter particular que este lugar tem".[55]

Também levanta a questão do direito à cidade das famílias que habitam as ilhas e que, por não terem contrato, ou possibilidades financeiras, se vêm expropriadas da sua casa. Embora a tendência do número de pessoas a viver neste tipo de assentamentos esteja a diminuir, as pessoas que vivem, continuam com poucas (ou nenhumas) condições de higiene. Certamente o "turismo dos modos de vida"[56], batizado assim por Joana Coutinho, não é desejável se for praticado nas condições reais de habitabilidade das ilhas. Infelizmente, o que é evidente com esta intervenção é que não passa de uma romantização da pobreza, onde as pessoas têm um papel semelhante ao de um animal num jardim zoológico.

A existência de um problema social, como carências económicas, falta de cuidados de saúde, o pouco apoio na educação, exclusão social, não se resolvem apenas com a melhoria das condições das casas.

[54] Arquiteta Joana Coutinho in Coutinho (2017).
[55] Alexandra Grande, promotora e associada da Casa do Conto in Imagens de Marca (2017).
[56] Arquiteta Joana Coutinho in Coutinho (2017).

Assim, reflete-se numa proposta que vive da marca do "arquiteto estrela", não realoja as pessoas mais desfavorecidas e ainda contribui para a gentrificação da cidade. Tendo por base um discurso sobre mostrar o que é "o Porto autêntico", apropria-se do conceito de um processo de arquitetura participativa (SAAL) que não teve por vista este mercado especulativo do turismo, mas sim o direito à cidade, para tentar fundamentar a sua intervenção.



Ilhas no Monte da Lapa, Porto, Sem Data
(Fotografia: Pedro Granadeiro, 2019)



Projeto Monte da Lapa, Nuno Grande, 2017
(Captura de ecrã: Imagens de Marca, 2020)

Monte da Lapa no Porto: que futuro vão ter os moradores?



Ilhas no Monte da Lapa, Porto
(Captura de ecrã: Porto Canal, 2020)

Pode-se concluir esta análise às abordagens à produção de espaços públicos inseridos em bairros sociais na cidade do Porto. Entende-se o porque destes espaços terem ficado irresolvidos, principalmente ao fim de vários anos de utilização intergeracional, a falta de resposta às necessidades dos moradores.

Em primeiro, no caso do bairro da Bouça do arquiteto Álvaro Siza, apesar do valor arquitetónico deste projeto, principalmente na sua resposta ao contexto urbano e social à época, como foi mencionado anteriormente, a mudança no panorama socioeconómico da cidade do Porto fez com que se desvirtuasse o propósito de cariz para o qual o foi construída. Daqui podemos retirar que nem sempre um espaço público bem desenhado e pensado significa que as pessoas se apropriem dele, é necessário o envolvimento dos moradores continuo de modo a sentirem pertença ao espaço e o resgatarem.

Em segundo lugar, o bairro do Leal, do arquiteto Sérgio Fernandez, neste o propósito da obra continua a ser de cariz social, no entanto a falta de manutenção e salubridade das habitações faz com que esta obra já não dê resposta aos moradores tanto a nível espacial como social. Sendo as habitações de dimensões muito pequenas e com más condições, os habitantes tendem a usar o espaço público mais, contudo este não proporciona segurança e conforto. O contributo desta obra é a importância de manter, renovar e atualizar os espaços dos bairros sociais, num meio em que já prevalece a segregação e estigmatização social.

Por fim, o projeto para a ilha do Monte da Lapa do arquiteto Álvaro Siza, promovida pela empresa Pedra Líquida. Esta proposta, muito criticada, apoia-se na marca do arquiteto, não apoia os moradores mais pobres e contribui para a gentrificação da cidade do Porto. Daqui podemos retirar o resultado da falta de participação dos moradores, das preocupações capitalistas e não sociais, tendo por vista o mercado especulativo do turismo.

Em síntese, as contradições de um sucesso arquitetónico, mas um ficar aquém a nível social, os motivos de um insucesso tanto do espaço doméstico e público como com os moradores e a capitalização do projeto em prol do turismo prejudicando o direito à habitação das pessoas, são questões negativas que contribuem para uma resolução dos espaços públicos inseridos em bairros sociais com mais sucesso no futuro. Assim, e, após uma análise das ferramentas e metodologias usadas para resolução do espaço público, mas paralelas à

arquitetura e após esta analise de como foram as abordagens aos problemas arquitetónicos na cidade do Porto, pretende-se fazer uma aproximação ao caso de estudo do bairro da Marinha de Silvalde, retirando o que aprendemos até agora e espelhando isso numa abordagem participativa ao espaço público deste bairro social.

"Faz tudo [creche, centro de saúde e escola primária] falta! Então os miúdos para ir para a escola têm de apanhar o autocarro da parte de cima da linha e a chover... e se vem um pendular? Leva-os num segundo, aquilo é um segundo! E nós, temos de ir ao posto médico e chegamos lá nem nos atendem, nem atendem o telefone! [Se pudesse mudar alguma coisa], mudava quase tudo. Primeiro o transito, estes carros em cima dos passeios. Os autocarros deviam vir aqui abaixo para as crianças os apanharem. Prometeram que ia haver uma linha de autocarros para ir ao posto médico e não põem nada..."

Moradora do bairro da Marinha em entrevista

III Aproximação ao caso de estudo – Bairro da Marinha de Silvalde

Como se caracteriza o bairro? De que forma é que as metodologias estudadas podem ser aplicadas neste caso de estudo? Diagnóstico das problemáticas através de mapas e registos fotográficos. Como é que o diagnóstico e os moradores informam um exercício arquitetónico? Criação de um programa participado com as vozes das pessoas.

Numa fase inicial realizou-se um estudo do que foram as ferramentas e metodologias de projeto que se tem vindo a observar a nível internacional em forma de abordagens paralelas à arquitetura. Mais tarde, procedeu-se à análise do foi feito a nível local relativo aos espaços públicos inseridos em bairros sociais e o que ficou por resolver nesses espaços. Pretende-se agora pegar nestas referências estudadas e partir para a aproximação ao caso de estudo, o bairro da Marinha de Silvalde.

Introduz-se este caso de estudo com uma pequena abordagem aos moradores de etnia cigana e vareiros. De seguida, passa-se para o retrato histórico, físico e social do bairro da Marinha, onde se pretende descrever este núcleo urbano de uma forma alargada. Faz-se um diagnóstico do espaço público e do edificado, através do uso de ferramentas como o mapeamento e registo fotográfico, que se enquadram numa abordagem participativa da arquitetura. E por fim, usa-se esse diagnóstico e as vozes dos moradores para informar a criação de um programa participado, na procura de uma proposta de diálogo entre as pessoas e o espaço público.

Etnia Cigana

A comunidade cigana entrou em Portugal na segunda metade do século XV, no entanto ficou marcada pela "repressão, discriminação e segregação, provenientes não só das pessoas comuns, mas também das instituições oficiais estatais."[57] Há uma grande incerteza relativamente ao número de ciganos que

[57] Marinho e Amaro (2003) p.90.

existem em Portugal, mas será entre 20 000 e 100 000.[58] Em Espinho foram identificadas 88 famílias, 319 pessoas, o que representa 1% da população total do concelho.

Dessas 319 pessoas, cerca de 30% é vendedor ambulante e somente 0,7% é que trabalha por conta de outrem. Das pessoas desocupadas, 74,2% estão no desemprego voluntariamente. Relativamente à sua habitação, a esmagadora maioria (86%) vive em bairros sociais, apenas 3,9% tem habitação própria e 1,6% vivem em barracas. A grande maioria também obtém os seus rendimentos através de prestações sociais.[59]

A comunidade cigana caracteriza-se por valorizar muito a família numerosa; distribuir os papeis por géneros em que a mulher educa as crianças, cuida da casa, trata do orçamento familiar e respeita o marido, já o marido mantem a economia familiar, é a autoridade e está encarregue das tomadas de decisão; relativamente às crianças, são livres de aprender por si mais ou menos até aos 10 anos, sendo que após isso os rapazes vão aprender o oficio do pai e as raparigas as lides domésticas com a mãe; as raparigas casam-se muito cedo, aos 14 e os rapazes aos 16.[60] Contudo, atualmente, a comunidade percebe a importância da educação e formação para uma boa integração na sociedade dominante e, como tal, cada vez mais as crianças não abandonam a escola.[61]

"É importante ter em mente que, para superar o impasse da pobreza e da exclusão social, seria necessário quebrar o círculo vicioso entre fracasso e/ou abandono escolar, e o legado da pobreza e da exclusão social reproduzidos nas comunidades ciganas. Por esta razão, não é suficiente a intervenção das instituições de reinserção social, da escola e dos seus agentes educacionais, especialmente os professores, mesmo que bem-intencionados, importantes e úteis. As próprias comunidades ciganas, em articulação ou não com outras entidades, como associações e partidos políticos, deverão aumentar o seu potencial de poder."[62]

[58] "Não é possível apontar rigorosamente o número de ciganos que vive em Portugal. O regime democrático, através da Constituição da República, proíbe em absoluto a discriminação étnica, o que, obviamente, inclui qualquer tipo de contagem que quantifique grupos étnicos. De qualquer forma, de acordo com um estudo recentemente publicado, com base num inquérito aos municípios, existem cerca de 21831 ciganos em Portugal. (...) No entanto, ainda outro estudo publicado pelo Instituto das Comunidades Educacionais, refere que os ciganos em Portugal variam entre os 50 000 e os 100 000." Marinho e Amaro (2003) p.92.

[59] Toda a informação retirada de Costa e Amorim (2013) p.356 a 359.

[60] Informação retirada de Marinho e Amaro (2003) p.93 e 94.

[61] Informação retirada de Marinho e Amaro (2003) p.117.

[62] Manuel Carlos Silva e Silva Gomes in Space Transcribers (2018) p.32.

A etnia Vareira

Da origem da palavra, vareiro é um habitante da beira-mar da zona de Ovar ou desde Aveiro até às proximidades do Porto. Também pode significar vendedor ambulante de peixe.[63]

Estas pessoas são originalmente pescadores ou vendedores de peixe e habitantes nesta região do país. Procuravam, durante anos o sustento que o mar lhes podia dar noutras terras e, assim, foram formando colónias pela costa portuguesa, como por exemplo, o bairro da Madragoa, em Lisboa, em grande parte constituído por vareiros. Como tal, a expressão varino ou varina, tornou-se usual para designar as pessoas que vinham da zona de Ovar.[64]

Vareiro também é a designação de um barco[65] característico desta região, pequeno e estreito, normalmente conduzido à vara, como não se aventura na ondulação alta, contrasta muito com outros barcos. Está também associado à vara que os homens usavam para carregar o cesto do peixe e ainda à capa que vestiam para se protegerem do frio. A vareira é ainda uma dança tradicional muito característica desta zona, como é exemplo a música ao lado, característica dos vareiros de Espinho.[66]

[63] Informação retirada do site da Infopédia (2020) sob o título "Vareiro".
[64] Ovar, vem da palavra Var, o var. Var significa laguna ou estuário que são lugares de varadouro, ou seja, onde as embarcações podem varar. Varar é fazer encalhar um barco em terra para a consertar ou guardar. Varadouro também pode significar as rampas de acesso a terra que existem em muitos portos. Informação retirada do site Folclore de Portugal (2020).
[65] Os saleiros e moliceiros são barcos que originaram no vareiro.
[66] Letra retirada do site RUA 28 (2011).

Minha linda vareirinha, tão vaidosa...
Quem te fez assim tão linda, minha rosa?!
Ai certamente o mar dolente sobre a areia,
Foi quem te deu toda essa graça de sereia!

Vareira, santa da minha fé!
Não dês ao lindo pé dessa maneira!

Tu dás ao pé desse jeito, para que o vejam...
E olha as ondas gostam tanto que até o beijam!
Ai certamente o mar dolente ó vareirinha,
Foi quem te deu toda essa graça de andorinha!

Vareira, santa da minha fé!
Não dês ao lindo pé dessa maneira!

Se não fora o teu encanto permanente,
Nem o mar valia tanto, certamente!
Vendo o teu corpo airoso e lindo, as próprias ondas
São mais coquetes, mais perfeitas, mais redondas!...

Vareira, santa da minha fé!
Não dês ao lindo pé dessa maneira!

Música - Fausto Neves
Letra - Carlos de Moraes

A escolha do caso de estudo

A escolha deste caso de estudo do bairro da Marinha de Silvalde, deve-se à minha vivência diária no mesmo, lê-se como uma oportunidade para trabalhar o espaço público com duas circunstâncias únicas, a de ser moradora e simultaneamente estudante de arquitetura, partindo de um ponto em que as problemáticas que este conjunto urbano suscita já são reconhecidas.

Conforme mencionado anteriormente, há uma vontade de desfazer pré-conceitos em relação ao espaço público e ao edificado, inclusive da minha parte, e de tentar combater algumas discriminações. É um lugar negligenciado não só socialmente pela conotação negativa que tem e pelo sentimento de exclusão, como também pelos seus limites físicos – o mar a poente, o campo de golfe a sul e a linha férrea a nascente. Abordar questões da participação na arquitetura e a posição do arquiteto junto destas comunidades também é um interesse.

Algumas das problemáticas são comuns à maior parte dos bairros sociais, como a excessiva concentração de pessoas com pouca capacidade financeira no mesmo espaço, de grupos de risco ou grupos mais carenciados, que leva à segregação e distinção social e física do núcleo urbano.

Surgem, no entanto, algumas problemáticas novas que devem ser mencionadas. Em primeiro, o facto de o ano de 2020 ser caracterizado pela pandemia mundial devido ao vírus COVID-19 e que condicionou muito a forma como os moradores usam o espaço público e a forma como se apropriam dele. E, em segundo lugar as obras de Requalificação da Linha Férrea, ao longo de toda a cidade de Espinho, que também causaram alguns constrangimentos, principalmente no transito de veículos e circulação de pessoas devido ao corte de algumas vias.



Passadiço à beira mar
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Esplanada à beira mar
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Esplanada à beira mar
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

Retrato histórico, físico e social

> *Como se caracteriza o bairro? Onde é? Qual é a sua história? Como se classifica o seu espaço público e o edificado? Quem habita em Silvalde e quem habita no bairro?*

O local onde vivemos, onde trabalhamos, as pessoas com quem convivemos e a nossa rotina diária influenciam a forma como pensamos, criamos opiniões e nos apropriamos do espaço. Os bairros sociais são exemplos do que é a convivência entre pessoas de diferentes origens e os únicos espaços onde "ainda se pode viver um modo de vida baseado na solidariedade interpessoal".[67]

Estas estruturas sociais são distinguidas por Jean Rémy e Liliane Voyé através da sua construção: "bairros que, embora integrados no espaço da cidade urbanizada conservam um modo não urbanizado de apropriação do espaço e se inscrevem numa continuidade com o passado; bairros que, também eles, pertencem ao espaço da cidade urbanizada, mas tomam nele uma significação particular pelo facto de funcionarem como comunidades de transição para populações emigradas; espaços de bairros de lata, que constituem lugares importantes, quantitativa e qualitativamente, em todos os países em desenvolvimento rápido e que funcionam como interstícios entre a cidade e o campo; bairros objeto de reinvestimento por parte de populações valorizando os modos de vida não urbanizados e que descobrem, aí, um espaço de distanciamento em relação aos ambientes regidos pela ideologia dominante."[68]

Este caso de estudo, que se integra na primeira categoria enunciada acima, trata-se maioritariamente de habitação popular e social. A Portaria n.º 828/88, de 29 de dezembro, define a habitação social como "habitação de custos controlados promovida com apoio financeiro do Estado, nomeadamente pelas Câmara Municipais, Cooperativas de Habitação, Empresas Privadas e Instituições Particulares de Solidariedade Social, destinadas à venda ou arrendamento e as que obedeçam aos limites de área bruta, custo de construção e preços de venda fixados."[69] Tem como mote a criação de condições de acesso à habitação a

[67] Rémy e Voyé (1994) p.108
[68] Rémy e Voyé (1994) p. 99
[69] Informação disponível em Costa e Amorim (2013) p.286.

grupos sociais que, devido às suas condições socioeconómicas, se vêm excluídos do mercado imobiliário, não conseguindo obter uma habitação digna.

"Os bairros sociais, sucessivamente relegados para as periferias dos centros urbanos, têm criado um fenómeno de espacialização da pobreza, concentrando em locais específicos da cidade os sectores mais carenciados da população local. Iguais entre si, os bairros sociais distinguem-se na malha urbana, quer seja em termos arquitectónicos, quer em termos sociais."[70]

"Aquilo que, à partida, parecia ser a solução mais viável para a integração das populações (atribuir fogos e oferecer condições habitacionais melhoradas) acabou por se converter num instrumento de segregação e de guetização. A excessiva concentração de populações socioeconomicamente mais desfavorecidas e de alguns grupos de risco em espaços exíguos e densamente ocupados acabou por intensificar a diferenciação social da cidade e a segregação desses espaços."[71]

Considerando, não só estas condicionantes já comuns em habitação social, mas também as novas circunstâncias abordadas anteriormente, parte-se, assim, para uma análise histórica, física e social através das questões "Onde é o bairro?", "Como é o bairro?" e "Quem habita o bairro?", respetivamente. A análise é baseada não só em mapas disponíveis como também em dados demográficos.

[70] Costa e Amorim (2013) p.291.
[71] Augusto (2000) p.3.

Onde é o bairro?

"Espinho" é, originalmente, o nome de um lugar em São Félix da Marinha, freguesia de Gaia, a norte da cidade. Apesar de haver registos de uma vila romana de nome Spino que aí existia aquando da ocupação da Península Ibérica pelo Império Romano[72], a denominação "Espinho" poderá também ter origem nos arbustos espinhosos que eram abundantes ao longo das dunas deste lugar.[73]

Até 1855, Espinho pertencia ao concelho de Ovar e caracterizava-se por uma colónia de pescadores do Furadouro[74] que, no verão, pescavam nesta costa, abrigando-se em palheiros espalhados pelo areal. No mesmo ano, a vila passou a pertencer ao concelho da Feira, sendo que só em 1899 é que se tornou independente e, só anos mais tarde, acolheu outras freguesias à volta, incluindo Silvalde.[75]

As habitações da colónia de pescadores ali situada não tinham boas condições, especialmente tendo em conta que, no início do século XX, Espinho tinha 800 fogos e população de 3831, com dimensão média por fogo de 7,8 pessoas[76]. No entanto, o aglomerado foi crescendo e estabilizando à medida que os avanços do mar também estabilizavam. Atualmente, o conjunto urbano denomina-se Marinha de Silvalde, situa-se a sul da cidade de Espinho, na freguesia de Silvalde e tem, aproximadamente, 2,5 km quadrados de área.

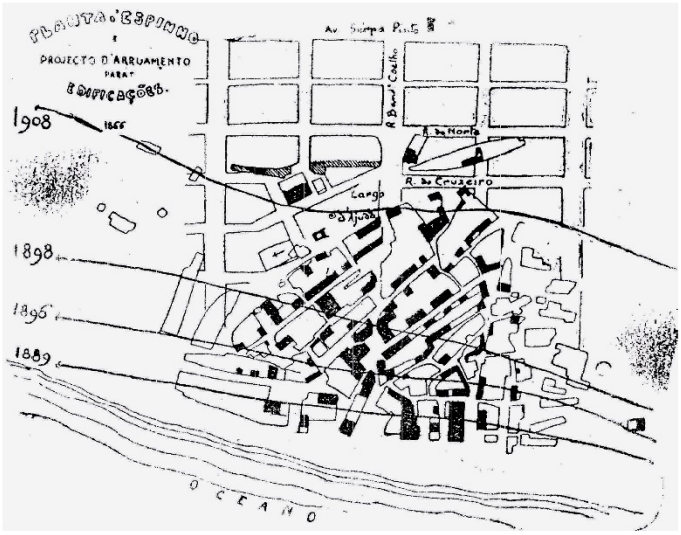
"Este Bairro, historicamente muito ligado ao mundo da pesca faz parte do conjunto urbano de Espinho, ainda que fique como uma entidade confinada entre a frente litoral e a linha ferroviária que passa à superfície. Este isolamento do Bairro da Marinha, apesar da sua proximidade do núcleo urbano, deve-se a uma serie de barreiras físicas que lhe provocam fortes descontinuidades com a sua envolvente, não só a nascente pela presença da linha férrea e a poente pelo limite natural que representa a linha costeira, como também a sul pela existência de uma grande extensão privada [campos de golfe] que impossibilita qualquer

[72] Quinta (1999) p.11.
[73] Informação retirada do site da Junta de Freguesia de Espinho
[74] Azevedo (1961) p.5.
[75] "Até 1855 a Costa de Espinho pertencia à freguesia de Ovar, passando por Decreto de 24 de Outubro desse ano a fazer parte da freguesia de Anta, Concelho da Feira. (...) A criação do novo concelho, com uma única freguesia, surgiu dez anos depois, em 1899" informação retirada do site da Camara Municipal de Espinho (2020).
[76] Lopes (2013) p.71.

trânsito nesta direção e a norte, onde a velha fábrica de conservas Brandão Gomes & C.ª, principal fonte de emprego da população do bairro até ao seu encerramento, também representava, pelas suas dimensões e estado de abandono, uma verdadeira barreira que dificultava, antes da sua reabilitação, as relações naturais e fluidas com os bairros marinhos vizinhos."[77]

Assim, lê-se o bairro da Marinha de Silvalde como um território fechado pelos seus limites geográficos muito demarcados. Fator este, que, juntamente com o elevado número de moradores e com a tipologia de habitação predominante ser unifamiliar de um só piso, fez com que a malha urbana se consolidasse rapidamente e não deixasse oportunidade para a criação de novos espaços públicos e redesenho dos atuais. De facto, apesar da malha ser retilínea e de dar continuidade do plano urbano existente para o centro da cidade de Espinho, não houve um plano urbano para a Marinha de Silvalde e, como tal, não foi considerada a necessidade de espaços públicos, com a exceção dos dedicados à circulação – ruas e passeios. Deste modo, os espaços públicos que se encontra, são, na sua maioria, vazios que o edificado não preencheu.

[77] Santos (2009) p. 23 a citar Sárria, Carlos e Júnior, João Paulo. (2005). Programa de reabilitação urbana da Marinha de Silvalde – Espinho. Fórum Ambiente do Grande Porto. Já não disponivel online.



1ª Planta de Espinho, com avanços do mar, 1908
(Fotografia: Junta Freguesia Espinho, 2019)



Fábrica de Conservas Brandão Gomes, 1910
(Pintura a óleo: Silva e Cª, Porto, 1910)



Vista do lugar da Marinha, 1910
(Fotografia: Junta Freguesia Espinho, 2019)

Como é o bairro?

Pode-se dividir o edificado do bairro da Marinha de Silvalde em quatro categorias sendo elas, habitação unifamiliar, habitação plurifamiliar, equipamentos e serviços.

Relativamente à habitação unifamiliar identifica-se duas tipologias de edificado, habitações de um só piso térreo e habitações com 2 ou mais pisos. O primeiro caso, "a casa do pescador", é o mais comum e caracteriza-se por habitações pequenas com 6 ou 7 metros de frente para a rua, aproximadamente. Por norma, estas casas têm uma porta ao meio, uma janela de cada lado e telhado de duas águas. Algumas prolongam-se para o miolo do quarteirão, outras têm pequenos pátios. Apesar de não haver suporte teórico, através de fotografias antigas, é possível depreender que esta tipologia de habitação seria a originalmente construída nesta zona da Marinha de Silvalde. Quanto às habitações com 2 ou mais pisos, "a casa de sonho", lêem-se como uma evolução do primeiro caso, sendo que a maior parte delas se localiza nas esquinas dos quarteirões, de forma a usufruir de mais do que 1 frente de luz. No entanto, tirando esta característica, não há mais nenhum traço distintivo nestas habitações, cada morador constrói a sua casa conforme a possibilidade económica que tem, sendo que muitos destes casos são inclusive emigrantes.

Apesar da casa térrea ser a tipologia mais comum, a que aloja a maior parte da população é o bloco habitacional. Existem 7 conjuntos habitacionais, num total de 17 blocos de habitação plurifamiliar. Estes foram, na sua grande maioria, construídos por entidades públicas como a Câmara Municipal ou o Estado através de cinco programas de habitação, as Casas para Famílias Pobres,[78] as Casas para Pescadores,[79] as Casas de Renda Económica[80], o Programa Especial de Realojamento,[81] e o Fundo de Fomento à Habitação,[82] e ou foram vendidos ou estão alugados a pessoas com dificuldades económicas.[83]

[78] Lameira e Rocha (2019) p.50 – 52 e 171 – 176.
[79] Lameira e Rocha (2019) p.53 e 54 e 183 – 187.
[80] Lameira e Rocha (2019) p.55 – 60 e 176 – 183.
[81] Costa e Amorim (2013) p.290 – 292.
[82] Lameira e Rocha (2019) p.67 e 196.
[83] Alguma da informação também se encontra disponível no site da Câmara Municipal de Espinho, disponível no site da Câmara Municipal de Espinho sob o título "Habitação social".

O primeiro programa, Casas para Famílias Pobres, foi aprovado por Decreto-Lei em 1945. Neste, o governo compromete-se a construir 5000 destinados ao alojamento de famílias pobres[84] que não tinham acesso a outras ofertas de habitação pública. Inicialmente tratava-se de habitação unifamiliar, porém mais tarde transitaram para plurifamiliar. No caso da Marinha de Silvalde existe, deste programa, 54 fogos, que, entretanto, foram reabilitados e têm o nome atual de Bairro Novo.[85] É o conjunto de habitação plurifamiliar mais antigo do município todo, construído em 1951.[86] "Era constituído de origem por 58 fogos (16 fogos T0, 24 fogos T2 e 18 fogos T3 duplex), distribuídos por 7 edifícios, de rés-do-chão e andar, um dos quais mais recente – Bloco 7, construído no ano de 1975, de forma a dar resposta às inúmeras carências habitacionais do concelho à data. Todos os fogos foram atribuídos a título precário, mediante licença, sob a forma de Alvará. Um levantamento de terreno, levado a cabo em conjunto pela Divisão de Ação Social, Intergeracional e Saúde e pela Divisão de Obras Municipais, de forma a proceder à identificação dos agregados familiares aí residentes, dá conta das inúmeras obras de alteração realizadas pelos moradores e redução do número de fogos para 54, resultado da junção de fogos."[87]

Já o segundo programa, Casas para Pescadores, foi legislado em 1937 e "estabelece as bases para a criação, em todos os centros de pesca, de organismos de cooperação social, com personalidade jurídica, denominados Casas dos Pescadores."[88] O tipo de edifício mais comum tem 2 pisos e acede a 2 apartamentos, no entanto, no caso do bairro da Marinha, e apesar de haver essa tipologia, não se sabe com certeza qual é o conjunto habitacional que corresponde. Sabe-se, no entanto, que houve 2 fases, uma em 1945 e outra em 1960.[89]

O terceiro programa, Casas de Renda Económica, inicialmente foi determinado que seriam blocos construídos com 4 pisos no máximo com acesso direto a cada habitação e cujo objetivo era serem vendidos ou alugados a famílias de classe média. O estado permitiu ainda, pela primeira vez, "a participação de instituições

[84] Decreto Lei 34486 de 6 de abril de 1945, disponível em Lameira e Rocha (2019) p.50
[85] Costa e Amorim (2013) p.292.
[86] Costa e Amorim (2013) p.308.
[87] Costa e Amorim (2013) p.293.
[88] Lei 1953, de 11 de março de 1937, disponível em Lameira e Rocha (2019) p.53.
[89] Lameira e Rocha (2019) p.53.

de previdência social."[90] Neste caso, o conjunto habitacional construído no âmbito deste programa ainda existe no bairro da Marinha, está localizado na rua Avenida São João de Deus, foi construído em 1993, tem 4 pisos e 36 frações, das quais 28 são de tipologia T3, 4 de tipologia T1 e outras 4 de tipologia T0.[91]

O quarto programa, o Programa Especial de Realojamento, surge nos anos 90 e foi um grande investimento público na habitação social, concedendo "apoio financeiro para a construção de habitações destinadas ao realojamento de famílias carenciadas que residam em barracas/casas abarracadas, por forma a proporcionar-lhes o acesso a habitações condignas."[92] Relativamente a este programa, existem no bairro da Marinha 2 conjuntos habitacionais, um conjunto de um só edifício e outro com 2. O primeiro conjunto, à beira mar, denominado Quinta da Marinha, foi contruído em 1993 e tem 3 pisos, num total de 48 fogos, dos quais, 18 de tipologia T2, 24 fogos T3 e 6 fogos T4.[93] O outro conjunto é datado de 2003 e é o mais recente neste núcleo urbano. O bloco A, mais a norte, é composto por 30 fogos e 2 comércios, num total de 4 pisos. O bloco B tem, do mesmo modo, 4 pisos, no entanto só tem 23 fogos.

Por fim, o último programa, Fundo de Fomento da Habitação, trata-se de um "organismo com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, tendo como fim contribuir para a resolução do problema habitacional, especialmente dos indivíduos não beneficiados pela atividade desenvolvida, no domínio da habitação, pelas caixas de previdência ou outras instituições semelhantes."[94] Atualmente na posse do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, estão 3 blocos de habitação plurifamiliar do bairro da Marinha, num total de 105 fogos. Os 3 edifícios têm 3 pisos e foram construídos no ano de 1983.

Como podemos ver, a maior parte das habitações são da tipologia T2 e T3, porém não foi considerada a possibilidade de aumento dos apartamentos através de módulos, por exemplo, ou o desenho de várias tipologias associadas à rotatividade dos moradores conforme as suas necessidades. Ambas poderiam

[90] Lameira e Rocha (2019) p.55.
[91] Bloco de habitação onde eu vivo.
[92] "A sua criação trouxe um forte impulso em matéria de construção de habitação social e, embora controverso nas suas origens, o Programa Especial de Realojamento (PER) conseguiu construir, entre 1994 e 2005, mais de 31 mil fogos." In Costa e Amorim (2013) p.291.
[93] Costa e Amorim (2013) p.293.
[94] Lameira e Rocha (2019) p.67.

ser soluções para o desenvolvimento rápido dos agregados familiares (famílias numerosas e pobres) e para evitar o uso indevido dos vãos de telhado e a anexação de barracos ou tendas nas fachadas das casas para servir de sala. Além do número de divisões insuficiente, os acessos às residências não estão preparados, com elevadores ou rampas, para pessoas com deficiências físicas, algumas profundas, e isto cria frustração nos moradores, condicionando a sua mobilidade e conforto.

A Câmara Municipal também construiu cinco equipamentos, são eles, duas escolas do ensino básico, uma creche pública, um centro de saúde e armazéns de pesca. Infelizmente, há pouco tempo fecharam ambas as escolas e o centro de saúde, algo que levantou muito descontentamento junto da população. A creche continua aberta para as crianças mais novas. Os armazéns servem para guardar artigos relacionados com a pesca, profissão muito comum no bairro, e para reparar os mesmos, e, assim, substituem os barracões improvisados para o efeito, temporários, mas permanentes. Todavia, os mesmos vieram-se a verificar pouco funcionais visto que não aguentam com o peso de um trator que puxa as redes, inclusive um deles foi transformado em café pelos pescadores. Para além destes quatro equipamentos, existe ainda a capela da Nossa Senhora do Mar, que pertence à paróquia de Silvalde. De mencionar também o Museu Municipal de Espinho, a funcionar na antiga fábrica de conservas Brandão Gomes & C.ª, que, estando localizado a norte do bairro, atua como charneira e barreira entre o mesmo e o núcleo urbano de Espinho.

Percebe-se assim que os moradores têm pouco acesso a equipamentos públicos e, o mesmo acontece com os serviços disponíveis. Existem dois talhos, uma peixaria, um sapateiro, três mercearias, uma padaria, uma sede do clube do bairro e muitos cafés e restaurantes. Trata-se tudo de pequeno comércio, em muitos casos no rés-do-chão das casas.



A casa do pescador
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



A casa de sonho
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



O sonho em construção
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Bloco habitação Quinta da Marinha, 1994
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Bloco habitação FFH, 1983
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Casas para familias pobres, 1945
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

Já acerca do espaço público, no bairro da Marinha de Silvalde identifica-se três grandes categorias de espaços, sendo elas, a rua; a praça, largo e praceta; o parque e jardim público.

A rua é o elemento estruturador do tecido urbano, facilitando a articulação entre os vários componentes da malha urbana. Vários autores estudaram diferentes definições deste elemento, entre eles, Kevin Lynch que classifica este tipo de via existente na cidade como "canais de circulação ao longo dos quais o observador se move de modo habitual, ocasional ou potencial".[95] Pode-se afirmar, relativamente ao caso de estudo em questão, que as ruas são o elemento mais predominante, através do qual os restantes elementos se relacionam.[96] Carlos Nelson[97], um outro autor, afirma ainda que "servem para ligar os diversos pontos de interesse particular ou semipúblico, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva. Se não existissem, não haveria troca de espécie alguma (...) são o palco onde se desenvolvem os dramas e representações da sociedade."[98]

Apesar da função da rua não ser de permanência, é o que acontece no caso do bairro da Marinha de Silvalde, tornando-se assim no local de encontro por eleição e, como tal, no palco da vida quotidiana. A largura confortável não só da via, como também dos passeios permite que estes sejam ocupados[99] pelas brincadeiras de crianças, pelas mulheres a pôr a conversa em dia e pelos estendais de roupa a secar, enchendo-os de vida e simbolismo. "O espaço público é o lugar onde se processa no dia a dia, jogos, relacionamentos casuais ou habituais com os outros, onde decorre diariamente as várias atividades e o encontro entre pessoas. Por

[95] "Paths are the channels along which the observer customarily, occasionally, or potentially moves. They may be streets, walkways, transit lines, canals, railroads. For many people, these are the predominant elements in their image. People observe the city while moving through it, and along these paths the other environmental elements are arranged and related." In Lynch (1997) p.41.
[96] Ibidem.
[97] Arquiteto brasileiro, n.1943 m. 1989.
[98] Santos (1988) p.91.
[99] Embora o conceito holandês de rua partilhada "Woonerf" tenha surgido já na década de 1970, só mais recentemente é que tem sido implementado em planos urbanos, como por exemplo no plano de Requalificação do Canal Férreo, a acontecer agora (2020) na cidade de Espinho. É interessante perceber como, informalmente, os moradores do bairro se foram apropriando dos passeios para estender a roupa, fazer esplanada ou brincar, deixando a rua em si para a circulação conjunta de automóveis e pessoas, numa espécie de interpretação informal da woonerf holandesa. "Woonerf trata-se de uma rua, ou quadra, onde pedestres, ciclistas e automóveis convivem em harmonia sem a necessidade do desenho normal que separa leito carroçável e passeio por meio de guias em desnível." In Hannes (2016) p. 130.

isso, não pode ser um espaço de trânsito, deve ser um espaço em que possamos desenrolar diferentes atividades de lazer, socialização, brincadeira, cuidado, comunitárias…"[100]

De facto, a rua veio compensar a falta de espaços de permanência como a praça, largo e praceta. A praça é um elemento da cidade que traduz intencionalidade no seu desenho. O seu conceito teve origem na ágora grega como lugar de assembleia, normalmente rodeado por edifícios de carácter público, por exemplo, o mercado. A "estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano."[101] O que a distingue dos demais elementos da malha urbana é a sua leitura como o "espaço coletivo de significação importante"[102] Já o largo está associado ao alargamento de uma via de circulação, mantendo relação direta com a mesma. A praceta, conforme o nome indica é uma praça de dimensões pequenas.

O caso que aparenta ser o mais comum no bairro da Marinha não mostra a intencionalidade que é característica da praça, largo ou praceta, e, portanto, não se identifica com nenhuma das categorias, sendo mais como um não construído, um espaço informal. Um lote que ficou vazio, rodeado de empenas e que, mais tarde, foi consolidado através da criação de um parque infantil, de uma zona com bancos e floreiras ou de um espaço para venda de peixe. Neste sentido, Eugénio Queiroga[103] desenvolve o conceito de pracialidade[104], que é um atributo dos espaços onde acontecem funções características da praça, mas não são a praça, como encontros sociais, manifestações ou jogos de futebol. Os exemplos que o autor dá mostram a quantidade de possibilidades para apropriação dos espaços

[100] "El espacio público es el lugar cotidiano de los juegos, de las relaciones casuales o habituales con los otros, del recorrido diario entre las diversas actividades y del encuentro. Por eso, no puede ser un espacio de tránsito, debe ser un espacio en el que podamos desarrollar diferentes actividades de ocio, socialización, juego, cuidado, comunitarias…" traduzido livremente de Coletivo Punt6 (2019) p.168.
[101] Lamas (1993) p.102
[102] "A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura das cidades." In Lamas (1993) p.102
[103] Arquiteto professor na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
[104] Queiroga (2001) p.238.

vazios da cidade, sejam eles desenhados para isso, o caso da praça, ou sejam eles apropriações espontâneas dos moradores.

Não obstante o caso mais comum ser de espaços informais, não deixa de haver algumas pracetas, contudo sempre associadas aos conjuntos de habitação plurifamiliar. Uma, maior, em diálogo com o campo de futebol e outras três, mais pequenas, num jogo de cheios e vazios com um conjunto habitacional. Existe, no entanto, uma grande praça por trás do atual Museu Municipal de Espinho, referido anteriormente.

De mencionar ainda um parque verde associado à ribeira de Silvalde. De uma forma geral, pode-se dizer que os parques são grandes áreas naturais com funções recreativas, desportivas ou turísticas. Segundo Rosa Kliass[105] os parques são "espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinados à recreação."[106] Já Silvio Macedo e Francine Sakata[107] definem como "todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno".[108] Afirmam também que o parque é um conceito que teve origem na Revolução Industrial devido à necessidade de haver contacto com a natureza para recreação, principalmente dos trabalhadores fabris que viviam em condições de insalubridade.

A zona verde da ribeira de Silvalde vai de encontro a esta definição, é autossuficiente e não é influenciada por nenhuma construção. Tem um conjunto de caminhos em terra batida que se vão cruzando e, através de 3 pontes, atravessam a ribeira. Não possui muito arvoredo e é, de uma forma geral, caracterizada somente pelo seu extenso relvado.

Apesar da leitura dos espaços de permanência neste aglomerado urbano identificar claras lacunas, lacunas estas que se traduzem na necessidade de repensar os espaços públicos do bairro, para as suprimir, é necessário ter em conta três condicionantes já mencionadas anteriormente. Antes de mais, o facto

[105] Arquiteta paisagista brasileira, n. 1932
[106] Kliass (1993) p.211
[107] Ambos arquitetos brasileiros.
[108] Macedo e Sakata (2003) p.14

deste território ser encerrado pelos seus limites geográficos, assim como, o elevado número de residentes e a malha urbana consolidada. Sendo estas condicionantes incontornáveis, o repensar do espaço público terá de passar pela reabilitação, consolidação e recomposição do mesmo.



Avenida São João de Deus, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Não construido, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Praça do Museu Municipal de Espinho, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

Quem habita o bairro?

É, então, um território fechado, contudo, não só pelos seus limites geográficos muito demarcados, como também pelo seu contexto socioeconómico. Trata-se de uma zona que evidencia a maior concentração de pobreza e exclusão social e onde há elevada percentagem de analfabetismo e de desemprego.[109]

Conforme mencionado anteriormente, este território do bairro da Marinha faz parte do concelho de Espinho e da freguesia de Silvalde, porém dialoga de uma forma mais direta com o núcleo urbano de Espinho, visto que a freguesia de Silvalde está dividida pela linha férrea.[110]

Segundo os censos de 2011, habitam, em Espinho, 31 786 habitantes, dos quais 47,6% são homens e 52,4% são mulheres.[111] Desde 1981 até agora, é de notar um declínio demográfico no município, sendo que, num espaço de duas décadas, Espinho perdeu 3 170 habitantes.[112] Estes dados são opostos ao que acontece a nível nacional, visto que houve um aumento de 2% no total da população portuguesa.

Do número total de habitantes de Espinho, residem em Silvalde 21%, tornando-se na terceira freguesia mais populosa.[113] No entanto, relativamente ao decréscimo da população, Silvalde regista a quebra mais acentuada. Esta quebra diz respeito a todas as faixas etárias, com exceção de pessoas com 65 ou mais anos, que teve um crescimento de 38,3%. Os grupos etários com quebras mais acentuadas são dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24. Segundo os Censos de 2001, por cada 100 jovens há 223 idosos em Espinho, ao passo que em Portugal, por cada 100 jovens há 157 idosos. Paralelamente, pode-se ler uma diminuição da densidade populacional, sendo que Silvalde continua a ser a segunda freguesia mais densa.

[109] Moniz (2004) p.91
[110] Do lado nascente da linha férrea fica Silvalde de cima e do lado poente, no bairro, Silvalde de baixo, nome popular dado aos dois núcleos urbanos que compõem a freguesia.
[111] Informação retirada do site do Instituto Nacional de Estatística, através do site PORDATA sob o título "O seu município em números".
[112] Costa e Amorim (2013) p.12.
[113] Das freguesias, Anta 32,6%, Espinho 30,9%, Silvalde 21%, Paramos 11,1% e, por último Guetim 4,4%. Informação retirada de Costa e Amorim (2013) p.12.

De notar também uma descida na taxa de natalidade no concelho, transversal a outros territórios, como o distrito de Aveiro e do Porto, "associadas a um retardamento dos projetos conjugais, ou seja, ao facto de os homens e mulheres casarem cada vez mais tarde e adiarem o nascimento do primeiro filho."[114] Outro fator que contribui para isso é o aumento da idade média das mulheres aquando do nascimento do primeiro filho, que se deve à maior participação no mercado laboral e instabilidade do mesmo.[115] Por sua vez, a taxa de mortalidade tem vindo a aumentar no concelho de Espinho, contrariando a média nacional. Não obstante, pode-se ler um aumento do índice de longevidade.

É importante observar também a taxa de repulsão interna, em 2001 saíram de Espinho para habitar noutros concelhos 12,3% da população total.

Podemos assim concluir que cada vez há menos habitantes em Espinho e em Silvalde, principalmente crianças e jovens, havendo, contudo, um crescimento do número de idosos.

Já acerca do bairro da Marinha, parte integrante da freguesia de Silvalde, só foram encontrados dados relativos à população que habita os conjuntos habitacionais do Programa Especial de Realojamento. No total, em Espinho, ao abrigo do PER, habitam 326 agregados familiares, constituídos por 1 130 pessoas.[116] Em Silvalde residem 31% deste número, divididos em 3 edifícios, no bloco A habitam 9,2%, no bloco B 7,1% e na Quinta da Marinha 14,7%.[117]

Nos agregados familiares PER do concelho de Espinho prevalecem as famílias numerosas, sendo que 25,1% são famílias com 5 ou mais elementos. Em segundo lugar destacam-se as famílias com 4 elementos, constituindo 23,3% do total, depois as de 2 elementos com 20,9%, as de 3 pessoas com 19,3% e, por fim as de 1 pessoa, 11,3%.[118] A freguesia com maior número de famílias numerosas é Silvalde, com 39,6%, "sendo que no bloco A esta tipologia familiar representa 36,7% do total de agregados, no bloco B 47,8% e na Quinta da Marinha 37,5%",[119]

[114] Costa e Amorim (2013) p.14.
[115] Costa e Amorim (2013) p.15.
[116] Costa e Amorim (2013) p.294.
[117] Ibidem.
[118] Ibidem.
[119] Costa e Amorim (2013) p.295.

no entanto, as famílias com 4 elementos são as mais comuns nesta zona. O tipo de família mais corrente são famílias com ambos os pais e filhos, de realçar que em Silvalde, ao abrigo do PER, representam mais de 50% dos agregados. Já as famílias monoparentais são apenas 5,9%, percentagem esta ainda inferior à de famílias sem filhos (6,9%). As famílias alargadas representam cerca de 11% do total de famílias do PER. Há ainda algumas pessoas que vivem isoladas, no entanto corresponde apenas a aproximadamente 4%.[120]

Relativamente à idade dos moradores, e apesar da freguesia e do concelho serem territórios envelhecidos, em Silvalde os idosos representam somente 10,9% e idosos com mais de 75 anos são somente 4,2%, tornando-se na freguesia com menos idosos do concelho. A faixa etária mais comum é dos 45 aos 54 anos, com 41,6% da população residente em PER.

No que toca à escolaridade, por norma este tipo de núcleos urbanos é marcado por uma escolaridade baixa. De facto, é precisamente em Silvalde que existe o maior número de pessoas analfabetas (16,8%), tal como o maior número de pessoas que sabe ler e escrever, mas sem grau de ensino (6,9%). A maioria das pessoas tem o 1º ciclo do ensino básico (37,6%) e só tem o ensino secundário 1% da população.

Relativamente ao emprego, a maioria da população PER do concelho todo de Espinho encontra-se desempregada há mais de 1 ano, sendo que são 27,7% de Silvalde. "Em Silvalde, temos a destacar a incidência deste tipo de desemprego no bloco A que atinge os 33,3% e o facto de a proporção de desempregados ser deveras diminuta no bloco B por comparação com os outros blocos e/ou bairros, ao atingir apenas 8,7% do total da população. Isto acontece porque a maioria da população residente neste bairro é de etnia cigana e, uma vez que trabalham na venda ambulante, foram considerados na categoria de 'emprego precário'."[121] Constata-se ainda que Silvalde é a freguesia com menor número de reformados (18,8%), o que vai em linha com a percentagem mais baixa de pessoas na faixa etária acima dos 65 anos. Ademais, 34,7% dos moradores estão empregados e 12% estão num emprego precário, esta última, a maior percentagem do concelho.

[120] Todos os dados foram retirados de Costa e Amorim (2013) p.296 – 298.
[121] Costa e Amorim (2013) p.303.

Será de interesse notar que uma grande percentagem de famílias que habitam no PER são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção, 30,7% de Espinho e 34,7% no caso de Silvalde.[122]

Relativamente a famílias de etnia cigana, estas têm um grande peso no bairro da Marinha de Silvalde (27,7%), sendo que representam 82,6% do bloco B, 23,3% do bloco A e somente 4,2% da Quinta da Marinha.[123]

Em suma, os moradores das habitações ao abrigo do PER no bairro da Marinha de Silvalde caracterizam-se por agregados familiares numerosos e com ambos os pais; faixa etária mais comum dos 45 aos 54 anos, sendo que a minoria é idosos; a maior parte das pessoas tem a "4ª classe", mas não deixa de ser o núcleo urbano com mais analfabetos; um terço da população é desempregada de longa duração; um terço estão empregados; um terço são beneficiário do Rendimento Social de Inserção e um terço são de etnia cigana.[124]

[122] Ibidem.
[123] Costa e Amorim (2013) p.304.
[124] De notar que todos os dados são relativos aos Censos de 2011 e publicados em 2013.

"(...) com o primeiro raio de sol, tiram-se as cadeiras de casa e fica-se a conversar com os vizinhos e os transeuntes e a «vigiar» os estranhos ao bairro, os quais, neste contexto, são facilmente vistos como portadores de uma potencial ameaça." [125]

Esta vivência da rua deve-se em parte ao facto de os moradores viverem em habitações, de um modo geral, de áreas muito reduzidas e construídas há muitos anos. Têm pouco ou nenhum acesso a equipamentos públicos na proximidade e os serviços são redutores. Não existem espaços públicos planeados, mas sim apropriados ou consolidados a partir do não construído.

Há cada vez menos crianças e jovens e cada vez mais idosos a morar aqui. As famílias são numerosas. As pessoas têm poucas habilitações literárias, sendo que um terço da população é desempregada de longa duração, um terço recebe o Rendimento Social de Inserção e um terço são de etnia cigana.

Concluindo, de facto, entende-se um território fechado, mas não só pelos seus limites geográficos, como também pela carência económica e exclusão social aqui patentes, constituindo-se num núcleo urbano segregado da cidade e diferenciado socialmente, mas deveras interessante estudar.

125 Rémy e Voyé (1994) p.132



Quem habita o bairro, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Quem habita o bairro, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Quem habita o bairro, 2020
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

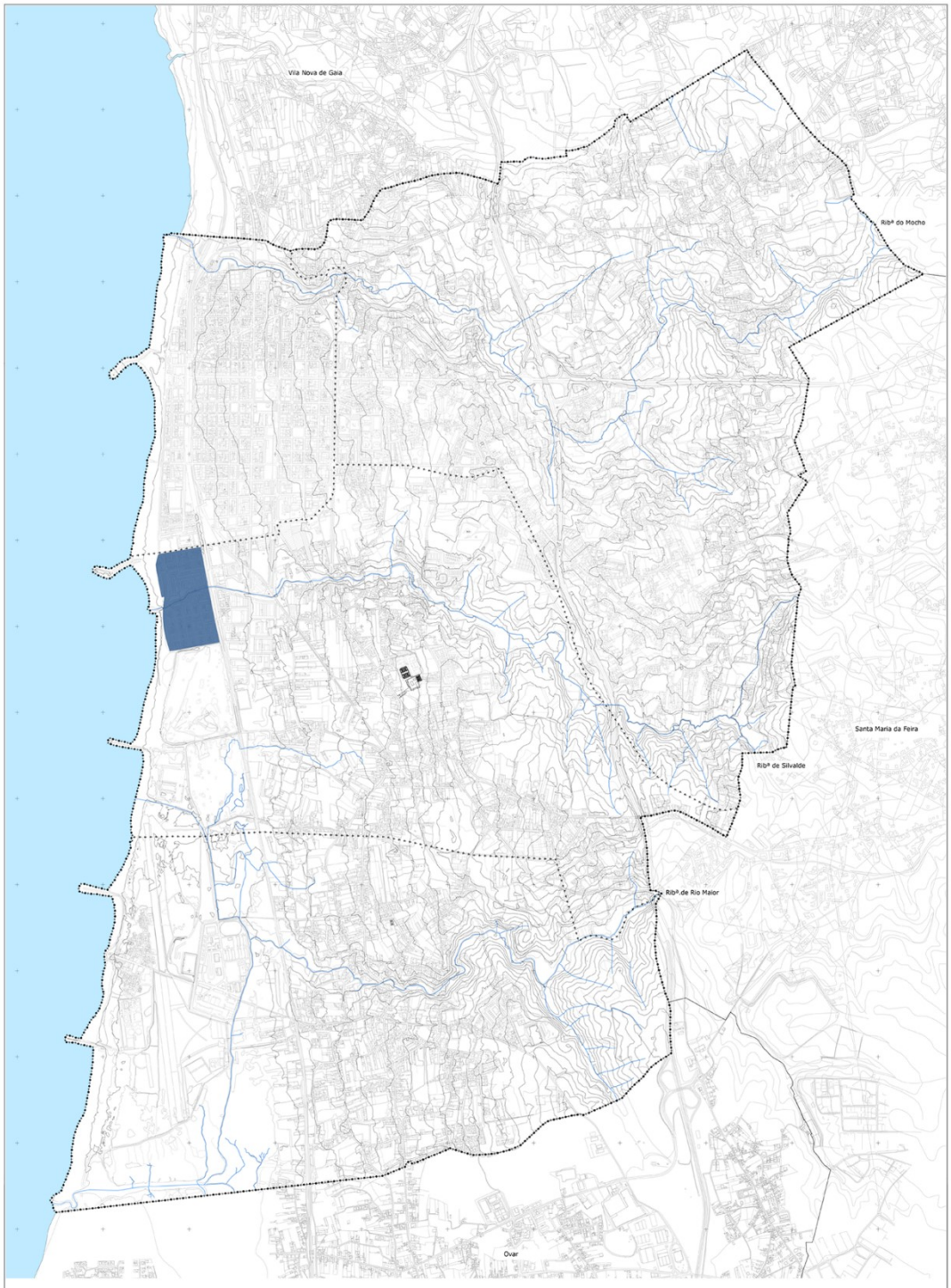
Mapeamento e registo fotográfico – Diagnóstico do bairro

Como é que se pode usar ferramentas da arquitetura para diagnosticar o bairro? Mapeamento e registo fotográfico.

Após o retrato histórico, físico e social do bairro da Marinha de Silvalde, considera-se relevante complementar essa leitura com elementos gráficos que ajudem a um melhor entendimento deste núcleo urbano.

Pretende-se, assim, mostrar como é que as ferramentas estudadas, do âmbito da arquitetura, podem ser aplicadas no caso prático do bairro da Marinha de Silvalde como metodologias de diagnóstico do espaço público e do edificado. As ferramentas usadas são o mapeamento e o registo fotográfico. Em primeiro, apresenta-se um mapa do concelho de espinho, onde se localiza o bairro da Marinha. Depois parte-se para a apresentação de um conjunto de mapas que caracterizam este núcleo urbano, são estes, um ortofotomapa, um mapa dos conjuntos habitacionais, dos equipamentos públicos e, por fim, dos espaços públicos.

De seguida vem o registo fotográfico onde se apresenta fotografias do edificado em forma de habitação e equipamentos e, depois do espaço público de circulação e de permanência e, por fim, algumas fotografias dos modos de vida bairristas. Relativamente à habitação, aborda-se a casa do pescador, a casa de sonho e os blocos de habitação plurifamiliar. Quanto aos equipamentos, mostra-se as escolas, o centro de saúde e creche, a capela da Nossa Senhora do Mar, pequeno comércio inserido no rés-do-chão de habitações, o Museu Municipal de Espinho e, por fim um conjunto de armazéns para guardar equipamentos de pesca. Passando para os espaços públicos faz-se um retrato das ruas, dos largos ou espaços não construídos, seguindo-se a zona verde à beira da Ribeira de Silvalde com o campo de futebol e, por fim, alguns modos de vida no espaço público.



Mapa da localização do bairro no concelho de Espinho

N



Ortofotomapa Silvalde

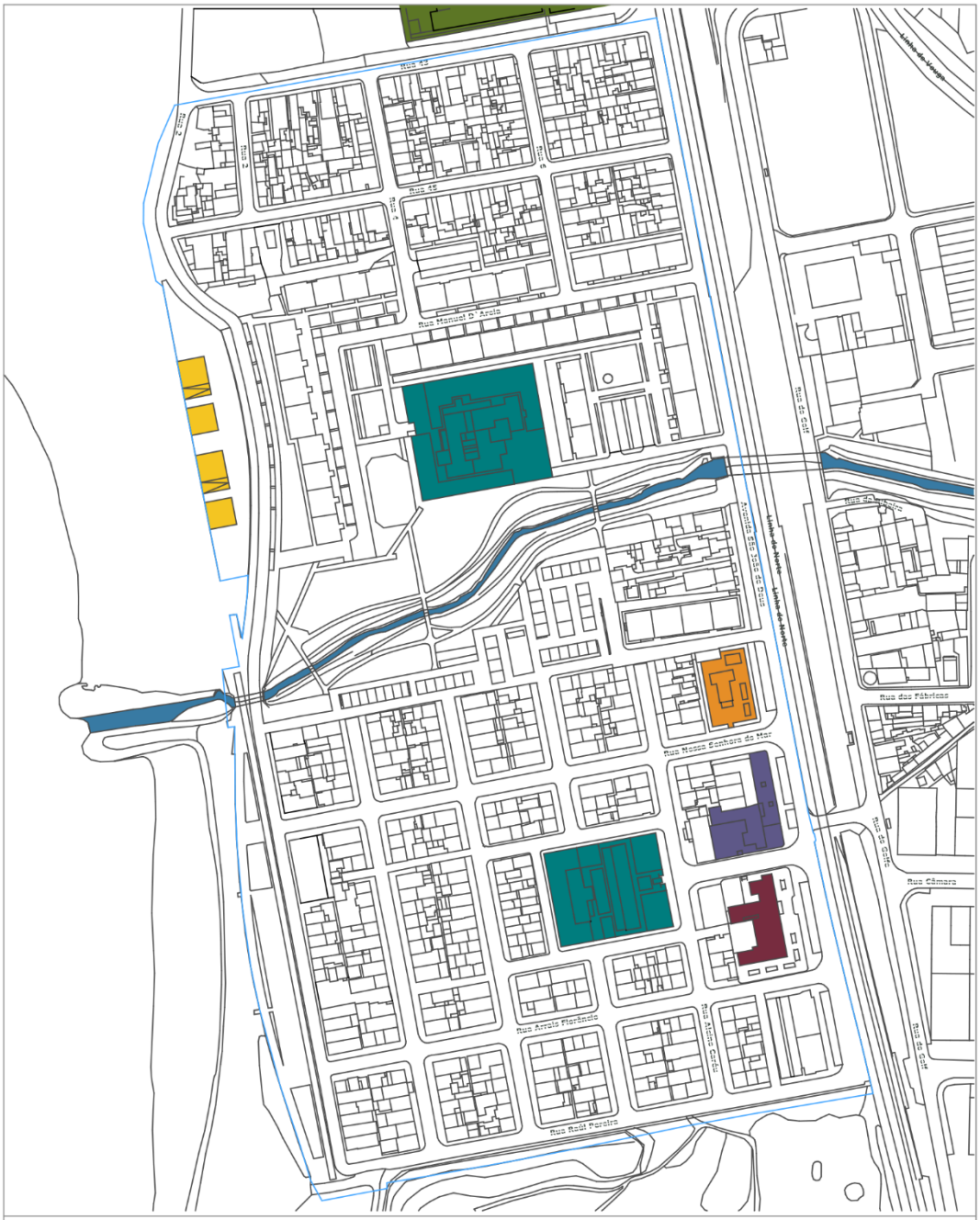
N



Mapa dos Conjuntos Habitacionais

N

- Conjunto habitacional 1 - Casas para Familias Pobres, atual Bairro Novo da Câmara, 1ª fase construida em 1945 e segunda fase, correspondente somente ao edificio mais a poente, construida em 1975.
- Conjunto habitacional 2 - Habitações do Fundo de Fomento à Habitação, construidas em 1983.
- Conjunto habitacional 3 - Casas de Renda Económica, construidas em 1993.
- Conjunto habitacional 4 - Habitações do Programa Especial de Realojamento, demoninado Quinta da Marinha, construido em 1994.
- Conjunto habitacional 5 - Habitações do Programa Especial de Realojamento, ambos os edificios construidos em 2003, bloco A a norte e o bloco B a sul.
- Conjunto habitacional 6 - Presume-se que sejam habitações ao abrigo do programa Casas para Pescadores, mas sem informação teórica que o comprove.



Mapa dos Equipamentos

N

- Armazéns de Pesca
- Capela Nossa Senhora do Mar
- Centro de Saúde
- Creche e Centro Paroquial
- Escolas do primeiro e segundo ciclos do ensino básico
- Museu Municipal de Espinho



Mapa dos Espaços Públicos

N

- Campo de futebol
- Espaços informais - não construido
- Estacionamento
- Lota de peixe
- Parque infantil
- Parque verde da Ribeira de Silvalde
- Pequenos largos
- Praça do Museu Municipal de Espinho





Casa do Pescador
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)





"Casa de Sonho"
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)






Casas para Familias Pobres, atual Bairro Novo da Câmara, 1945
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Casa para Familias Pobres, atual Bairro Novo da Câmara 1945
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









Blocos de habitação FFH, 1983
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)







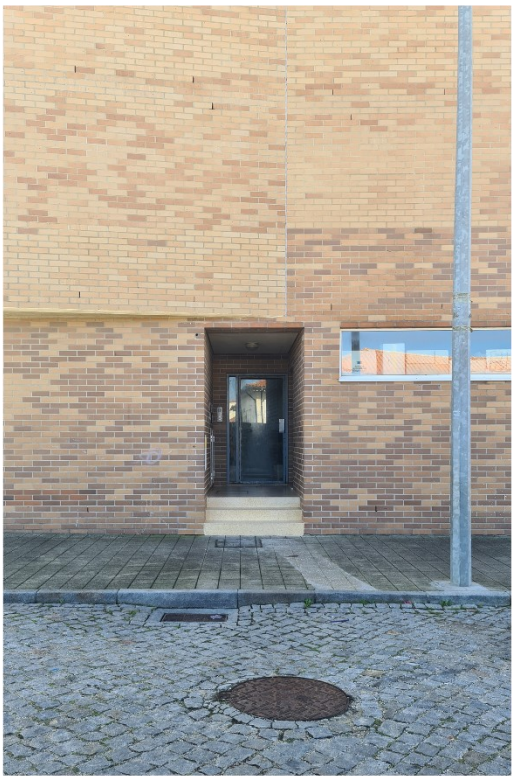
Bloco habitação FFH, 1983 e PER Quinta da Marinha, 1994
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)






Sem dados certos e Casas de Renda Económica, 1993
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









PER bloco B, 2003 e PER bloco A, 2003
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









Escolas do Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Básico
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)







Centro de Saúde e Creche
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)







Capela Nossa Senhora do Mar
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)













Serviços - Pequeno Comércio
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









Museu Municipa, de Espinho e Praça
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Praça do Museu Municipa, de Espinho
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)






Passadiço à beira-mar e armazéns de pesca
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Passadiço à beira-mar
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









Espaço Público - Ruas e Passeios
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)









Espaço Público - Ruas e Passeios
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Apropiração de Espaço Público
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)





Largos Não Construídos
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

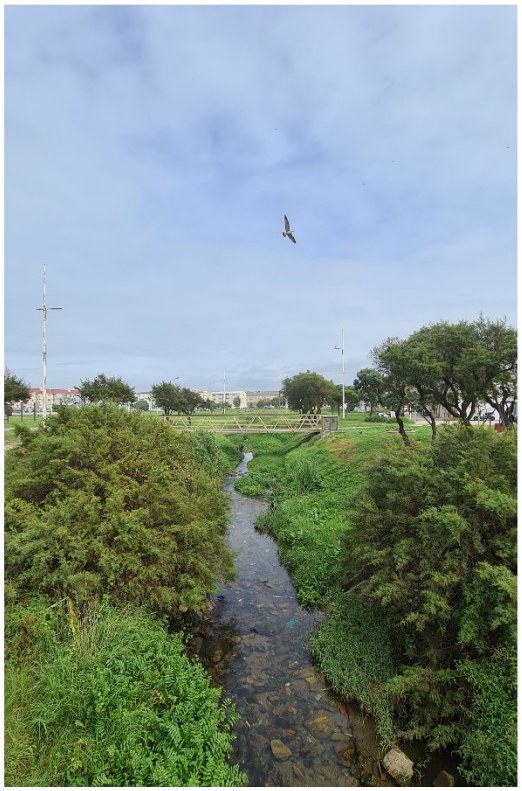


Largo Não Construído
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)





Largos Não Construídos
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Ribeira de Silvalde e Espaço Verde
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Campo de Futebol
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)






Modos de Vida
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)



Modos de Vida
(Fotografia: Miriam Rendeiro, 2020)

Criação de um programa participado

> *O que é a participação na arquitetura? Como se desenrola a participação no bairro da Marinha? Quais são os desejos e necessidades dos moradores? Proposta de diálogo entre os moradores e o espaço público.*

Após este diagnóstico do bairro da Marinha, concretizado através do mapeamento e registo fotográfico, pretende-se fazer um exercício arquitetónico, no qual, esse mesmo diagnóstico realizado e as vozes dos moradores materializadas nas entrevistas feitas, informam a criação de um programa participado, a fim de desenvolver uma proposta de diálogo entre os moradores e o espaço público. Como tal, sentiu-se a necessidade de abordar o conceito de participação na arquitetura, partindo de seguida para a forma como se desenvolveu a participação neste caso de estudo. Traz-se ao debate o que foi retirado e interpretado das vozes dos moradores, polémicas, desejos e necessidades expressas e usa-se todo este conjunto de informação para desenvolver um programa participado para uma futura intervenção projetual no bairro da Marinha.

Participação na arquitetura

Entende-se a participação como a metodologia de envolver as partes interessadas, geralmente futuros moradores, no processo de desenho. Pode traduzir-se no aprender os modos de vida de uma comunidade de modo a informar o desenho. O convite à participação, inclusive através de redes sociais, também pode ser usado para perceber padrões e comportamentos. E, ainda, a apresentação de várias propostas ou informações a fim de obter a preferência das pessoas.[126] O nível mais alto de participação é quando os residentes influenciam diretamente o desenho, colaborando com o arquiteto, urbanista ou artista.[127] Normalmente, o recurso a um processo participativo sugere que o foco

[126] Retirado de Downs (2017) p.9
[127] Sherry Arnstein in LeGates e Stout (2007) p.234

seja as necessidades e desejos dos habitantes em vez de priorizar a vontade do cliente ou do arquiteto.

A partir da segunda metade do século XX começaram a surgir movimentos sociais mais fortes e mais diversificados, exigindo a participação e controlo nas matérias de ordem pública. Coincide, no campo da arquitetura, com os primeiros sinais de crise do movimento moderno, que impunha a generalização de conceitos como a funcionalidade, a estandardização e a racionalidade. "No entanto, os complexos processos sociais e a densidade histórica e cultural das comunidades afetadas pelas suas intervenções escapavam aos princípios supostamente universais que orientavam as ações de arquitetos e urbanistas."[128] Tudo isto contribui para uma crítica ao movimento moderno, de onde se destaca Bernard Rudofsky, arquiteto austríaco, que propôs uma "arquitetura sem arquitetos", que foi o tema da sua exposição no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque, em 1964. Esta surgiu quase como resposta à exposição do Estilo Internacional, em 1932, no mesmo museu. O arquiteto apresentou um conjunto de fotografias a preto e branco de arquiteturas "sem pedigree".

"Na história da arquitetura ortodoxa, a enfase está no trabalho do arquiteto individual; aqui, a enfase está no projeto comunitário. Pietro Belluschi definiu a arquitetura comunitária como uma "arte comunitária, não produzida por intelectuais ou especialistas, mas pela atividade espontânea e contínua de todo um povo com uma herança comum, agindo sob a experiência de uma comunidade". Pode-se argumentar que esta arte não tem lugar numa civilização, mas mesmo assim, pode-se retirar uma lição desta arquitetura para nós. Há muito a aprender com a arquitetura antes de se tornar uma arte de especialistas." [129]

Este debate levou a que surgissem outras experiências nas quais a relação arquiteto, construtor e morador fosse menos vertical e mais lado a lado. "Os

[128] Ígaro Vilaça disponível no site CT Escolaridade sob o título "Arquitetura e participação: experiências críticas ou alternativas pioneiras".

[129] "In orthodox architectural history, the emphasis is on the work of the individual architect; here the accent is on communal enterprise. Pietro Belluschi defined communal architecture as a "communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a communal heritage, acting under a community of experience." It may be argued that this art has no place in a raw civilization, but even so, the lesson to be derived from this architecture need not be completly lost to us. There is too much to learn from architecture before it became an expert's art.". Traduzido livremente de Rudofsky (1964) p.4

edifícios são apropriados de duas maneiras: pelo uso e pela perceção – ou melhor, pelo toque e pela vista."[130] As experiências ficaram divididas grosseiramente em duas vertentes, uma que defende a autonomia do habitante, numa espécie de retorno ao vernacular, em linha com o que John Turner escreveu, e outra que defende uma mediação entre o arquiteto ou urbanista e o morador, um pouco à semelhança do processo que Hassan Fathy usou.

John Turner, arquiteto britânico, escreveu extensivamente sobre habitação e organização comunitária, influenciado por um período de trabalho no Peru. O que defende, principalmente, é que a habitação é melhor atribuída e gerida pelas pessoas que nela residem do que sendo administrada centralmente pelo estado. Através de várias experiências mostra que bairros desenhados em conjunto com grupos locais funcionam melhor, visto que as pessoas são especialistas nos seus próprios problemas. Afirma ainda que os moradores deveriam ter liberdade para construir e os técnicos, como arquitetos e urbanistas, e administrações deveriam facilitar essa liberdade.[131]

Hassan Fathy, arquiteto e engenheiro egípcio, levou a arquitetura vernácula do Egito a um público mais amplo e dedicou a sua vida a fazer habitação a custos mínimos, com materiais locais, que pudesse ser replicada pelos habitantes e defendeu a construção cooperativa como meio de melhorar o nível de vida rural. Através do projeto de Gourna, Fathy aproveitou a oportunidade para pôr à prova as suas ideias em larga escala, de providenciar habitações públicas, socialmente e economicamente viáveis, construídas em cooperação pelos moradores, com a ajuda e aconselhamento de arquitetos e artesãos especializados.[132]

"Deem-lhe [ao camponês pobre] meia oportunidade e ele resolverá a parte que lhe diz respeito do problema da habitação – sem ajuda de arquitectos, de empreiteiros ou de desenhadores – e fá-lo-á muito melhor do que qualquer entidade pública. (...) Claro que a construção não é de boa qualidade (...) mas as casas têm um ar humano."[133]

[130] "Buildings are appropriated in a twofold manner: by use and by perception – or rather, by touch and sight." Walter Benjamin, filósofo alemão, in Benjamin (1936).
[131] Informação retirada do site Spatial Agengy sob o título "John Turner".
[132] Informação retirada do site Spatial Agengy sob o título "Hassan Fathy".
[133] Fathy (2009) p.40.

De mencionar ainda Alejandro Aravena, arquiteto chileno, à frente da empresa Elemental, focando-se em projetos de interesse público e com impacto social, como habitação social, infraestruturas e o espaço público. [134] Um dos projetos mais marcantes foi na cidade portuária da Iquique, no Chile, em que o dinheiro que o estado tinha dado para cada habitação não era suficiente e, como tal, decidiram construir o essencial de uma casa, a estrutura, casa de banho e cozinha. Com a tradição e capacidades de autoconstrução, as famílias seriam capazes de construir o resto. O seu trabalho é baseado num processo de desenho participado que responde às necessidades e circunstâncias de cada comunidade.[135]

Do mesmo modo mencionar Aldo Van Eyck, arquiteto holandês, presença regular nos Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna, foi um dos fundadores do grupo Team 10, "local de discussão onde se delineava a teoria do chamado Movimento Moderno, reivindica uma nova postura da arquitetura moderna, rejeitando o funcionalismo estrito, procurando uma maior relação com a história, as arquiteturas regionais e os elementos simbólicos."[136] O seu trabalho vai na procura pelo que responde de facto às necessidades do habitantes.[137]

Podemos concluir, deste modo, que a participação é a metodologia de envolver as pessoas no desenho do espaço que vão habitar ou usar. Querendo tirar partido desta metodologia da disciplina da arquitetura, há um conjunto de ferramentas que podem ser usadas, entre elas, inquéritos, atividades com a comunidade e workshops, como vimos no capítulo I.

Entrevistas aos moradores do bairro da Marinha

Relativamente ao caso de estudo do bairro da marinha de Silvalde, esta participação processou-se através de um conjunto de entrevistas feitas aos moradores. "A utilização da técnica investigativa do inquérito por entrevista é uma importante ferramenta no âmbito das ciências da educação e, em geral, das ciências sociais e humanas, permitindo alcançar um conhecimento profundo do objeto de estudo, na mediada em que permite que o investigador passe da

[134] Informação retirada do site Pritzker Prize sob o título "Alejandro Aravena".
[135] Informação retirada do site Spatial Agency sob o título "Elemental"
[136] Informação retirada do site Infopédia sob o título "Aldo Van Eyck".
[137] Informação retirada do site Architectuul sob o título "Aldo Van Eyck"

palavra do entrevistado à (re)construção de sentidos. (...) A entrevista é uma das principais técnicas de recolha de dados de uma abordagem qualitativa." [138]

O guião da entrevista tinha como tema o espaço público do bairro da Marinha e um conjunto de subtemas como o quotidiano dos moradores do bairro, os usos que o espaço púbico tem, a forma como os moradores se apropriam do espaço público e as necessidades dos moradores em relação ao espaço público. O objetivo da realização da entrevista é compreender melhor as necessidades dos moradores face aos espaços públicos do bairro, o que os habitantes querem que o espaço seja ou tenha, como o usam diariamente, o que o tornaria mais apelativo a ser usado de forma coletiva e regular. O fim último das entrevistas é contribuir para poder responder de forma informada ao exercício arquitetónico da criação de um programa participado.

Consequentemente, surgem um conjunto de tópicos que seria de interesse abordar tais como, fazer uma caracterização sociológica, saber o percurso residencial dos moradores, a sua convivialidade com os vizinhos ou o sentido de comunidade existente, a forma como usam e se apropriam do espaço público e por fim, mas não menos importante as suas aspirações e espectativas para o futuro do bairro. A partir daqui foram elaborada um conjunto de questões e feitas as entrevistas a um total de 20 pessoas.

Polémicas, necessidades e desejos dos moradores

Foram entrevistados 20 moradores, dos quais 9 são mulheres e 11 homens.[139] A maior parte dos moradores têm idades entre os 25 e os 64 anos (13 pessoas no total), somente uma pessoa está na faixa etária dos jovens, com 24 anos e as restantes pessoas são idosos (entre os 65 e 75 anos). Relativamente à escolaridade, uma pessoa não tem qualquer tipo de escolaridade, 6 pessoas têm a quarta classe à data, 5 pessoas têm o 6º ano, 4 pessoas têm o 12º ano, 3 pessoas têm o 9º ano e somente uma pessoa tinha licenciatura. Quanto ao emprego, a grande maioria das pessoas entrevistadas têm emprego, sendo que,

[138] Silvestre, Fialho e Saragoça (2014) p.134.
[139] Nota: ao partir para as entrevistas houve sempre uma tentativa de equilibrar os moradores a entrevistar conforme os dados demográficos sobre o bairro da Marinha, mas tal nem sempre foi possível.

pelo menos 2 pessoas têm o que se considera emprego precário, de vendedores ambulantes. Há ainda um estudante, dois desempregados e dois reformados.

Quando questionados sobre se gostam de viver no bairro, a grande maioria dos moradores disse que sim. Houve ainda muitas respostas de pessoas que têm de se conformar com a situação do lugar onde vivem, respondendo coisas como "gostar é relativo"[140] ou "temos de gostar"[141]. Algumas pessoas, ainda, responderam diretamente que não gostavam de viver aqui no bairro.

Acerca do porque de não gostarem de viver aqui ou do que gostam menos no bairro, a resposta foi bastante consensual, a esmagadora maioria disse que não gosta de confusões ou barulho. De facto, neste local geram-se muitos atritos entre as pessoas, rixas familiares que, envolvendo um elemento da família, envolve a família toda. Há também bastantes conflitos entre pessoas de etnia cigana e vareiros, principalmente vivendo no mesmo bloco de habitação.

Já relativamente à pergunta sobre o que gostam mais no bairro, houve mais diversidade nas respostas, a maior parte das pessoas respondeu a praia ou o mar, outras responderam que o que gostam mais é a sua casa e outros ainda que gostam de ter a família perto. Isto vai de encontro à questão sobre qual o seu sítio preferido do bairro, em que a esmagadora maioria respondeu que era a sua casa, outros responderam a praia ou o café, sendo que só homens têm esta última preferência. Ninguém, contudo, respondeu nada específico do espaço público deste núcleo urbano, o mais perto disso seria a praia, nem sobre nenhum equipamento, o mais perto seria o café. A falta de caracterização dos espaços públicos e a falta de equipamentos de qualidade abertos faz com que as pessoas não sintam ligação ao lugar a não ser à sua casa, espaço doméstico onde se encontra a sua família. Tirando isso há uma ligação à praia e ao mar, talvez pela paisagem ou talvez por esse elemento natural representar a fonte de emprego sazonal de muitas pessoas.

Sente-se também alguma falta de compreensão da parte das pessoas relativamente ao que é o espaço público e a sua apropriação do mesmo. Ou seja, apesar de as mulheres se juntarem muito a apanhar sol nos passeios, de os usarem para pôr roupa a secar, de inclusive as famílias alargarem as suas casas

[140] Entrevista 05
[141] Entrevista 11

através de barracos improvisados mas permanentes para os mesmos passeios, das crianças brincarem muito nas ruas, quando questionados sobre se usam o espaço público, a maior parte das pessoas diz que usam somente para passear a pé à beira mar.

Quanto ao espaço verde da ribeira, a maior parte das pessoas acham que devia ser mais limpo, 3 pessoas acham que devia ter lá um jardim infantil e uma pessoa disse que falta iluminação. É de notar uma grande preocupação com as crianças, muitas pessoas defendem que deveria haver mais sítios para elas brincarem. Acerca da praça a beira do museu, algumas pessoas dizem que devia ser estacionamento, outras dizem que devia deixar assim para as crianças poderem brincar lá e outras ainda disseram que deveria ter árvores e sombra.

Relativamente às obras de Requalificação do Canal Férreo, iniciadas em 2017[142], a maior parte das pessoas encontra constrangimentos ou desvantagens em estarem a ser feitas, visto que a data de conclusão é somente 2020.

As opiniões acerca dos estendais para a roupa nos passeios dividem-se, cerca de metade das pessoas dizem que deviam tirar tudo e a outra metade, aproximadamente, dizem que devia deixar, ter um sítio próprio para estender a roupa ou ter inclusive mais estendais nos passeios.

Quando questionados sobre os 3 equipamentos que fecharam recentemente, o Centro de Saúde, a Creche ou a Escola primária, a maior parte das pessoas reitera que o Centro de Saúde é o que faz mais falta. Há muitos idosos a precisarem de assistência médica e sem transporte para o atual Centro de Saúde e a ser preciso deslocarem-se a pé. Muita gente afirma também que faz falta a escola, visto que atualmente as crianças têm de apanhar o autocarro da parte nascente da linha férrea o que constitui um perigo muito grande para a atravessar e também o contacto entre crianças dentro do autocarro não mantendo o distanciamento social.

Por fim, quando incentivamos a sugerir uma mudança no bairro, alguns responderam que "isto? Não tem como mudar."[143] ou que mudavam tudo se fosse possível, incluindo as pessoas. Outras sugestões foram fazer mais um

[142] Informação retirada do site da Câmara Municipal de Espinho sob o título "Obra do RECAFE".
[143] Entrevista nº 18

campo de futebol, ter mais ocupação para as crianças, fazer um túnel para atravessar a linha férrea e até uma linha de autocarros que fosse para as escolas e par ao centro de saúde. Mas a grande maioria das pessoas quer que o Centro de Saúde e a Escola primária voltasse a abrir no bairro.

Diálogo entre os moradores e o espaço público

Fundamentando não só no diagnóstico do espaço do bairro, como também no que foi retirado das vozes dos moradores, pretende-se registar o diálogo entre os habitantes e o espaço público.

A partir do diagnóstico podemos concluir que existem claras lacunas a nível de espaços públicos consolidados e falta de condições das vias de circulação para peões, sendo que os passeios são ocupados por estendais de roupa e carros estacionados.

O que parece ser de valor retirado da auscultação aos moradores é a falta de dois equipamentos essenciais, a escola e o centro de saúde, a controvérsia em torno da utilização ou não de estendais nas ruas e a importância das crianças e de haver mais sítios para elas brincarem.

Assim, uma possível proposta que englobe todos os desejos e necessidades dos moradores não será somente do âmbito da disciplina da arquitetura, mas também da sociologia e político-administrativa.

À partida, parece que para um núcleo habitacional tão denso em termos populacionais como o bairro da Marinha é, faz todo o sentido reabrir o centro de saúde ou, pelo menos, um posto médico. Atualmente os moradores têm de se deslocar com o meio de transporte que têm, que muitas vezes não é nenhum, cerca de 2,5 km por vias muitas sem passeios, e inclusive atravessar duas linhas férreas e uma estrada nacional. Isto é uma situação especialmente complicada para os idosos que sempre foram acompanhados no centro de saúde no bairro e agora vêm-se obrigados a deslocarem-se até para consultas de rotina. De lembrar ainda a situação atual e o facto de haver um ajuntamento desnecessário de pessoas no centro de saúde de Silvalde que ficou a receber o dobro das pessoas.

A mesma lógica de pensamento vai para a reabertura da escola primária. Havia, no bairro, duas escolas, uma do primeiro ciclo do ensino básico e outra do segundo ciclo do ensino básico. Esta do segundo ciclo do ensino básico foi a que fechou há mais tempo, tendo sido o edifício convertido nas instalações da

Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho[144]. Nestas instalações funciona o Centro comunitário Espinho mar – Espinho terra, que faz um conjunto de ações como o atendimento e acompanhamento social, ludotecas, clube do conhecimento, projetos de apoio à família e à comunidade, cenários étnicos, conhecer no feminino, ser homem marido e pai, cozinha comunitária, entre outras. Percebe-se, assim, a importância desta associação e o dever da sua ação ser mais alargada e conhecida no bairro da Marinha, de modo a ocupar os tempos livres das crianças e jovens e também educar os membros da comunidade em assuntos relevantes para a sua melhor integração na sociedade e na cidade. Já relativamente à escola primária, foi transformada num centro de incubação de empresas[145], que, até agora não funcionou. A proposta, neste caso, seria de reabrir a escola, de modo a que as crianças mais novas não tivessem de se deslocar para tão longe para ter aulas. Hoje em dia, existe um autocarro que apanha as crianças antes das aulas, do lado nascente da linha férrea. Ora, como disseram alguns moradores, isso constitui um perigo para as crianças de serem levadas por um comboio devido a uma distração.

Relativamente à questão mais controversa, a dos estendais na via pública, de facto as pessoas não têm sítio onde secar a sua roupa e os estendais são bastante característicos de zonas piscatórias, como por exemplo a Afurada. No entanto, entende-se como se torna complicado circular e ocupar ou até apropriar os passeios com estes elementos a ocupá-los. Assim, a proposta será um meio termo, também à semelhança do que fizeram na Afurada, designando uma parte do espaço público à instalação destas estruturas. Considerando, mais uma vez, a densidade populacional deste núcleo urbano, teriam de ser desenhados vários pontos ao longo do bairro que pudessem ser ocupados como estendais, mas retirando o resto dos passeios e vias de circulação.

Observando a zona verde junto à ribeira de Silvalde, e lendo-a como o único espaço público de grandes dimensões dentro do bairro e ainda o único parque verde, pode-se perceber o potencial que está a ser desperdiçado neste lugar. Esta zona do bairro já é bastante rica num conjunto de estruturas e equipamentos, tais como um campo de futebol pequeno, a ADCE, mencionada

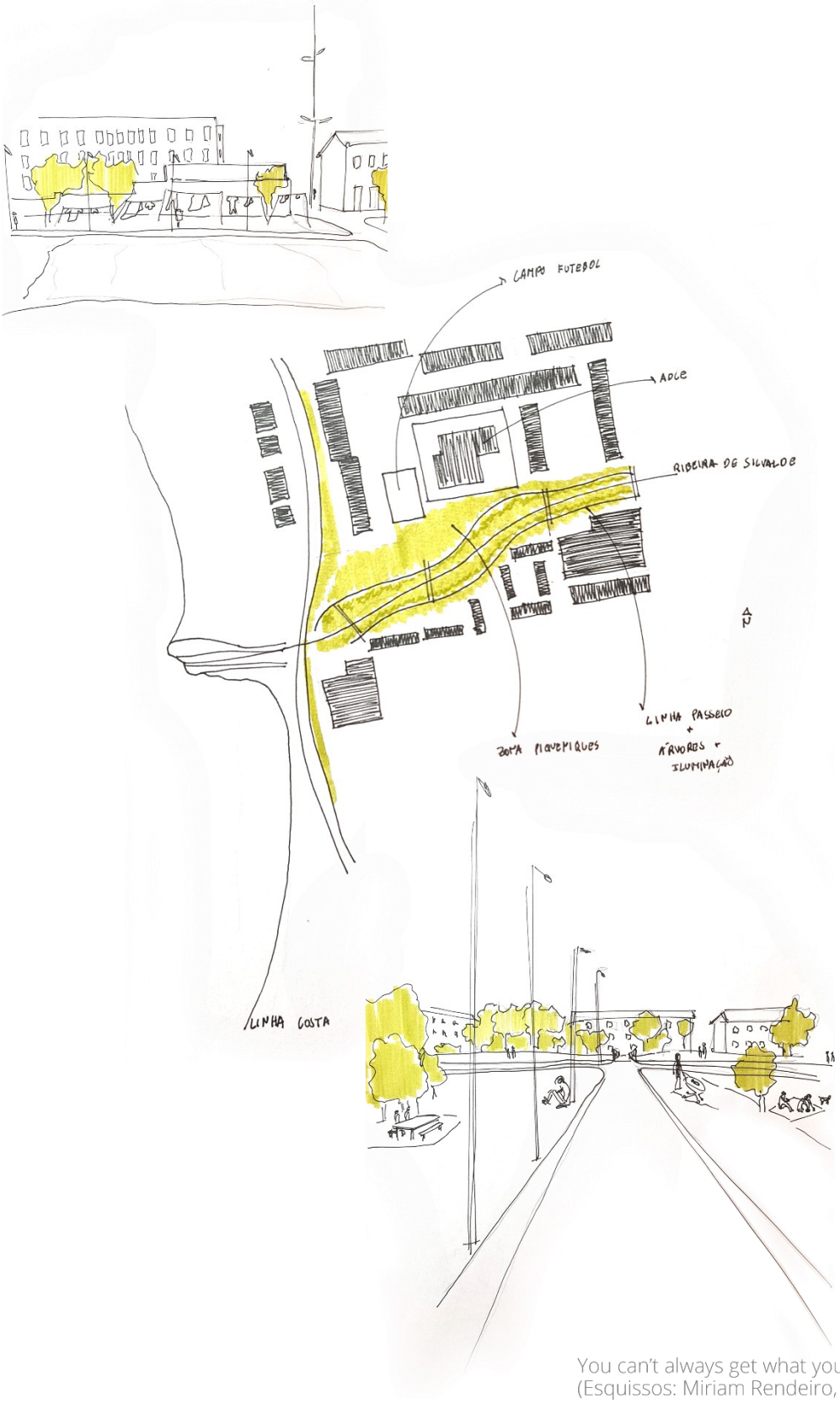
[144] "A Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho (ADCE), constituída a 27 de abril de 1995, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social criada por iniciativa da Câmara Municipal de Espinho e outras instituições, públicas e privadas locais e regionais." Informação retirada do site da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho.

[145] "A Câmara Municipal de Espinho vai instalar na antiga Escola Primária do Bairro Piscatório o Centro de Investigação, inovação, experimentação e empreendedorismo em Automação e Robótica denominado de "experimentAR Espinho". Será um espaço de incubação de empresas "startups" em áreas de Automação e Robótica, disponibilizando salas de trabalho, laboratório de I&D e espaço de experimentação com equipamentos." Informação retirada do site da Câmara Municipal de Espinho sob o título "Experimentar Espinho".

anteriormente, e duas zonas para secagem de roupa. Como tal, seria interessante complementar o campo de futebol com um parque infantil, visto que foi algo que os moradores pediram e que, considerando o grande número de crianças e a preocupação com a ocupação dos seus tempos livres, faz sentido ter mais que um parque infantil, e este lugar seria o ideal. Uma atividade que também pode ser dinamizada em relação ao parque é a plantação de árvores, em primeiro lugar porque numa zona verde desta extensão faz sentido ter vegetação e em segundo lugar porque poderá ser uma forma de ocupar as pessoas e de incutir um sentido de cuidado, tratamento e preservação das plantas para o futuro, algo que poderá ajudar a que os moradores tratem melhor desta zona verde e não deitem lixo para o rio. Outra estrutura que podia ter lugar aqui era uma zona de mesas e bancos de pedra que podiam ser usados para fazer piqueniques, jogar cartas, ou só para estar. Esta zona podia ainda ser melhorada com iluminação pública e caixotes do lixo ao longo dos caminhos.

Em suma, o diálogo dos habitantes com o espaço público baseia-se na abertura de um posto médico com funções menores, como consultas de rotina e atos simples de enfermagem. Em segundo lugar na dinamização da ADCE com mais atividades dedicadas aos moradores do bairro. Em terceiro, a reabertura da escola primária. Em quarto, a recomposição de espaços públicos de pequenas dimensões dedicados ao estender da roupa e a desmontagem dos estendais ao longo das vias públicas. E por último, em quinto lugar, a consolidação do espaço verde da ribeira de Silvalde através da criação de um parque infantil junto ao campo de futebol, da plantação de árvores, da colocação de iluminação e caixotes do lixo. Compreende-se que nem todas as medidas sejam passiveis de ser feitas, no entanto elabora-se um programa participado com a proposta de trabalho.


ESCOLA / ADCE
PIQUENIQUE
PASSEIO
RIO
PASSEIO
RELVA
RUA



You can't always get what you want
(Esquissos: Miriam Rendeiro, 2020)

Criação de um programa participado

O programa que delineamos e propomos para os espaços públicos do Bairro da Marinha de Silvalde divide-se em 2 tipos de pontos distintos, primeiro, os pontos aqueles auscultados junto dos moradores, dividimos em pontos fundamentais e pontos facultativos. Em seguida, propostas que resultam da observação, mas não da participação dos moradores.

A) Pontos auscultados junto dos moradores:

Pontos fundamentais

1) Recomposição do parque da ribeira de Silvalde através do desenho urbano, a incluir os seguintes aspetos:

- Trabalho paisagístico com arborização;

- Projeto de iluminação nas vias públicas já existentes ao longo do parque;

- Colocação de pontos de recolha de lixos para a preservação ecológica da ribeira e área verde;

- Implantação de mesas e bancos, criando zonas de repouso com sombra natural das árvores.

2) Repavimentação dos caminhos atualmente em terra batida através da introdução de um piso duro, como por exemplo betonilha permeável, ou outro, para promover pista de corrida, bicicleta e passeio com carrinhos de bebé.

Pontos facultativos, mas necessários:

3) Criação de zonas específicas de secagem de roupa ao longo do bairro, como por exemplo em algumas zonas denominadas no mapa dos espaços públicos por "espaços informais – não construído". Propõe-se também a sua localização junto à fronteira com o campo de golfe, a sul, e/ou nas traseiras da rua Manuel D'areia, junto ao conjunto habitacional 2.

4) Implementação de uma linha de autocarros com paragens no bairro, e/ou alargamento do trajeto dos autocarros já existentes, de modo a transportar dois

tipos de moradores particularmente frágeis e dependentes, prevendo o transporte de crianças para as escolas, durante o ano letivo, e o transporte de idosos para o centro de saúde, e para o centro urbano.

B) Programa proposto além da auscultação dos moradores:

Como necessidades identificadas e que se propõe além daqueles auscultados junto dos moradores:

1) Dinamização da Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho para a realização de atividades com os moradores, como por exemplo, workshops, formações e outras iniciativas que contribuam para a formação e a ocupação.

2) Criação de um equipamento público equivalente aos lavadouros tradicionais, com valências como tanques para lavagem de roupa e estendais abertos aos moradores sem condições domésticas de espaço e salubridade. Este programa poderia fixar-se a sudeste da ribeira de Silvalde, num espaço atualmente informal, não construído, rematando, assim, o edificado.

3) Desenho de um complexo desportivo ao ar livre, tirando partido do campo de futebol já existente, que se podia consolidar com a criação de campos destinados a outros desportos, como por exemplo o voleibol ou o basquetebol. O complexo poderia ser fixado na praça a norte do campo de futebol, visto que esta está desocupada, ou tem utilização residual por parte das pessoas. O parque da ribeira de Silvalde poderia complementar e servir de plataforma para a prática desportiva, promovendo a corrida, o ciclismo, e outros.

4) Criação de um parque para skates e bicicletas à beira mar, onde atualmente apenas ocorre anualmente a festa da Senhora do Mar. Este parque poderia ser modular e/ou amovível, de modo a poder ser retirado à data da festa, visto que para os habitantes é um acontecimento importante, quer religioso, quer do folclore do bairro.

5) Desenho de um novo parque infantil, junto ao campo de futebol e à Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho para dar resposta à grande quantidade de crianças no bairro.

6) Projeto e colocação de um conjunto de equipamentos urbanos tais como bancos, iluminação e sombra, instaladas ao longo dos passeios do bairro.

7) Projeto de um centro comunitário que pudesse dinamizar atividades e estivesse aberto a todos os moradores, impulsionando, inclusive, a criação de uma associação de moradores do bairro da Marinha, pela luta ordenada pelos direitos e desejos dos habitantes e para que fosse um lugar a recorrer em caso de necessidade.

Considerações finais

As cidades portuguesas são caracterizadas por uma multiplicidade de núcleos urbanos de habitação social. Cada vez mais este tipo de núcleos tem despertado a atenção de arquitetos, urbanistas e das ciências sociais e humanas devido às condicionantes que ali se verificam. Contudo, a problemática está longe de ter uma resolução fácil devido ao conjunto de fatores que temos vindo a estudar ao longo deste trabalho, de entre os quais se destaca a falta de representatividade dos moradores na conceção e produção do espaço de habitar e/ou na tomada de decisões relativas à apropriação e manutenção do mesmo. Neste aspeto é de referir não só o alheamento da tomada de decisões e do contacto com as entidades públicas, como também a falta de contacto entre os moradores e os projetistas dos espaços, os arquitetos.

Esta dissertação permitiu desenvolver uma abordagem não normativa ao desenho de planeamento urbano, mas sim uma abordagem feminista situada, pondo em causa a premissa de que o planeamento urbano é neutro. O desejo foi de colocar as pessoas no centro das decisões do planeamento, visto que cada pessoa vive o espaço de forma diferente porque tem necessidades e experiências diferentes, fatores que devem ser incluídos em qualquer processo ou projeto urbanístico. Não há uma predefinição do que é um espaço ideal, como tal, não deveria haver uma generalização do espaço de habitar. Consequentemente não se propõe modelos de habitação, mas sim a recomposição do espaço público. Reconhece-se a diferença entre as pessoas – género, idade, origem, família, classe social – e analisa-se como é que essas diferenças têm implicações no desenho urbano. Por outro lado, a abordagem é também tática, pondo em causa a premissa que o Estado é que tem de dar respostas aos problemas do espaço público. Assim, o Programa Participado desenvolve ações de microescala, pontuais, com grande impacto, porém realistas em que a ambição económica é contida pela consciência do contexto, sabendo que não são necessários projetos icónicos. Desenvolve-se ainda esta posição dúplice de quem quer ouvir os moradores enquanto parte integrante e de quem quer realizar um exercício arquitetónico enquanto estudante de arquitetura.

Não obstante um período especial da história revolucionária portuguesa em que o SAAL foi uma referência internacional de modelos de participação na conceção e na construção participada pelos moradores, essa auscultação não ocorre nos processos correntes. A produção de habitações estandardizadas, que teoricamente servem qualquer agregado familiar que venha a ser selecionado como ocupante / inquilino, na prática pode-se dizer que não se adequam a quase nenhum, dada a diversidade dos modos de vida e da composição dos próprios agregados - tanto em dimensão como nas condições.

A desadequação dos projetos idealizados à sua utilização na realidade concreta, como no caso do Bairro da Marinha de Silvalde, conduz a que os moradores sintam uma (enorme e incontornável) necessidade de apropriação contínua do espaço público. A escassez de espaço doméstico interior e de espaço doméstico exterior - a ausência de jardins, varandas e terraços impede o acesso ao exterior privado - resulta numa prática corrente de apropriação do espaço público que, paradoxalmente, é tão naturalizada e constante que nalguns casos as pessoas apropriam-se do espaço público sem conscientemente se aperceberem que o estão a fazer. Na Marinha de Silvalde, quando questionados sobre se usavam o espaço público, todos os moradores responderam que sim para atividades não domésticas, como caminhar ou lazer. Pode-se, porém, observar a apropriação do mesmo para atividades como colocar a roupa a secar, para estadia e permanência em mesas e cadeiras, ou ainda através da construção de barracas para expandir o espaço doméstico. O uso reiterado e a naturalização do uso privado do espaço público levam à falta de perceção desse mesmo espaço como sendo público.

Enquanto estudante de arquitetura e moradora deste mesmo bairro, da Marinha de Silvalde, as problemáticas associadas aos bairros sociais sempre foram do meu interesse. Conhecendo as pessoas e o espaço do bairro, parti, mesmo assim, com preconceções do que seria uma resposta "técnica" a dar a este desafio. Os meus pontos de partida revelaram-se parcialmente incompletos, ou mesmo equivocados. Parti também com uma visão de projeto e de desenho para o espaço público, quando na verdade a necessidade principal dos moradores era do âmbito político-administrativo e não arquitetónico. Essas ideias iniciais passavam por: a criação de um lavadouro tradicional onde fosse possível lavar a estender a roupa, o desenho de um novo parque infantil, o desenho de um complexo desportivo ao ar livre, tirando partido do campo de futebol já existente,

a criação de um parque para skates e bicicletas, o desenho de um conjunto de estruturas exteriores compostas por bancos, iluminação e sombra e que poderiam ser instalados ao longo do bairro ou mesmo o impulsionar da criação de uma associação de moradores a acontecer num centro comunitário.

Após consultar exemplos de projetos desenvolvidos pelo ABC da rua no Porto, pelos Iconoclasistas, projetos das MUF architects e dos Critical Concrete, conclui que seria importante avançar com um processo de auscultação dos moradores. Se o desejo sempre foi trabalhar em conjunto com a comunidade a fim de oferecer soluções concretas para o espaço público na forma de um exercício arquitetónico, os exemplos analisados vieram consubstanciar a necessidade de fazer avançar nessa direção.

Após o confinamento doméstico devido à pandemia provocada pelo COVID-19 e a retração dos moradores do espaço público e do contacto entre pessoas, o processo de participação evoluiu. Por contingência, avançou-se para um inquérito por entrevista a 20 moradores que contribuíram para uma reflexão sobre as necessidades sentidas, fazendo evoluir também a ideia de um programa para o espaço público do bairro.

Esta dissertação culmina, deste modo, e também por contingência pandémica, na criação de um Programa Participado, informado pelos moradores. O trabalho merecia um envolvimento diferente com o espaço e com as pessoas e previa um processo muito mais participado e implicado, o que não foi possível atingir devido à mudança de conjuntura e a impossibilidade de trabalhar com os moradores.

A dissertação apresenta o processo de pesquisa, comparação, diálogo e a auscultação de necessidades, pelo que as considerações a tecer sobre o trabalho desenvolvido não podem ser conclusivas e projetuais, mas sim a apresentação de um processo em curso de abertura ao diálogo. Esta dissertação serve de mote para levantar o problema e possíveis soluções que possam contribuir para instigar a participação dos moradores do bairro da Marinha de Silvalde na recomposição do seu espaço público.

Após o designado “novo normal”, esperemos que todos possamos regressar à vida no espaço público e a agir criticamente sobre ele.

Bibliografia

Livros

AGAREZ, R. (2018). Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-1028. Lisboa: Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

AZEVEDO, Correia de. (1961). Cidades e Vilas de Portugal: Espinho. Espinho: Câmara Municipal de Espinho e Comissão Municipal do Turismo de Espinho.

BANDEIRINHA, José António. (2007). O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 424 a 425

BRANDÃO, Ana & BRANDÃO, Pedro. (2019). O lugar de todos: interpretar o espaço público urbano. Lisboa: Associação do instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento.

BRANDÃO, Francisco. (1991). Anais da História de Espinho. Espinho: Câmara de Municipal de Espinho.

BRANDÃO, Pedro & REMESAR, Antoni. (2003). Design do Espaço Público: deslocação e proximidade. Lisboa: Centro Português de Design.

BECKER, Annette, TOSTÕES, Ana & WANG, Wilfried. (1979). Portugal: arquitectura do século XX. Munique: Prestel.

BENJAMIN, Walter. (1936). The Work of Art in the Age of Mechanical Reproduction. UCLA School of Theater.

BOURDIEU, Pierre. (1997). A Miséria do Mundo. Rio de Janeiro: Editora Vozes.

BURMESTER, Maria. (coord.) (2014). O Processo SAAL: Arquitectura e Participação 1974-1976. Porto: Fundação de Serralves.

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO. (2007). Carta educativa do concelho de Espinho: Relatório de Carcterização. Espinho: Câmara Municipal de Espinho.

CAMPS, Maria. (2012). Da Obra Projectada à Obra Vivida - Sobre o Conjunto Habita-cional da Bouça. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universi-dade do Porto, Porto, Portugal.

COL|LECTIU PUNT6. (2019). Urbanismo Feminista. Barcelona: Virus.

CONSELHO NACIONAL DO SAAL. (1976). Livro branco do SAAL 1974-1976. Lisboa: Conselho Nacional do SAAL.

COSTA, Mariana e AMORIM, Fernanda. (2013). Diagnóstico Social do Concelho de Espinho. Espinho: Rede Social de Espinho – Câmara Municipal de Espinho.

DE CARLO, Giancarlo. (2005). Architecture & Participation. Reino Unido; Taylor & Francis.

DOWNS, Eleanor. (2017). The Uses and Usefulness of Participation. Dissertação de Mestrado, The Bartlett School of Architecture, University College London.

DUQUE, Félix. (2004). Arte público y espacio político. Madrid: Akal.

FATHY, Hassan. (2009). Arquitectura para os pobres: Uma experiência no Egipto rural. Lisboa: Argumentum.

FLECK, Brigitte, WANG, Wilfried, SIZA, Álvaro. (2008). Bouça: residents association housing. Austin: The Center for American Architecture and Design.

GADANHO, Pedro. (coord.) (2013). Performance architecture. Guimarães: Guimarães 2012.

GAIO, Carlos. (1999). A Génsese de Espinho: Histórias e Postais. Porto: Campo das Letras.

KLIASS, Rosa Grena. Parques urbanos de São Paulo. São Paulo: Pini, 1993.

LAMAS, José. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LAMEIRA, Gisela e ROCHA, Luciana. (2019). Mapa da Haitação: Guia para uma terminologia especifica em Arquitetura habitacional apoiada pelo estado em Portugal [1919-1974]. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

LEFEBVRE, Henri. (2000). LaProduction de l'espace. Paris: Anthropos.

LEGATES, Richard e STOUT, Frederic. (2007). The city reader. 4º edição. Reino Unido: Routledge, Taylor and Francis Group.

LOPES, António José Teixeira. (2013). O nascimento de um aglomerado urbano: Espinho no limiar do século XX. Porto: Edita-me.

LYDON, Mike. (2012). Urbanismo Tático: Ações a Curto-Prazo / Mudança a Longo Prazo. Nova Iorque: The Street Plans Collaborative.

LYNCH, Kevin. (1997). A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes.

MELO, Leidy Karina de Almeida. (2007). A Unidade Residencial da Bouça – a proposta, os espaços e a cidade. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

MOREIRA, Inês. (2013). Devir menor: arquiteturas e práticas espaciais críticas na Ibero-América. Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães 2012.

PEREIRA, Álvaro. (1970). Espinho: Monografia. Santa Maria de Lamas: Rios e Irmão.

PORTAS, Nuno. (2005). Os tempos das formas: A cidade feita e refeita. Guimarães: Departamento autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho.

QUINTA, João. (1999). Espinho. Espinho: Câmara Municipal de Espinho.

QUEIROGA, Eugénio Fernandes. A metrópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa. São Paulo, 2001. 351 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2001.

RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane. (1994). A cidade: Rumo a uma nova definição? Porto, Edições Afrontamento.

RUDOFSKY, Bernard. (1964). Architecture without architects: A short intruction to non-pedigreed architecture. Nova Iorque: MoMA.

SAKATA, Francine e MACEDO, Silvio. (2002). Parque urbanos no Brasil. São Paulo.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. A cidade como um jogo de cartas. Niterói: EDUFF, 1988.

SANTOS, Patrícia. (2011). Fora de água: Considerações sobre a prática e a recepção da arte no espaço público urbano. O Chiado, a Baixa e a Esfera Pública. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

SARDO, Delfim. (2014). O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976. Por-to: Fundação Serralves, p. 120 a 127

SILVA, Maria Manuel. (2010). A ideia de cidade em Álvaro Siza. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

SIZA, Álvaro. (2009). 01 textos. Porto: Civilizações.

SPACE TRANSCRIBERS. (2018). Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga. Braga: Câmara Municipal de Braga.

TÁVORA, Fernando. (2008). Da Organização do Espaço. Porto: FAUP publicações.

WOLCOTT, Harry. (1994). Transforming qualitative data: description, analysis, interpretation. California: Sage.

Periódicos

AUGUSTO, Nuno Miguel. (2000). Habitação social – da intenção de inserção à amplia-ção da exclusão. IV Congresso Português de Sociologia.

CALÓ, Susana. (2014). Revista Lugar comum Devir Menor, Espaço, Território e Eman-cipação Social: Perspectivas a partir da Ibero-América. Revista Lugar Comum da Universidade Nômade, nº41.

CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine. (1970). Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. Revue française de sociologie, 11, pp 3-33.

COSTA, Alexandre Alves. (2007). Projecto do Bairro da Bouça, Álvaro Siza e António Madureira in Revista Arquitectura e Vida nº78, janeiro de 2007, p.26

HANNES, Evy. (2016). Espaços abertos e espaços livres: Um estudo de tipologias. Paisagem e ambiente: ensaios, nº37. São Paulo p. 121 – 144.

MARINHO, Manuela e AMARO, Maria. (2003, Junho). Os Ciganos em Portugal - aproximação I. Intervenção social, 27, pp 89-120.

MARTÍNEZ, Zaida e HUERTAS, Maria. (2009). Urban Social Movements: gender approaches. The New Urban Questions: Urbanism beyond neo-liberalism. 4th Conference of International Forum on Urbanism. Conference proceedings, pp 1117-1124.

PEREIRA, Virgilio, SLATER, Tom, WACQUANT, Loïc. (2014). Territorial stigmatization in action. Environment and Planning A. Volume 46, pp 1270-1280.

SILVESTRE, Maria José, FIALHO, Isabel e SARAGOÇA, José. (2014) Da palavra à construção de conhecimento científico: um olhar reflexivo e meta-avaliativo sobre o guião de entrevista. Comunicação & Informação, dezembro 2014, nº 2, p.119-138.

SIZA, Álvaro. (1996). The proletarian 'island' as a basic element of the urban tissue. Lotus International nº13, 1976. Milano: Electa. p. 80-93.

Sites

ABC DA RUA. (2018). Recuperado de https://www.facebook.com/abcdarua/

ABC DA RUA. (2019). Recuperado de https://www.viralagenda.com/pt/events/833183/abc-da-rua-acoes-de-baixo-custo-de-transformacao-da-rua

ADCE. (2020). Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho. Recuperado de https://www.adce.pt/

AMORIM, Miguel (2019). Ilha de Siza Vieira à venda por 2,5 milhões. Recuperado de https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/ilha-de-siza-vieira-a-venda-por-25-milhoes-11356683.html

ARCHDAILY. (2014). Six Teams Studying Uneven Growth to Exhibit Proposals for Ex-panding Megacities at MoMA. Recuperado de https://www.archdaily.com/567449/six-teams-studying-uneven-growth-to-exhibit-proposals-for-expanding-megacities-at-moma?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

ARCHITECTUUL. (2020). Aldo Van Eyck. Recuperado de http://architectuul.com/architect/aldo-van-eyck

BARATTO, Romullo. (2017). Urbanismo tático, utopias e curadoria ativista: uma entre-vista com Pedro Gadanho. Recuperado de https://www.archdaily.com.br/br/882682/urbanismo-tatico-utopias-e-curadoria-ativista-uma-entrevista-com-pedro-gadanho?ad_source=search&ad_medium=search_result_all

BARROS, João Pedro e Roberto, Manuel. (2005). Novos moradores da Bouça podem "melhorar o ambiente do bairro". Recuperado de https://www.publico.pt/2005/07/03/jornal/novos-moradores-da-bouca-podem-melhorar-o-ambiente-do-bairro-28529

BRANCO, Francisco. (2017). Siza Vieira volta 40 anos depois ao coração do Porto. Recuperado de http://imagensdemarca.sapo.pt/conteudos-especiais/portugal-genial/siza-vieira-volta-40-anos-depois-ao-coracao-do-porto/

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO. (2018). Habitação social. Recuperado de https://portal.cm-espinho.pt/pt/viver/municipes/intervencao-social/habitacao-social/

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO. (2017). Obra do recafe altera circulação de trânsito. Recuperado de https://portal.cm-espinho.pt/pt/noticias/obra-do-recafe-altera-circulacao-de-transito/

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO. História e heráldica. Recuperado de https://portal.cm-espinho.pt/pt/municipio/camara-municipal/historia-e-heraldica/

CÂMARA MUNICIPAL DE ESPINHO. (2017). Experimentar Espinho. Recuperado de https://espinho.pt/pt/noticias/experimentar-espinho/

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. (2020). Domingo traz propostas variadas para as zonas pedonais temporárias. Recuperado de http://www.porto.pt/noticias/domingo-traz-propostas-variadas-para-as-zonas-pedonais-temporarias?fbclid=IwAR1JiDLDmkYGF5JNOVWFC6AQm_Z7L-Yk1CSEBl9EjZ4WGgU-QUmxHAmBSbY

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. (2020). Centro do Porto passa a ter zonas pedonais temporárias aos fins de semana a partir deste sábado, dia 20. Recuperado de http://www.porto.pt/noticias/centro-do-porto-passa-a-ter-zonas-pedonais-temporarias-aos-fins-de-semana-a-partir-deste-sabado-dia-20

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. (2020). As ruas tornaram a ser das pessoas e estiveram cheias de sorrisos e brincadeiras. Recuperado de http://www.porto.pt/noticias/as-ruas-tornaram-a-ser-das-pessoas-e-estiveram-cheias-de-sorrisos-e-brincadeiras-?fbclid=IwAR1Rudl4JIJugxs-1Pn-E0CZzGfEnFn_9nD-vBcKzHSZbadxYew4fGaFBwM

CASTRO, Adriana. (2018). Moradores e turistas vão coabitar na ilha do Monte da Lapa. Recuperado de https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/moradores-e-turistas-vao-coabitar-na-ilha-do-monte-da-lapa-10170417.html

COUTINHO, Joana. (2017). As «ilhas» do Porto e o turismo dos modos de vida. Recuperado de https://www.revistapunkto.com/2017/09/as-ilhas-do-porto-e-o-turismo-dos-modos.html

CRITICAL CONCRETE. (2016). Recuperado de https://criticalconcrete.com/about/

CSPM GROUP. (2015). What is Tactical Urbanism? Recuperado de https://cspmgroup.com/tacticalurbanism/

FIGUEIREDO, Francisca e FERNANDES, Cláudia. (2016). Bairro do Leal: Um problema sem fim à vista. Recuperado de https://jpn.up.pt/2016/03/31/bairro-do-leal-um-problema-sem-fim-a-vista/

FOLCLORE DE PORTUGAL. (2020). Vareiros e Varinos. Recuperado de https://folclore.pt/vareiros-e-varinos/

GERALD, Richard e SOUZA, Eduardo. (2017). O Colectivo MU e o urbanismo na escala humana em Bogotá. Recuperado de https://www.archdaily.com.br/br/877002/o-colectivo-mu-e-o-urbanismo-na-escala-humana-em-bogota

GLOBAL PLATFORM FOR THE RIGHT TO THE CITY. What is feminist urbanism? Recuperado de https://www.right2city.org/news/espanol-que-es-el-urbanismo-feminista/

INFOPÉDIA. (2020). Vareiro. https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/vareiro

INFOPÉDIA. (2020). Aldo Van Eyck. https://www.infopedia.pt/$aldo-van-eyck

JUNTA DE FREGUESIA DE ESPINHO. Espinho, “o lugar da praia”. Recuperado de http://jfespinho.pt/index.php/historia

MOMA. (2015). Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities. Recu-perado de https://www.moma.org/calendar/exhibitions/1400

MOREIRA, Susana. (2019). O que é urbanismo tático? Recuperado de https://www.archdaily.com.br/br/929743/o-que-e-urbanismo-tatico

MUF ARCHITECTS. (2000). Juliet Bidgood notes. Recuperado de http://muf.co.uk/juliet-bidgood-notes/

MUF ARCHITECTS. (2005). Broadway Estate Community Garden Tilbury 2005. Recuperado de http://muf.co.uk/portfolio/tilbury/

PCP CIDADE DO PORTO. (2014). CDU exige solução urgente para degradação do Bairro do Leal. Recuperado de https://www.cidadedoporto.pcp.pt/2014/09/14/cdu-exige-solucao-urgente-para-degradacao-do-bairro-do-leal/

PINTO, Mariana Correia e COSTA, Anna. (2019). Habitação e turismo: tentativa de uma conciliação difícil. Recuperado de https://www.publico.pt/2019/10/20/local/reportagem/habitacao-turismo-ensaio-dificil-conciliacao-1890381

PINTO, Mariana Correia e GARRIDO, Nelson. (2018). O Airbnb já mora no "bairro do Siza". Recuperado de https://www.publico.pt/2018/07/24/local/reportagem/o-airbnb-tambem-ja-mora-no-bairro-do-siza-1838636

PORDATA. (2018). O seu municipio em números, Espinho. Recupedado de https://www.pordata.pt/Municipios/Continente/Quadro+Resumo/Espinho-252093

PRITZKER PRIZE. Alejandro Aravena. Recuperado de https://www.pritzkerprize.com/biography-ale-jan-dro-ara-ve-na

PUNKTO. (2015). Algumas considerações acerca da prática de mapeamento coletivo – Iconoclasistas. Recuperado de https://www.revistapunkto.com/2015/09/algumas-consideracoes-acerca-da-pratica.html

RUA 28. (2011). Vareira, canção de Espinho. Recuperado de http://rua28.blogspot.com/2011/07/vareira-cancao-de-espinho.html

SPATIAL AGENCY. John Turner. Recuperado de https://www.spatialagency.net/database/john.turner

SPATIAL AGENCY. Hassan Fathy. Recuperado de https://www.spatialagency.net/database/hassan.fathy

SPATIAL AGENCY. Elemental. Recuperado de https://www.spatialagency.net/database/elemental

THE STREET PLANS COLLABORATIVE. (2016). Tactical Urbanist's Guide to Materials and Design. Recuperado de http://tacticalurbanismguide.com/

THE STREET PLANS COLLABORATIVE. (2020). Tactical Urbanism as a Tool for Equity? Recuperado de http://www.street-plans.com/news-post/advocacy/tactical-urbanism-as-a-tool-for-equity/

VILAÇA, Ígaro (2020). Arquitetura e participação: experiências críticas ou alternativas pioneiras. Recuperado de http://www.ct-escoladacidade.org/contracondutas/editorias/trabalho-e-arquitetura/arquitetura-e-participacao-experiencias-criticas-ou-alternativas-pioneiras/

Entrevistas

GRANDE, Alexandra. (2017). Entrevista à Imagens de Marca. Recuperado de http://videos.sapo.pt/zZbZgulsypCwzFE9j8NZ

FERNANDEZ, Sérgio. (2018). Entrevista aos estudantes do 3º ano da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto do ano letivo 2017/2018 sobre as suas obras.

Índice de imagens

p.12
Parque Infantil em tempos pandémicos, Miriam Rendeiro, 2020

p.16
Mapa mental da estrutura da dissertação, Miriam Rendeiro, 2020

p.24
Urbanismo Feminista, 2019, Livro Urbanismo Feminista, Coletivo Punt6 (2019), p.158
Urbanismo Feminista, 2019, Livro Urbanismo Feminista, Coletivo Punt6 (2019), p.27

p.28
Resgate do espaço público, Porto, 2020, disponível em http://www.porto.pt/noticias/as-ruas-tornaram-a-ser-das-pessoas-e-estiveram-cheias-de-sorrisos-e-brincadeiras-?fbclid=IwAR1Rudl4JIJugxs-1Pn-E0CZzGfEnFn_9nD-vBcKzHSZbadxYew4fGaFBwM
Apropriação da rua para mercado, Londres, 2005, disponível em http://muf.co.uk/portfolio/whitecross/
Esquema de participação, Iconoclasistas, disponível em https://www.revistapunkto.com/2015/09/algumas-consideracoes-acerca-da-pratica.html

p.32
Reunião ABC da rua, 2019, disponível em https://www.facebook.com/groups/abcdaruaportoarcadagua/
Resgaste do espaço público, Porto, 2020, disponível em http://www.porto.pt/noticias/as-ruas-tornaram-a-ser-das-pessoas-e-estiveram-cheias-de-sorrisos-e-brincadeiras-?fbclid=IwAR1Rudl4JIJugxs-1Pn-E0CZzGfEnFn_9nD-vBcKzHSZbadxYew4fGaFBwM
Resgate do espaço público, Poblenou, Barcelona, 2018, disponível em https://www.publicspace.org/es/obras/-/project/k081-poblenou-s-superblock

p.36
Mapeamento coletivo, Iconoclasistas, 2017, disponível em https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/875199/iconoclasistas-la-practica-del-mapeo-colectivo
Dossier de mapeo, Iconoclasistas, 2020, disponível em https://iconoclasistas.net/dossier-de-mapeo/

p.40
Parque infantil, Londre, MUF architects, 2010, disponível em http://muf.co.uk/portfolio/wick-green/
A horse tale, Londres, MUF architects, 2005, disponível em http://muf.co.uk/portfolio/tilbury/
Interrupção de rua, Londres, MUF architects, 2010, ambas as fotos disponíveis em http://muf.co.uk/portfolio/street-interrupted-2010/

p.44
Projeto participado, Summer School, Ciritcal COncrete, 2017, disponível em https://criticalconcrete.com/summer-school-2017/
Isolamento de um telhado em cartão, Ciritcal COncrete, 2018, disponível em https://criticalconcrete.com/producing-cardboard-insulation/
Reutilização de bocados de tecido, Critical Concrete, 2019, disponível em https://criticalconcrete.com/summer-school-2019/

p.52
Manifestações dos moradores, Alexandre Alves Costa, 1975, disponível em http://volumeproject.org/saal-sweat-and-tears/
Assembleias de moradores, Alexandre Alves Costa, 1975, disponível em https://www.e-flux.com/announcements/30441/the-saal-process-and-the-otolith-group/
Construções SAAL, Alexandre Alves Costa, 1975, disponível em https://www.sabado.pt/gps/detalhe/critica-o-processo-saal-arquitectura-e-participacao-1974-1976

p.54
Bairro da Bouça em construção, Porto, Alexandre Alves Costa, 1975, disponível em http://www.cd25a.uc.pt/media/videos/projeto%20saal/diaporama%20SAAL%20AACosta.pdf
Manifestações moradores Bairro do Leal, Porto, 1975, Alexandre Alves Costa, disponível em https://expresso.pt/sociedade/quatro-decadas-depois-o-saal-passa-a-peca-de-museu=f895980
Ilha do Monte da Lapa, Porto, Adriana Castro, 2018, disponível em https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/moradores-e-turistas-vao-coabitar-na-ilha-do-monte-da-lapa-10170417.html

p.58
Bairro da Bouça, Porto, Álvaro Siza, 1974, India Block, 2018, disponível em https://www.dezeen.com/2018/03/29/photography-alvaro-siza-saal-bouca-social-housing-porto/
Bairro da Bouça, Porto, Álvaro Siza, 1974, India Block, 2018, disponível em https://www.dezeen.com/2018/03/29/photography-alvaro-siza-saal-bouca-social-housing-porto/
Bairro da Bouça, Porto, Captura de ecrã, 2020, disponível em https://www.airbnb.pt/rooms/3281915?_set_bev_on_new_domain=1593765739_M2EzN2JhNDVmM2Vm&source_impression_id=p3_1600957982_82dT4encB4HfAp1U

p.52
Bairro do Leal, Sérgio Fernandez, 1974, Miriam Rendeiro, 2018
Bairro do Leal, Sérgio Fernandez, 1974, Miriam Rendeiro, 2018
Bairro do Leal, Sérgio Fernandez, Captura de ecrã, 2020, disponível em https://jpn.up.pt/2016/03/31/bairro-do-leal-um-problema-sem-fim-a-vista/

p.66
Ilhas no Monte da Lapa, Porto, Pedro Granadeiro, 2019, disponível em https://www.jn.pt/local/noticias/porto/porto/ilha-de-siza-vieira-a-venda-por-25-milhoes-11356683.html
Projeto Monte da Lapa, Nuno Grande, 2017, Captura de ecrã, 2020, disponível em http://imagensdemarca.sapo.pt/conteudos-especiais/portugal-genial/siza-vieira-volta-40-anos-depois-ao-coracao-do-porto/
Ilhas no Monte da Lapa, Porto, Captura de ecrã, 2020, disponível em http://portocanal.sapo.pt/noticia/171636

p.76
FALTA FOTO

p.82
1ª planta de Espinho, com avanços do mar, 1908, disponibilizada pela Junta de Freguesia de Espinho, 2019
Fábrica de conservas Brandão Gomes, 1910, disponível em http://www.canthecan.net/collectible/fabrica-de-conservas-brandao-gomes-ca-lda/
Vista do lugar da Marinha, 1910, fotografia disponibilizada pela Junta de Freguesia de Espinho, 2019

p.87 e 88
Fotografias diversas do bairro da Marinha de Espinho, Miriam Rendeiro, 2020

p.94
Fotografias diversas do bairro da Marinha de Espinho, Miriam Rendeiro, 2020

p.100
Fotografias diversas do bairro da Marinha de Espinho, Miriam Rendeiro, 2020

p.102
Mapa de localização do bairro da Marinha no concelho de Espinho, base cartográfica disponibilizada pela Câmara Municipal de Espinho, edição por Miriam Rendeiro

p.104
Ortofotomapa da Marinha de Silvalde, base cartográfica disponibilizada pela Câmara Municipal de Espinho, edição por Miriam Rendeiro

p.106
Mapa conjuntos habitacionais, base cartográfica disponibilizada pela Câmara Municipal de Espinho, edição por Miriam Rendeiro

p.108
Mapa dos equipamentos públicos, base cartográfica disponibilizada pela Câmara Municipal de Espinho, edição por Miriam Rendeiro

p.110
Mapa dos espaços públicos, base cartográfica disponibilizada pela Câmara Municipal de Espinho, edição por Miriam Rendeiro

p.111 a 136
Fotografias diversas do bairro da Marinha de Espinho, Miriam Rendeiro, 2020

p.147 e 148
You can´t always get what you want, Esquissos de trabalho, Miriam Rendeiro, 2020

Material em diálogo

Entrevista 01 Data 29/08/2020

1. Idade 25
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade Licenciatura
4. Profissão Estudante
5. Profissão do companheiro(a) Solteiro
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci. Não gosto por causa do ambiente com os vizinhos.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim conheço, dou-me mal, é só barulho.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, para ocupar as crianças, para não andarem metidos noutras coisas piores.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto de ser a beira mar e gosto da praia. Não gosto do conflito entre pessoas.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A minha casa, qual havia de ser?
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Gosto de passear à beira mar, mas tirando isso não.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim, mas só para passear, evito sempre contacto com as pessoas, elas aqui não têm cuidado nenhum, nem máscara usam.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Gosto do espaço verde, mas acho que falta luz, tenho medo de lá passar à noite. A praça do museu não serve para nada literalmente. Não há um banco, sombra nem nada.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Acho que o bairro ficou aqui de parte, nem perguntam o que as pessoas acham. Eu normalmente ando a pé, mas de carro então é o inferno.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Se tivesse que escolher queria mais bancos, mas acho que as crianças também precisam de mais espaço.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Sim, mas num sítio próprio, agora no meio da rua, uma pessoa fica degolada!

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O que faz mais falta é o centro de saúde, ir lá para cima não tem jeito nenhum.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Arranjava mais ocupação para as crianças, eles não têm onde ir e depois acabam por estragar e partir tudo para se entreterem.

Entrevista 02 Data 29/08/2020

1. Idade 66
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 11º ano
4. Profissão Funcionária pública
5. Profissão do companheiro(a) Reformado, antes era funcionário público
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Há 26 anos, não gosto porque o prédio era condomínio fechado e foi por isso que comprei e depois deitaram tudo abaixo e agora andam aqui os ciganos e os vareiros pelo meio, se soubesse que ia ser assim não tinha comprado.

7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Conheço, dou-me mais ou menos.

8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Haver há, as crianças é que não gostam de ir nem gostam de fazer nada.

9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto do peixe fresco. Não gosto da música alta, as pessoas põem na casa delas para o bairro todo. E depois estão sempre a lavar os passeios e as casas com água barata, só gastam água, não fazem mais nada. São muito limpas é da porta para fora, para os outros ver.

10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A beira mar e a praia.

11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Só gosto de andar a pé.

12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Tudo sujo, nada cuidado, as pessoas não respeitam nada. Oh essa praça, deviam ocupar com um coreto ou umas mesas para os velhos jogar cartas e umas árvores, aquilo não tem nada.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Se chegarem ao fim são boas, se ficar a meio...

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Prefiro espaços com sombra e bancos, as pessoas passam a vida sentadas ao sol, com as cadeiras que trazem de casa.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Deviam acabar com isso! Isso nem devia haver! Tudo gosta de ocupar o bocado do vizinho.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    A escola primária, então tanta canalha a ir lá para cima todos num autocarro a monte, com este covid? Não tem sentido nenhum.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Não sei, saía daqui.

Entrevista 03 Data 29/08/2020

1. Idade 65
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 5º ano
4. Profissão Reformado, antes era funcionário público
5. Profissão do companheiro(a) Funcionária pública
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Há 26 anos. Não.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, mais para as crianças e jovens, mas também para os adultos.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto do cheiro a mar, da maresia, ponha antes assim. Não gosto dos conflitos entre famílias e entre vizinhos.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Não, só passear a pé.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Não ia.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Está muito mal aproveitado. O da frente do museu também está mal aproveitado e os dois sujos e com falta de ordenamento.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Quando começaram foi bom para empregar esta gente e quando acabarem é benéfico para o bairro.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Mais sítios para as crianças brincarem, para não fazerem asneiras na rua e deviam ser devidamente organizadas com coordenadores de atividades.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Não.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Os 3 são importantíssimos para a comunidade.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    O ordenamento e mais cuidados primários de limpeza. Se pudesse deitava esta *asneira* toda a baixo, mas não escreva isso aí.

Entrevista 04 Data 29/08/2020

1. Idade 44
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 9º ano
4. Profissão Vendedor ambulante
5. Profissão do companheiro(a) Não faz nada, é doméstica.
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   39, sim.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Não sei.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Sei lá, da praia. Não gosto da linha do comboio.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Não.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Não ando na rua.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Devia ser limpa. Acho que está uma boa *asneira*!

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Se ficar boas, fica bonito.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Não sei.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Mais ainda não.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Centro de saúde.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Não sei, mudava muita coisa.

Entrevista 05 Data 29/08/2020

1. Idade 50
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 9º ano
4. Profissão ando na construção civil
5. Profissão do companheiro(a) ela é operária fabril nas tripas.
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Vivo aqui desde que nasci. Gostar gostar é relativo... É o que temos.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Com os do lado não me dou bem, de resto...
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, isso é bom para as crianças, elas destroem tudo, ninguém toma conta delas.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   O que gosto mais? Tirando a minha pessoa? Gosto do mar. O que gosto menos é das pessoas. Cada vez que a gente veste uma camisa nova é só comentar, não é? Você sabe...
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É os Leões Bairristas [sede do clube desportivo do bairro].
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Costumo passear.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim, passeio ao fim de semana na mesma.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Devia de ser mais bem tratado, mais limpo, pôr, assim, um jardim infantil. A praça do museu? Não sei o sentido daquilo, deve ter sido para desviar os fundos da União Europeia.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Ainda nem vi bem aquilo.... Acho bem, já temos aqui o muro de Berlim [linha férrea] ao menos que fique arranjado!

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Prefiro sítios para as crianças brincarem. Ninguém se senta nos bancos, a não ser estes vizinhos que não gosto.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Sim, isso acho essencial. A maior parte das pessoas onde seca a roupa? Não temos onde secar... Ao menos se tivesse carro, pegava e ia lá cima, uma moeda e pronto, ficava... Agora assim? Tem de ser na rua...

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz tudo falta, a escola para as crianças e o centro de saúde para os idosos.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Ui, isso agora.... Mudava a mentalidade das pessoas, os tempos a evoluir e a mentalidade a regredir...

Entrevista 06 Data 29/08/2020

1. Idade 55
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 4º classe
4. Profissão Cozinheira
5. Profissão do companheiro(a) Desempregado, trabalhava na restauração
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci. Para já gosto, não tenho razão de queixa. Que remédio.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Também não tenho razão de queixa.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Para a canalha sim, para nós que caminhamos para velhos já não vale a pena.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Para mim é tudo igual. A gente é trabalho casa, casa trabalho, não há onde passar o tempo.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É a minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou assim dar uma volta, quando posso. Agora não que fui operada, mas de vez em quando vou.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim, igual.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    O que é que eu penso? Não penso nada! Está bonito, mas era preciso limpar o rio, anda muito sujo. O museu devia ser arranjado, tudo a cair de podre.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    É só dinheiro mal gasto, só betão, havia mais sitio onde gastar dinheiro, agora naquilo...

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Sim, os dois.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Isso é sempre preciso, quem tem em casa está melhor.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz mais falta o centro de saúde, tantos velhotes a ir lá para cima.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Devia voltar o posto médico cá para baixo. Há tanta coisa que precisa de ser mudado.

Entrevista 07 Data 29/08/2020

1. Idade 64
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade foi na telescola, 6º ano
4. Profissão aposentado, estava por conta de outrem, ponha assim, era restaurante
5. Profissão do companheiro(a) ela é doméstica
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Já perdi a conta, para aí 40 anos. Gostar? Gosto. Não saio daqui, não posso.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Não sei.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto assim da convivência, das pessoas. Não gosto é quando há conflitos e barulhos.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É a minha casa e o café.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou andar a pé à volta do bairro.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Tudo igual, aqui não há covid.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    É o que é possível, não há dinheiro para mais... O museu mais valia ser estacionamento, aquilo assim não serve de nada.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Isto desde o enterramento da linha é tudo um nojo...

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Mais sítios para as crianças, mas aqui no nosso meio, no bairro. Mas depois não há manutenção.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Haviam de desistir todos. As pessoas deviam ter a roupa a estender em casa, isto é do 5º mundo, nem do 3º é...

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz os três falta, pois claro.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Mudava os habitantes.

Entrevista 08 Data 29/08/2020

1. Idade 67
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 4ª classe, fiz a 6ª em adulta
4. Profissão agora chamam assistente operacional, para a gente poder fazer tudo, antes era jardineira, agora se for preciso ir para as casas de banho tenho de ir.
5. Profissão do companheiro(a) ele também é assistente operacional, é jardineiro como eu.
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Vivo aqui desde que nasci, ali ao fundo na casa 16, que é dos meus pais. Gosto muito, então não gosto?!
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Geralmente dou-me bem com todos. Há um ou outro que devia ser enforcado, mas isso não se escreve!
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, sim, sim! Até devia haver ali a casa da cultura e atividades e isso tudo.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   O que gosto mais? É difícil... Gosto do convívio, da pesca, de ver o mar. Olhe não gosto é quando chove e há enxurradas pelas casas das pessoas dentro.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É a praia.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Sim, vou com o meu marido pescar para Aveiro e para a ria.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim, vou na mesma pescar.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Devia ser mais aproveitado, um lugar assim podia ter um parque infantil, isso devia estar ali que tem espaço... Agora onde está? No cruzamento de duas ruas, é para o meu neto fugir a correr e ser levado por um carro! Agora ali na ribeira podia ter lá o parque e tinha espaço e as crianças estavam salvaguardadas do transito e do perigo. A praça também está mal aproveitada, podia ter um verde, umas árvores para embelezar, mas também cortam tudo!

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Isto já estava proposto desde o Mota [antigo presidente da Câmara de Espinho]. Agora aproveitam o dinheiro da Europa. Eu gosto, é de aproveitar.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Faz falta os dois, os idosos não têm nada para jogar a sueca e as crianças não tem espaços verdes.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    É complicado... tenho de ter para pôr a secar a roupa, mas assim fica feio...

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz tudo falta! Então os miúdos para ir para a escola têm de apanhar o autocarro da parte de cima da linha e a chover... e se vem um pendular? Leva-os num segundo, aquilo é um segundo! E nós, temos de ir ao posto médico e chegamos lá nem nos atendem, nem atendem o telefone!

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Mudava quase tudo. Primeiro o transito, estes carros em cima dos passeios. Os autocarros deviam vir aqui abaixo para as crianças os apanharem. Prometeram que ia haver uma linha de autocarros para ir ao posto médico e não põem nada...

Entrevista 09 Data 29/08/2020

1. Idade 65
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 4ª classe
4. Profissão trolha
5. Profissão do companheiro(a) doméstica
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   42 anos, gosto.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Para as crianças sim, e abrir as escolas é que era.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto onde vivo, aqui a sede, onde tomo café. Só não gosto da escolha que fiz.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    Gosto de estar com o meu neto [no parque infantil].
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Gosto de passear.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Sim, igual.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Não gosto muito, é feio, devia estar mais limpo. Essa praça para a festa do São Pedro está bem, agora de resto... Devia ser estacionamento o resto do ano.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Acho mal, deviam era fazer o túnel, esta passagem de nível demora muito e é perigosa.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Devia haver mais sítios para as crianças brincarem, então não?

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Pois, têm que botar em algum lado...

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Tudo.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Mudava tudo, tirava estes ferros, punha assim um parque relvado para futebol, não é?

Entrevista 10 Data 29/08/2020

1. Idade 48
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 6º ano
4. Profissão restauração
5. Profissão do companheiro(a) operário fabril na cortiça
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci, gosto.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   A minha casa. Não gosto quando há barulho.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou correr e passear a beira mar.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Agora também.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Gosto, está bom. A praça podia ser melhorada, não tem verde nem nada, podia ter.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Agora acho que está a ficar bem.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Mais sítios para as crianças brincarem, aqui vive muita gente e não parece.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Não devia de haver nenhum!

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O centro de saúde mais por causa dos idosos.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Se pudesse mudar alguma coisa, mudava assim o ambiente, percebes?

Entrevista 11 Data 29/08/2020

1. Idade 53
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 4ª classe
4. Profissão restauração
5. Profissão do companheiro(a) operário fabril na cortiça
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci, mais ou menos, temos de gostar.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, é o que faz mais falta.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Sei lá. Reboliços com as pessoas.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    Casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Eu passeio muito.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Não.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Isso havia de melhorar, mas não tenho nada de mal a dizer.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Já devia ser há anos, a passagem de nível é horrível.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Sim, os dois.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Pois, eu não tenho nenhum em casa, não tenho onde estender, tem de ser na rua.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O centro de saúde para os velhinhos e para a gente também.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Mudava as pessoas.

Entrevista 12 Data 29/08/2020

1. Idade 27
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 12º ano
4. Profissão ajudante cozinha
5. Profissão do companheiro(a) solteira
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   27 anos, gosto.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Nem todos.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Música. Odeio barulho e porrada.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A praia.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Gosto, mas não ando muito fora de casa, o trabalho não deixa.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Andava mais.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    É bonito, mas ajeitado ficava ainda mais bonito, se as pessoas não pusessem o lixo no rio. A frente do museu está fixe, para as crianças andar de bicicleta e skate.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Honestamente? Uma *asneira*.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Sim, devia haver mais sítios para as crianças brincarem.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Não, assim como está, está bem, faz lembrar o bairro antigo.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O centro de saúde e a escola primária faz mais falta.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Se pudesse voltava a por aqui a escola.

Entrevista 13 Data 29/08/2020

1. Idade 75
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 4ª classe
4. Profissão Vendedor ambulante
5. Profissão do companheiro(a) doméstica
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   30 e tal anos, gosto muito.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sempre com todos.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, para as crianças era bom.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto dos meus amigos e de ter a família perto. Não gosto de barulho nem de confusão.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    O café.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Não.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Era igual.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Está mal, não gosto de ver, podiam limpar ou arranjar. A praça também está mal.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Estão a ficar bem as obras.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Para as crianças brincarem.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Assim para ser bonito devia-se tirar, mas para mim está bem assim.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O centro de saúde.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Voltava a pôr aqui a escola.

Entrevista 14 Data 29/08/2020

1. Idade 45
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 10º ano
4. Profissão Assistente operacional, coveiro no cemitério de Silvalde
5. Profissão do companheiro(a) ajudante de cozinha
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci. Tem dias, ás vezes sim, ás vezes não.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Com a maior parte sim.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto do ambiente, do povo. Não gosto do barulho, esta gente pega-se por tudo e por nada.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    Gosto da praia e do mar.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou passear pela esplanada até ao cabana [restaurante na freguesia ao lado] e venho.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Fazia igual.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Gosto, mas devia ser mais limpo. Está bonito, mas não entendo porque não fica parque de estacionamento.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Eles não acabam uma antes de começar a outra, sempre a esburacar... Eu é que sou coveiro e eles é que fazem covas por tudo o que é sítio!

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Acho que devia haver mais parques infantis.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Penso que não, as pessoas é que deviam pôr nas suas casas, acho que nem devia haver nenhum estendal.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    O centro de saúde, aliás, nunca devia ter saído daqui.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Se eu mandasse, abria de novo o centro de saúde, grande, para esta gente toda. Isso é que faz falta.

Entrevista 15 Data 29/08/2020

1. Idade 60
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 6º ano
4. Profissão Doméstica
5. Profissão do companheiro(a) marmorista
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Vivo aqui há 42 anos e gosto, é a minha casa.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, devia haver mais espaços para as crianças. Já há aquele parque ali em baixo, mas aquilo não faz sentido nenhum. Ali a beira das ruas, em risco de haver atropelamentos. Devia haver noutros sítios.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto de viver aqui, gosto do dia a dia do bairro, gosto da minha casa. Não gosto da má educação de algumas pessoas, parece que não respeitam às vezes.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É a minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Gosto de passear.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Agora estou sempre em casa.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    O rio é uma miséria, devia ser limpo. Isso devia ir tudo abaixo, não tem jeito nenhum.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Péssimo!

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Devia haver mais sítios para as crianças, aqui parece que não há nada, estamos todos enforcados.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Devia haver um sítio próprio para eu pôr a roupa, não é?

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz falta o centro de saúde! Então, os velhinhos a ir lá para cima a pé ou uns de bicicleta, com chuva e por estas estradas, sem condições nenhumas... Ia haver transporte, mas não há nada.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Eu fazia ali o túnel. Tanto prometeram, deviam fazer.

Entrevista 16 Data 29/08/2020

1. Idade 50
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade andei pouco tempo, nem sei
4. Profissão profissão? É nenhuma. Estou desempregado, trabalhava num café.
5. Profissão do companheiro(a) solteiro
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Desde que nasci. É a minha casas, então não havia de gostar?
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Nem todos.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, isso era bom, aqui não temos nada.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto da minha família. Não gosto de ter estragado a minha vida por ter perdido o emprego. Uma pessoa não pensa...
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É a zona toda, amiga.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Não, só venho ao café.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Nada.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    O que tem? Está bem! O museu havia de ir abaixo!

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Vou viver e morrer e isto ainda não está acabado, é devagar devagarinho...

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Era aqui mesmo [a apontar para a antiga escola primária] para as crianças.

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Não havia de haver nada.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz tudo falta, amiga, há muita gente no bairro, que pensas?

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Eu? Mudava os que fizeram esta *asneira* toda, mudava-os para o fim do mundo. Os que nos fecharam aqui depois de enterrar a linha.

Entrevista 17 Data 29/08/2020

1. Idade 66
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 4ª classe
4. Profissão empregado de mesa.
5. Profissão do companheiro(a) doméstica
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Sim, vivo aqui há 47 anos
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Sim, graças a Deus.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim, mas já nem se vê crianças na rua, agora é escola casa, não é como na minha altura que brincava tudo na rua.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto de viver aqui, não tenho nada a dizer.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    É o café.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Não.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Não.

13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    É bonito, mas precisava de limpeza. A praça em frente ao museu também é bonita, aquilo é criativo, e depois deles fazem muitos eventos, eu acho.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Agora estamos a pagar a fatura de muitos anos sem obras, mas no fim vai valer a pena, vai ficar bem.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Acho que mais vale ter mais espaços com sombras, crianças nem as vês!

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Isso devia acabar, até é perigoso. Uma vez ia a caminhar de noite e foi contra um fio desses, o que vale é que foi na testa, podia ter sido pior.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    As três fazem falta, claro.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Trazia de volta a escola primária e o centro de saúde.

Entrevista 18 Data 29/08/2020

1. Idade 56
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 4ª classe
4. Profissão auxiliar na escola.
5. Profissão do companheiro(a) varredora da camara
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Vivo aqui desde que nasci. Agora não gosto, antes gostava, mas agora isto é só confusões.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Nem por isso.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Já houve, quando eu era mais novo havia muita coisa, mas deixaram de fazer.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto muito do mar e da praia. Não gosto de confusões.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A sede [café do clube do bairro].
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou correr, gosto muito de correr.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Ia também correr, senão ficava tolinho em casa.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Acho que podia ter mais aproveitado, ter mais espaço para a canalha, um campo de futebol ou assim. Isso acho que até podia ser estacionamento.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Isto anda o caos, parece uma prisão, estamos aqui fechados. Ao menos se fizessem o túnel, já não era mau.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Isso para as crianças era ali no rio como eu estava a dizer, então não ficava bem?!

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Cada casa devia ter o seu estendal e o que está a mais ia abaixo, isso até é perigoso.

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    As 3 coisas são precisas, mas o centro de saúde faz mais falta, principalmente para os idosos. Tenho uma mãe com 92 e se ela não me tivesse tinha de ir sozinha lá para cima. Onde é que já se viu? É o mais essencial o centro de saúde.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Isto? Não tem como mudar.

Entrevista 19 Data 29/08/2020

1. Idade 36
2. Sexo Feminino
3. Escolaridade 12º ano
4. Profissão operadora fabril
5. Profissão do companheiro(a) solteira
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Há 36 anos, gosto disto.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Conheço, mas é eles na casa deles e eu na minha.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Sei lá, gosto de ter a família por perto. Não gosto quando anda tudo a porrada.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A casa da minha mãe.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Sim, gosto de caminhar na esplanada.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Vou na mesma.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Gosto da zona do rio, é onde a minha mãe mora, deviam limpar aquilo mais, mas pronto. A canalha vai muito para essa praça brincar, não é mau.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    A pior coisa que foi feita.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Ter mais sítios para as crianças era bom

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Eu gosto assim como está, sem estendais nem parece o bairro. Vem aí os turistas e até tiram fotos com a roupa a secar, eles gostam muito disso, parece tradicional, sabes?

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Faz falta tudo.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Se pudesse voltava a pôr aqui a escola e o centro de saúde.

Entrevista 20 Data 29/08/2020

1. Idade 24
2. Sexo Masculino
3. Escolaridade 12º ano
4. Profissão trolha
5. Profissão do companheiro(a) empregada de mesa
6. Há quanto tempo vive aqui no bairro? Gosta de viver aqui?

   Vivo aqui desde que nasci, gosto.
7. Conhece e dá-se bem com os seus vizinhos?

   Os meus vizinhos são a minha família, dou-me bem claro.
8. Gostava que houvesse mais atividades para a comunidade? Workshops, teatro, torneios de vólei, futebol, ...

   Sim.
9. O que gosta mais no bairro? E o que gosta menos?

   Gosto da praia. Não gosto quando anda tudo aí à porrada, se se meterem com a minha família, lá tenho que ir.
10. Qual é o seu sítio preferido no bairro?

    A minha casa.
11. Costuma usar o espaço público? Se sim, como? Que atividades gosta de fazer no exterior? Ir a praia, jogar à bola, ... O que faz nos seus tempos livres?

    Vou correr, como jogo futebol e agora parou tudo, tenho de correr para estar bem.
12. Quando Portugal entrou em confinamento, usava na mesma os espaços públicos? E agora? Sente-se confortável?

    Vou na mesma.
13. O que pensa do espaço verde a beira da ribeira? E o que pensa da praça em frente ao museu?

    Eu gosto dos dois, a minha filha vai para lá brincar.

14. O que acha destas obras que estão a fazer? (Requalificação do Canal Ferroviário de Espinho)

    Nunca mais estão prontas e vão acabar por não fazer o tunel.

15. Preferia ter mais sítios para as crianças brincarem ou mais bancos e espaços com sombra?

    Para as crianças

16. Gostava de ter mais estendais para a roupa?

    Eu acho que não devia ter nenhuns

17. O que lhe faz mais falta: a creche, o centro de saúde ou a escola primária?

    Principalmente a escola, agora a pequena vai de autocarro, não gosto nada disso.

18. Se pudesse mudar uma coisa no bairro, o que mudava?

    Fazia o túnel para se atravessar bem a linha e voltar a pôr a escolinha.

Limites Administrativos

Limite de Concelho (CAOP 2015)

Limite de Freguesias (CAOP 2015)

Escala: 10.000

0 40 80 120 160 metros

N

Vila Nova de Gaia

Ribª do Mocho

Santa Maria da Feira

Ribª de Silvalde

Ribª.de Rio Maior

Ovar



Ortofotomapa Silvalde

Escala 1:200

N



Mapa dos Conjuntos Habitacionais

Escala 1:200

N

- Conjunto habitacional 1 - Casas para Familias Pobres, atual Bairro Novo da Câmara, 1ª fase construida em 1945 e segunda fase, correspondente somente ao edificio mais a poente, construida em 1975.
- Conjunto habitacional 2 - Habitações do Fundo de Fomento à Habitação, construidas em 1983.
- Conjunto habitacional 3 - Casas de Renda Económica, construidas em 1993.
- Conjunto habitacional 4 - Habitações do Programa Especial de Realojamento, demoninado Quinta da Marinha, construido em 1994.
- Conjunto habitacional 5 - Habitações do Programa Especial de Realojamento, ambos os edificios construidos em 2003, bloco A a norte e o bloco B a sul.
- Conjunto habitacional 6 - Presume-se que sejam habitações ao abrigo do programa Casas para Pescadores, mas sem informação teórica que o comprove.



Mapa dos Equipamentos

Escala 1:200

N

- Armazéns de Pesca
- Capela Nossa Senhora do Mar
- Centro de Saúde
- Creche e Centro Paroquial
- Escolas do primeiro e segundo ciclos do ensino básico
- Museu Municipal de Espinho



Mapa dos Espaços Públicos

Escala 1:200

N

- Campo de futebol
- Espaços informais - não construido
- Estacionamento
- Lota de peixe
- Parque infantil
- Parque verde da Ribeira de Silvalde
- Pequenos largos
- Praça do Museu Municipal de Espinho

Recomposição do espaço público:
Abordagens coletivas ao bairro da Marinha, Espinho

Miriam Isabel Andrade Rendeiro

FACULDADE DE ARQUITETURA